



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 049

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE MAIO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 049

43ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Pequeno Expediente	03
Sessão Solene em homenagem aos 100 anos da Instituto de Engenharia do Paraná	
Composição da Mesa	03
Autor da Proposição	
Dep. Rafael Greca	03
Realização da Homenagem.....	06
Orador:	
Sr. Luiz Cláudio Mehl.....	06
Encerramento da Homenagem.....	09
Sessão Especial.....	09
Sancionamento do projeto de lei do novo piso salarial do Paraná	
Governador Roberto Requião	10
Reabertura da Sessão Ordinária	10
Expediente:	
Manifesto de Apoio aos	
Produtores Rurais.....	10
Indicações	11
Requerimentos	11
Projetos de Lei	18
Horário das Lideranças:	
Liderança do Bloco PP/PSB	
Dep. José Domingos Scarpellini	28
Liderança do PPS	
Dep. Marcos Isfer.....	30
Liderança do PDT	
Dep. Barbosa Neto	31
Liderança do PFL	
Dep. Elio Rusch	32
Liderança do PT	
Dep. André Vargas	33
Liderança do PSDB	
Dep. Valdir Rossoni	35
Liderança do Governo	
Dep. Elza Correia.....	37

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	39
1ª Discussão (Pref. de Discussão) ..	39
Discussão / Votação:	
Redação Final	41
3ª Discussão	42
2ª Discussão	42
1ª Discussão	45
Requerimentos	48
Encerramento da Sessão	53
Publicações:	
Comissão Executiva	
Atos.....	53

DIÁRIO Nº 049

43ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2006

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo

Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (48). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, José Maria Ferreira e Luiz Carlos Martins (48); e em viagem representativa o Sr. Deputado Reni Pereira (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Pequeno Expediente:

Homenagem aos 80 anos do Instituto de Engenharia do Paraná

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Por solicitação do Deputado Rafael Greca, o Pequeno Expediente desta Sessão Ordinária será destinado à realização da Sessão Solene em homenagem aos oitenta anos do Instituto de Engenharia do Paraná.

Composição da Mesa

Tenho a honra de anunciar a composição da Mesa:

Exmo. Sr. Luiz Cláudio Mehl, Presidente do Instituto de Engenharia do Paraná; Exmo. Sr. Dr. Luiz Dernizo Caron, Secretário de Estado de Obras Públicas, representando o Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná; Exma. Sra. Deputada Luciana Rafagnin, 1ª Secretária desta Assembléia Legislativa nesta sessão; Exmo. Sr. Geraldo Cartário, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional Brasileiro a ser executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Paraná e cantado pelo Coral Paraná.

(Execução do Hino Nacional)

Autor da Proposição

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência concede a palavra ao Exmo. Sr. Rafael Greca de Macedo, autor da proposição aprovada por unanimidade por esta Casa de Leis, que falará em nome deste Poder Legislativo.

Deputado Rafael Greca

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; Exmo. Sr. Luiz Dernizo Caron, Secretário de Estado de Obras Públicas, nesta Sessão representando o nosso Governador Roberto Requião; Ilmo. senhor e estimado colega Luiz Cláudio Mehl, Presidente do Instituto de Engenharia do Paraná; Exma. Sra. Deputada Luciana Rafagnin, 1ª Secretária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Geraldo Cartário, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; ilustres Secretários de Estado; dignos engenheiros, a quem eu saúdo na pessoa dos ex-Presidentes do Instituto de Engenharia, Dr. Eliasib Gonçalves Ennes e Dr. Cássio Bittencourt de Macedo; estimados colegas; meus caros Deputados e Deputadas paranaenses; uma palavra de saudação, também, aos sindicalistas que estão nas galerias da Assembléia pela próxima sanção do salário mínimo regional. Sejam muito bem-vindos.

Reúne-se esta Assembléia com expressiva plêiade de engenheiros paranaenses para fazer justa memória ao Instituto de Engenharia do Paraná, pelos grandes serviços prestados à nossa terra e à nossa gente. Fundado há oitenta anos, em 1926, o Instituto de Engenharia do Paraná é a terceira entidade de engenharia deste país.

Falar em engenharia é falar, também, de obras, de operários em construção; falar de engenharia é falar da organização dos trabalhadores; falar de engenharia é falar de mãos honradas e calejadas que planejaram e construíram a nossa história.

Bertold Brecht, em uma de suas peças, pergunta: “a história fala em nome dos reis; porventura os reis carregaram as pedras?” Feliz hora esta a da homenagem aos engenheiros do Paraná, em que a Assembléia também se prepara para celebrar a engenharia do futuro, a justiça social a partir do nosso amado Paraná, pela próxima sanção da lei que cria o salário mínimo regional diferenciado na nossa terra.

Ao nosso Instituto aplicam-se os versos de Cervantes no Dom Quixote: *será lembrado pelos seus feitos, pelo bem que tem realizado, por mais que se canse a inveja em escurecê-los ou a malícia em ocultá-los*. Nosso Instituto de Engenharia tem invejável folha de serviços à causa paranaense.

O que seria do Paraná sem os seus engenheiros?

Permitam-me fazer aqui a justa memória daqueles que abriram os caminhos; dos que rasgaram as estradas; dos que derrubaram a floresta e povoaram o território. Daqueles que traçaram entre o céu e a terra, na serra verde e azul, a prodigiosa ferrovia Curitiba-Paranaguá; dignas de serem chamadas de obras de arte as pontes metálicas como aquela sobre o rio São João, rivalizando com a Torre Eiffel em firmeza, ousadia, utilidade e beleza. Esta nossa estrada de ferro histórica sustentou a prosperidade da terra e do Porto trazendo e levando

riquezas: pedras do Marumbi; barricas de erva-mate; toras e tábuas desdobradas por serrarias a vapor; café em profusão; a soja primeiro, crioula e pura, depois por um tempo geneticamente modificada e transgênica, discutida; enfim, os grãos, o milho, os produtos agroindustriais e agora milhares de automóveis e bens de consumo produzidos no extenso e intenso Parque Industrial do Paraná.

Nossa engenharia imprime memória nos impressionantes “arcos botantes” do arcabouço místico da Catedral Basílica de Curitiba.

E o que dizer das alvenarias prodigiosas, das arcadas abóbadas de tijolos maciços do reservatório de água do Alto São Francisco, em funcionamento desde 1903. E lá se vão mais de cem anos, o aço belga jorrando a água copiosa trazida dos mananciais da serra.

Nossa engenharia é mais que tudo, a memória da construção das hidrelétricas, as usinas da Copel, as da antiga Eletrosul, a portentosa Itaipu.

Desde o arrojo da Capivari-Cachoeira, a hidrelétrica que lança as águas de um rio de serra acima, um rio de Campina Grande, no leito encachoeirado de outro rio do litoral, através de túnel escavado no granito da Serra do Mar. Obra magistral de engenharia, onde brilharam a inteligência e a precisão do professor Pedro Viriato Parigot de Souza, nosso Governador e professor de saudosa memória, e a capacidade determinada da engenheira negra Enedina Marques, a primeira mulher engenheira do Paraná.

A lei suprema da invenção humana é que só se inventa trabalhando. “Os engenheiros somos o que fazemos”.

E, como os nossos engenheiros paranaenses fizeram: notável exemplo é o nosso antecessor na Prefeitura de Curitiba, Cândido de Abreu, definidor do ângulo reto de expressivo rol de ruas e avenidas desta capital. Construtor entre 1913 e 1915, do esplêndido Paço Municipal, o edifício *art nouveau* que vai em abandono, triste ruína entre as Arcadas do Pelourinho e a histórica Praça Generoso Marques. Dizem os jornais que será agora conservado e restaurado pelo Senac.

Este Paço Municipal, prodígio de cantarias em pedra, é o único prédio considerado patrimônio nacional em Curitiba. Os dois gigantes de pedra sustentando-lhe a torre, representam o Poder Legislativo e o Poder Executivo, carregando nos ombros a cidade de Curitiba. A nossa Capital é aquela estátua que está no nicho da torre, mulher vitoriosa a levar nas mãos a tocha da liberdade.

Falar da engenharia é lembrar a qualidade profissional dos engenheiros militares da família Tourinho - os dois meus antecessores da cadeira nº 8 da Academia Paranaense de Letras. O antigo Francisco Antônio Monteiro Tourinho, nascido em 1837, morto em 1885, autor do primeiro mapa da Província do Paraná, engenheiro que projetou a esplêndida ponte sobre o rio dos Papagaios, o traçado moderno da Estrada da Graciosa, trabalho esse feito ao lado do engenheiro “Negro”, protegido da Princesa Izabel, o Antônio Rebouças.

Quero falar também do moderno engenheiro Tourinho, seu neto, o Presidente Emérito desse Instituto de Engenharia, aquele que foi meu querido professor, o saudoso Luiz Carlos Pereira Tourinho - nasceu em 1913, faleceu em 1998. Este Luiz Carlos Tourinho foi Diretor da Copel, do DER, autor do moderno Plano Rodoviário Estadual, consolidado no Governo do também engenheiro Bento Munhoz da Rocha Neto - este o nosso Governador do Centenário do Paraná e o idealizador da Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a glória máxima da precisão da engenharia do Paraná.

Aliás, teve o instituto, serena e determinada presença no apoio ao Movimento Popular contra a venda da Copel, “A Copel é Nossa”. Como também não faltou o instituto à história, no movimento que fizemos, “O Porto é Nosso”.

Falar da nossa engenharia é lembrar dos engenheiros que traçaram os admiráveis planos urbanísticos das duzentas cidades que nos deram o café, como: Maringá, Londrina, Apucarana, Arapongas, Cianorte e tantas outras. Em Maringá, nunca é demais lembrar, que o engenheiro construtor da esplêndida Catedral de Nossa Senhora da Glória amarrou-a nas estrelas. Em dia de solstício de verão o imenso cone de concreto armado, a catedral posta exatamente sobre a linha do trópico, no dia 23 de dezembro, não tem sombra ao meio-dia e à meia-noite a igreja alinha-se com Antares, com o pináculo do céu, a estrela brilhante do Sul. Uma catedral amarrada nas estrelas é obra de engenharia.

Mas é preciso também celebrar o conhecimento do território e da geografia a minúcia, a incansável vontade de traçar estradas, do corpo técnico e funcional do nosso glorioso DER, que agora se recompõe do desmanche neoliberal do Estado, que agora está sendo revogado. O DER retoma o seu papel histórico.

Neste DER encontro o genial engenheiro Lolô Cornelsen, ousado criador também na engenharia e no urbanismo. O preciso professor de Cálculo Numérico, Dr. Teodócio Jorge, que depois seria reitor da nossa Universidade Federal do Paraná, nosso amigo de saudosa memória e o meu querido pai, aqui, presente, o engenheiro Dacheux de Macedo.

Com meu pai aprendi as texturas de todos os tipos de solo do Paraná. Eu brincava com vidrinho de arenito caiua, bairro do Barigui, arenito de Vila Velha, terra-roxa do Norte, que ele me fazia colecionar nas viagens de jipe pelo interior. Com meu pai e a sua sabedoria tive a honra de compartilhar um livro de planos rodoviários, “Caminhos do Paraná do Próximo Milênio - 28 novas rotas rodoviárias”. Dr. Eurico Dacheux Macedo não parou por aí e aos oitenta anos acaba de me entregar um plano ferroviário para o futuro do Paraná. Estimulado pelo Governador Requião, este plano está no prelo e deve sair em breve. Meu pai acredita como ensinou Shakespeare: “a vida é feita de sonhos e de sono...”. Quem sabe um dia o “gigante adormecido em berço esplêndido” acorda, acaba-se este Brasil onde é proibido pensar, onde é proi-

bido fazer, onde só se deve atender a contabilidade financeira, que não é engenharia de pagar juros e juros e serviço de juros, enquanto dos antros do mal e do fundo das prisões a soturna voz do tráfico de drogas canta o rap: “tá tudo dominado”!

É até uma questão de engenharia definir o bloqueio dos celulares e da internet nas imediações dos presídios, que deveria ser a ação da Anatel sobre as concessionárias de telefonia. Quando fui Deputado federal, eu, engenheiro, em 2002 propus o Projeto de Lei nº 6073/02 e o apresentei ao Congresso Nacional para bloquear os celulares nas imediações das prisões. Fiz o que devia e Brasília fez o que costuma - arquivou o projeto que tanto interessava à segurança nacional e não interessava ao PCC.

Mas, deixemos de lado nosso triste presente e voltemos à glória antiga deste Instituto de Engenharia.

Na época de sua fundação a profissão de engenheiro estava relegada a segundo plano, pois a classe não era protegida por legislação, da prática de leigos e curiosos. A arquitetura e a engenharia são atividades altamente especializadas! O Instituto de Engenharia do Paraná empreendeu persistente campanha junto aos órgãos públicos, para reconhecimento da profissão. Assim, em 1926, o Instituto de Engenharia do Paraná, tendo à frente seu Presidente Honorário, Plínio Alves Monteiro Tourinho, apresentou a primeira lei reguladora do exercício profissional de engenharia no Brasil. A Lei nº 2384, de 10 de março de 1926, apresentada à Assembléia pelo Deputado Estadual Hernani Nogueira Zaina; foi promulgada pelo Presidente do Estado do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha. Esta Assembléia é a primeira Casa Legislativa a reconhecer a profissão de engenheiro no Brasil. Com a Revolução de 30 o Governo Revolucionário, na pessoa do Interventor Provisório, General Mário Alves Monteiro Tourinho, emitiu o Decreto nº 14, de 02 de janeiro de 1931, que também regulamentou a profissão de engenheiro.

Há uma história paralela entre a Universidade do Paraná e o Instituto de Engenharia - não haveria Instituto sem a Universidade, em cujo prédio histórico deu-se a fundação. Naquela época ainda não havia a colunata clássica como hoje vemos, mas, sim, uma importante cúpula de metal, que descansava sobre um tímpano *art nouveau*, com duas escadas em arco, conforme a concepção original do engenheiro Bortolo Bergonse.

A certidão de nascimento do IEP começou a ser lavrada às cinco horas e trinta minutos de 06 de fevereiro de 1926, em uma das salas da Faculdade de Engenharia, na Praça Santos Andrade, então conhecida pelo povo como Praça de Santa Terezinha. Lá estavam, de acordo com a Ata da sessão, o Diretor da Faculdade de Engenharia, Plínio Alves Monteiro Tourinho, seus colegas, Afonso Teixeira de Freitas, Carlos Ross, Alexandre Gutierrez Beltrão, o Engenheiro Beltrão, que hoje é nome de cidade paranaense. E também, Eduardo de Carvalho Chaves, o Xaveco, construtor da bela Igreja do Rosário, uma

das jóias do Centro Histórico de Curitiba, e ainda, Raul de Azevedo Macedo, Osvaldo Pereira de Lacerda, Dr. Algacyr Munhoz Maeder, que depois também seria Reitor da Universidade, Ângelo Lopes, nosso antecessor, também Prefeito de Curitiba, o grande professor Arnaldo Izidoro Beckert, José Maria Carneiro de Loyola, Máximo Azinelli, Altamirano Nunes Pereira e muitos outros.

Aqui hoje está o acadêmico Felipe Daher, representante dos estudantes de Engenharia da Universidade do Paraná. No dia da fundação estava o acadêmico Hipérides Zanello, que depois seria consagrado professor.

O primeiro Presidente do Instituto de Engenharia foi o nosso antecessor também na Prefeitura de Curitiba, engenheiro João Moreira Garcez, que governou esta cidade entre 1937 e 1940. O engenheiro Garcez é o famoso projetista e autor do primeiro arranha-céu da capital, o admirável prédio *art déco*, edifício Garcez, na Boca Maldita, símbolo da nossa engenharia, onde também funcionou o DER.

Ao abraçar e saudar a valorosa diretoria atual do Instituto de Engenharia do Paraná, na pessoa do engenheiro Luiz Cláudio Mehl, saúdo também todos os engenheiros e engenheiras, nas pessoas dos meus colegas, engenheira civil, Isis Ribas Busse, Gilberto Daher e Vereador Borges dos Reis, na pessoa dos estimados professores e engenheiros Shido Ogura, Cássio Bitencourt de Macedo e Eleazib Gonçalves Ennes, saúdo todos os Conselheiros do Instituto em sua profícua trajetória.

Lembro, por fim, o inestimável apoio que recebi de um outro engenheiro e Presidente do IEP, meu colaborador na Prefeitura de Curitiba, também aqui presente, o engenheiro Ivo Mendes Lima, eficiente Presidente da Cohab, que me ajudou a consolidar o Bairro Novo, e a viabilizar para os curitibanos 32 mil moradias, entre lotes urbanizados, casas, apartamentos e vilas de ofício.

Ivo, isto valeu! Valeu o honroso prêmio mundial do Habitat, que nos deu a House and Building Foundation, da Organização das Nações Unidas, em 1996.

No Ministério do Estado, o engenheiro Ivo ajudou-me a desfavelizar e a reurbanizar Porto Seguro e Cabralia, os lugares onde o Brasil nasceu. Esta engenharia de bairros novos, de justiça social, de criação de igualdade de oportunidade para todos, é também a nova engenharia das bioenergias, que tanto me fascina.

O Brasil da terra extensa, do sol intenso, do povo trabalhador, precisa de vontade política para se tornar a mais escolhida das nações da terra e gerar empregos e renda e muita prosperidade, compreender-se as bioenergias, o biodiesel, o bicarbonato verde, o etanol verde, o metanol verde e o biogás, todos eles, os outros nomes do futuro.

Precisamos de bioengenheiros que busquem a nova engenharia, da co-geração de energia renovável, a engenharia do desenvolvimento sustentável, capaz de evitar o aquecimento global e até a destruição da Terra. Precisamos de uma engenharia social, da igualdade de oportuni-

dade para todos, expressa nessa lei de salário mínimo diferenciado, que a seguir será sancionada.

Precisamos de engenheiros que digam ao Brasil, parado, que já não é proibido pensar! Que é preciso pensar, que é imperioso pensar! Paranaenses, o rio do tempo leva consigo as suas margens. Porque os minutos são longos e para celebrar tantos feitos o tempo é curto.

Termino saudando essas duas metades da vida: o passado me diz “Nunca”, o futuro me diz “Sempre”. O passado diz nunca, o futuro diz sempre e marcar o tempo, por instrumentos mecânicos ou eletrônicos também é engenharia.

Carpe diem engenheiros, aproveitem o tempo, não parem de pensar e de construir!

Era isso.

(Aplausos)

Realização da Homenagem

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º Secretário que proceda à leitura dos termos da placa em homenagem aos oitenta anos do Instituto de Engenharia do Paraná.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Ao Instituto de Engenharia do Paraná, IEP, na comemoração dos oitenta anos, as homenagens pelos serviços prestados ao desenvolvimento e à causa paranaense.

Curitiba, 16 de maio de 2006.

(aa) Hermas Brandão - Presidente

Rafael Greca de Macedo - Proponente

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Convido o Sr. Rafael Greca de Macedo para que proceda à entrega da placa em homenagem ao Instituto de Engenharia do Paraná ao engenheiro Luiz Cláudio Mehl, Presidente do Instituto.

(Aplausos)

(Banda e Coral executam “Happy Day”)

Orador

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao engenheiro civil Luiz Cláudio Mehl, Presidente do Instituto de Engenharia do Paraná.

Sr. Luiz Cláudio Mehl

O SR. LUIZ CLÁUDIO MEHL

(Lê):

Exmo. Sr. Deputado Hermas Eurides Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do

Paraná; Exmo. Sr. Luiz Dernizo Caron, Secretário de Estado de Obras Públicas representando o Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná; Ilmo. Sr. Luiz Claudio Mehl, Presidente do IEP; Exmo. Sr. Deputado Nereu Moura, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Geraldo Cartário, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Engenheiro Deputado Rafael Greca de Macedo, mui digno patrono desta homenagem. Engenheiro, Vereador, Deputado, Prefeito e Ministro da República. O nosso agradecimento.

Senhores sindicalistas presentes, algo nos une: engenheiros, sindicalistas e trabalhadores. O que nos une é a capacidade do engenheiro de ser instrumento de geração de emprego e renda. Demais autoridades já nominadas, dignos membros do conselho consultivo e deliberativo do Instituto de Engenharia do Paraná, meus companheiros de Diretoria, engenheiros e arquitetos do meu Estado, senhoras e senhores:

(Lê):

Diria que consultar o passado é desenhar o futuro.

Há quem assegure que tudo começou nos anos oitocentos, com a revolução industrial; divisão do trabalho, profissões especializadas, tecnologia. Os instrumentos criados nesses tempos tiveram a grande oportunidade de serem testados e desenvolvidos na Primeira Guerra Mundial.

Em outra frente, afirmavam os comunistas que as relações humanas e sociais sofreram modificações que teriam determinado o nascimento de um mundo novo, a partir da revolução bolchevique de 1.917.

Pois é neste cenário que nasce o IEP - Instituto de Engenharia do Paraná, em 1926. Numa sala acanhada dos porões da UFPR - Universidade Federal do Paraná, berço da geração de conhecimentos no nosso Estado, um grupo de engenheiros criou aquela que seria a mãe de todas as entidades representativas no Estado do Paraná.

Nesses tempos, já assistíamos em Curitiba alguns automóveis disputando o espaço com os bondes, as carroças, caleças e landaus.

1930 - 1940 - A quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929, fez o mundo mergulhar numa brutal recessão nos anos 30. A ascensão de Hitler na Alemanha e o “New Deal” de Roosevelt marcaram esse período que desgracidamente desembocou na Segunda Guerra Mundial.

Entre nós surgia Getúlio Vargas que inaugurou novas relações entre capital e trabalho e a ditadura do Estado Novo.

1940 - 1950 - A descoberta da penicilina, o fim da Segunda Guerra Mundial e a queda da ditadura de Getúlio marcaram esta década.

Nascia uma nova ordem mundial. E em Bretton Woods delinearam-se diretrizes traçadas pelos vencedores.

1950 - 1960 - Enquanto a televisão produzia suas primeiras imagens, e aqui Vargas morria, tinha início um longo período de “guerra fria”; ambiente de tensões cons-

tantes entre os países que detinham o controle da tecnologia nuclear.

A década terminou com a auto-estima dos brasileiros em alta pela ousadia das políticas de desenvolvimento pregadas por Juscelino Kubistchek.

1960 - 1970 - A conquista da lua no final dos anos 60 não iluminou os céus do Brasil nesse período. Foram tempos de desenvolvimento econômico com o sacrifício das liberdades individuais. Nunca o dirigismo do Estado esteve tão presente; a criatividade e a livre iniciativa dependiam de um movimento das autoridades de plantão.

Eram tempos de força.

1980 - 1990 - O mundo estava mudando e o marco mais significativo, emblemático, era a queda do muro de Berlim.

Enquanto isso, aqui buscávamos recuperar o tempo perdido pelas leis restritivas de mercado, especialmente na área de informações; os computadores e a informática ainda engatinhavam.

O início do processo democrático, com a anistia, fez o debate de todas as questões invadirem as ruas; todos queriam opinar, reivindicar direitos - na opinião de Tancredo Neves, “o povo estava embriagado de esperança”.

A palavra era o instrumento de mudança!

1990 - 2000 - Vivíamos sob nova Constituição. As leis representavam a garantia de que nossos direitos estavam assegurados e todos os problemas da nação equacionados.

Dizia-se que bastavam as leis para alcançarmos a solução para os nossos problemas.

Cedo descobrimos a importância da economia para o atendimento dos nossos desejos, das nossas carências. Depois de servirmos de experimento para alguns planos mágicos, alcançamos a estabilidade da nossa moeda.

Agora, asseguravam, o paraíso estava ao alcance de todos com as medidas de natureza econômica.

2000... - Enquanto assistíamos o mundo construir novos muros, promover outras guerras, consolidamos a nossa democracia ao eleger um líder sindical para a Presidência da República.

O parto desta democracia não tem sido fácil, pois há muitos valores a serem recuperados. O envolvimento de recursos públicos com interesses particulares, a escolha de gestores públicos despreparados ou sem responsabilidade por seus atos, tem dificultado a eficiência do sistema.

A engenharia e a arquitetura serão elementos poderosos para promover paz, justiça social, harmonizar soluções tecnológicas com preservação ambiental para produzir desenvolvimento econômico.

E o IEP será o instrumento porque sobreviveu a esses tempos. Nós fizemos parte desta história!

*** A busca de um novo cenário**

Somos todos, filhos do século passado!

De alguma forma, sobrevivemos às mudanças nos transportes e nos meios de comunicação. Os aviões e automóveis encurtaram distâncias, enquanto rádio e tele-

visão nos transformaram em personagens e expectadores do teatro da vida em tempo real. A ousadia dos técnicos produziu marcos de inovação tecnológica.

Nas últimas décadas presenciamos a revolução digital. A Internet tem alterado valores, métodos e procedimentos. O julgamento pessoal foi substituído pela lógica fria da informática.

Vivemos uma época marcada pela incerteza.

Incerteza de como empreender, definir e manter valores, estabelecer novos hábitos e costumes.

Pois bem senhoras e senhores; no séculos XVII, Padre Vieira já dizia que “as palavras falam ao vento, as obras falam ao coração”.

A era da escassez

Vivemos hoje o princípio de um novo século! Século que é inspiração para inúmeros avanços tecnológicos mas que, infelizmente, também enfrenta as desvantagens da exploração desmedida.

A diminuição da qualidade e quantidade de recursos renováveis, o crescimento desordenado e o acesso desigual aos recursos, causam escassez ambiental. Os frutos dessa escassez são a diminuição da produtividade e a migração da população menos favorecida. Como resultado, assistindo ao enfraquecimento das nações, a instabilidade institucional e os conflitos étnicos e de pobreza.

A água e a terra demandam uma utilização cada vez mais racional; os espaços para circulação de pessoas e veículos precisam ser repensados; a oferta de emprego para os excluídos da tecnologia deve ser aumentada e a educação de qualidade, habitação e saúde precisam ser asseguradas a todos os cidadãos. Só assim garantiremos a segurança pessoal.

Por outro lado, a segurança familiar exigirá a ampliação dos mecanismos de proteção aos idosos, sem prejuízo aos mais jovens.

Nós herdamos a incerteza e vivemos a escassez. Estes serão desafios permanentes no século que se inicia.

Sem embargo do respeito e da reverência que prestamos a esta Casa, que tem por vocação dar abrigo à democracia, não nos propomos a dizer as palavras fáceis que por vezes ecoam nas solenidades comemorativas. A hora e o momento presentes não são aptas a que lancemos flores no espaço, ou confete em falsos ídolos.

Escolhemos este momento decisivo, limiar de uma nova etapa para as instituições do país e do Estado, para compartilhar com os senhores as angústias e aspirações dos engenheiros e dos arquitetos do Paraná.

A manchete do dia é real, e não pode ser substituída pelo silêncio da omissão. A sociedade lá fora está insegura, e é preciso apurar as causas com rapidez e cautela como garantia para que seja feita justiça. São incontáveis os diagnósticos, e a abordagem sobre eles tomaria todo o tempo desta solenidade. Por isto propomos uma reflexão sobre alguns acontecimentos destes tempos:

A Engenharia

Decorrente de uma visão estratégica equivocada, os governos vêm considerando o planejamento e o moni-

toramento de obras um apêndice de pouca função e de muito custo.

Como resultado, experimentamos décadas de desmonte das consultorias especializadas e das empresas de construção pesada, de licitações sobre projetos mal elaborados e de um incremento constante na ineficácia da fiscalização.

A Questão Econômica

Estamos sob os olhos do mundo; casos como as nossas deficiências logísticas na circulação de produtos e a imprevidência energética só reforçam as incertezas dos investidores internacionais. E no cenário interno não é menor a preocupação; a redução na circulação de produtos encarece o seu custo, diminui a atividade e penaliza aqueles que precisam de emprego.

A Questão Moral e Social

Quanto vem custando para o país o futuro ainda incerto de tantas obras, abandonadas ou sob má conservação? Nós perguntamos.

E as políticas assistencialistas que condenam os humildes à dependência permanente, sem esperança de escape do mundo de pobreza?

...E para onde vamos?

Todos sabem que:

- sem energia nada se move, nada se cria, nada se produz.

- Sem petróleo e gás natural as pessoas e as riquezas não circulam.

- Sem saneamento, a qualidade da água, os destinos inadequados do esgoto e do lixo comprometem a saúde das pessoas e aprofundam a pobreza.

- A telefonia deficiente reduz a comunicação entre pessoas, estados e países, segregados da aldeia global.

- Ao final, os transportes. Sem aeroportos eficientes, ferrovias e rodovias seguras, hidrovias e portos, as pessoas não circulam e a riqueza não é distribuída.

Com estas premissas, nós repetimos: para onde vamos?

Aos Transportes

Parece-nos desnecessário juntar mais críticas à situação das estradas, das ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos.

Sabe-se que muitos dos problemas ocorridos têm origem no desprezo pelo planejamento; pelo desconhecimento da logística; pela ignorância dos procedimentos básicos de recuperação e manutenção; ou ainda pela formulação e desenvolvimento de projetos incompletos, imprecisos; e até de parâmetros de carga de veículos, incompatíveis com o projeto da rodovia ou da ferrovia.

A questão é como reduzir em tempo o limite da falência do sistema de transportes, assegurando o crescimento econômico.

À Energia

É de conhecimento nacional e internacional que o país convive com um componente limitador no desenvolvimento industrial, a produção de energia. Lições recentes nos ensinaram a importância de buscar soluções

próprias; por imprevidência, geramos dependência. Vamos pagar caro...

A questão é como agilizar ações que afastem a ameaça do caos energético e permitam a retomada do crescimento.

Ao Saneamento Básico

Sem falar das implicações para o meio ambiente, sabe-se dos números e das conseqüências para a saúde daqueles que convivem com o problema da deficiência de saneamento básico.

A questão é determinar como reduzir este quadro à proporção aceitável, moral e socialmente.

À Água e o Meio Ambiente

Nossas cidades assistem ao aumento de resíduos de toda ordem, junto ao despreparo de tratá-los; as cidades pedem por maiores volumes de água, cada vez mais escassa e ameaçada de poluição nas suas fontes.

A questão é por que modo atacar este assunto, antecipando-se à adoção, em futuro não distante, de medidas restritivas de grave impacto ambiental.

À Habitação

Este tema tem sido tão freqüente na mídia que a sua menção torna-se enfadonha. No entanto, esta dura realidade é a de milhões de brasileiros. A questão é por quais mecanismos será viável retirar famílias de abrigos inadequados, para uma condição que lhes confira dignidade.

Para onde vamos? Voltamos a perguntar.

O Desafio

Não é mais possível a indiferença, ou a busca de encontrar culpados no debate estéril da polêmica. A sociedade organizada está preocupada e vem produzindo diagnósticos do caminho perigoso por onde seguimos.

O momento é grave, com respeito não só às infraestruturas já mencionadas, como das pertinentes à saúde e à educação.

- Sem embargo destas ações, é da maior relevância que os dirigentes políticos do país, incluindo dos estados e municípios, avaliem a habilitação técnica dos seus indicados para ministérios ou secretarias de Estado.

- Estamos cansados de ouvir que o Brasil, país em desenvolvimento, precisa de técnicos; onde estão as condições de colocação imediata para que os engenheiros e os arquitetos possam desenvolver o seu trabalho? Nós perguntamos.

- Estamos igualmente cansados dos aventureiros agourentos, que acenam com as soluções fáceis, paternalistas, verdadeiros mercadores de ilusões.

- As nossas empresas estão perecendo silenciosamente, pela força dos juros, da carga tributária, da legislação trabalhista, da burocracia e pelo câmbio perverso.

- A administração por manchetes tem norteado as ações de alguns homens públicos; a promoção tem sido mais importante que o produto; dar publicidade à intenção de realizar uma obra, não garante a sua concretização.

Senhores:

O Governo federal tem a visão destes problemas fundamentais, e vem discutindo programas e projetos em

diversas áreas críticas. os governos estaduais e municipais igualmente. Temos exercitado a política da emergência.

Não há a prática da engenharia pelos nossos administradores. A grande maioria deles são despreparados, foram recrutados por interesses político-partidários, e o aprendizado demora e custa muito. Há lentidão no processo e concentração de atividades nos períodos eleitorais, o que eleva os custos e preço dos serviços.

As soluções precisam de extrema urgência, pois toda espera só retira do Brasil e de nós brasileiros, o tempo que já não temos.”

Muito obrigado.

(Aplausos)

Encerramento da Homenagem

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência deseja expressar o seu mais profundo agradecimento pela presença das autoridades civis, militares e eclesiásticas, por representantes do corpo consular, do Coral Paraná, da Banda de Música da Polícia Militar do Paraná, regida pelo Capitão Paulo Khüm, bem como dos demais presentes que aqui compareceram, honrando e dignificando o Poder Legislativo paranaense, agradecendo a presença do Vereador Paulo Salamuni, que neste ato representa a Câmara Municipal de Curitiba.

Convido os presentes a ouvirem o Hino do Paraná, após o quê está encerrada a presente homenagem.

Sessão Especial

Sancionamento do Projeto de Lei do novo Piso Salarial do Paraná

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Às quinze horas e trinta e cinco minutos, dou início a esta Sessão Especial, quando este Poder Legislativo recebe o nosso Exmo. Governador Roberto Requião, que vem prestigiar esta Casa sancionando o projeto do novo piso salarial do Estado do Paraná.

Esta Casa deu uma demonstração democrática no debate desse projeto. Demos oportunidade a todas as entidades para que pudessem colocar suas posições. E, posteriormente foi aprovado, por unanimidade, por todos os Srs. Deputados.

Sr. Governador, nosso agradecimentos por sua vinda a esta Casa de Leis, hoje, para sancionar um projeto de suma importância para o nosso Estado.

Concedo a palavra ao Governador Roberto Requião.

Sr. Governador Roberto Requião

O SR. GOVERNADOR (**Roberto Requião**)

Presidente desta Casa, Deputado Hermas Brandão, membros da Mesa, Srs. Deputados e lideranças sindicais.

Por que sancionar este projeto de lei na Assembléia Legislativa?

É uma homenagem do Executivo aos Srs. Deputados. Uma homenagem importante e necessária no momento em que o Legislativo sofre no país inteiro tantos questionamentos. Estamos demonstrando, com clareza, que no Legislativo do Estado do Paraná não acontece o que acontece na Câmara Federal, em Brasília.

Este projeto de lei que já tinha sido objeto de iniciativa sem o devido suporte constitucional, mas oportunas, inteligentes e necessárias para abertura do debate, por parte dos Deputados Mauro Moraes e Hermes Fonseca, foi levado a mim pelos sindicatos, pelo Sindicato dos Rodoviários, acompanhados do advogado trabalhista Edésio Passos.

Estudei o assunto, redigimos um projeto inicial, tive a oportunidade de discuti-lo em Brasília com o então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, que me chamou a atenção para alguns equívocos de redação, os mesmos equívocos que haviam ocorrido em um projeto do Governo do Rio de Janeiro, tempos atrás. Aconselhado pelo Presidente do Supremo, mudamos a redação e enviamos o projeto à Assembléia Legislativa. O debate foi amplo, a resistência irracional de alguns setores conservadores, dura. A Assembléia foi pressionada, mas mostrou que é muito mais sensível às razões do trabalho e da população do que às razões estreitas de grupos econômicos equivocados.

Durante três anos, o Executivo, em parceria com a Assembléia Legislativa, multiplicou medidas que trabalharam na ponta de produção: reduzimos o imposto interno para compras no Paraná de 18 para 12%; demos dilação para investimentos industriais de oito anos, nos municípios de baixo IDH (quatro carências, quatro para pagar); dilatamos o ICMS da energia elétrica em vinte e quatro meses (vinte e quatro meses de carência, vinte e quatro meses para pagar); zeramos o imposto da micro-empresa; diminuímos radicalmente o imposto da pequena empresa. Sempre pensando nas duas pontas: o estímulo ao desenvolvimento e ao empreendedorismo e o estímulo à geração de empregos.

Estamos completando o Governo e, neste momento, achamos oportuno mexer, também, no piso mínimo dos trabalhadores. Dentro das possibilidades oferecidas pela Lei Federal, apresentamos um projeto à Assembléia Legislativa que foi aprovado por unanimidade.

Alguns Deputados me chamaram a atenção para um parágrafo único que parecia inconstitucional. Em um primeiro momento, pensávamos em deixar para que grupos interessados argüíssem a inconstitucionalidade, mas isso poderia, num equívoco judicial possível, fulminar o projeto inteiro. Iremos, então, recorrer às instâncias do Judiciário. A fim e a cabo, sem a menor sombra de dúvida, valeria o projeto talvez sem o parágrafo, então conversamos com os companheiros dos agrupamentos sindicais, das federações, e resolvemos eliminar o pará-

grafo para desta forma tornar impossível qualquer arguição de inconstitucionalidade.

Faço, no entanto, como Governador, uma sugestão aos Deputados: se quiserem fazer valer o parágrafo que estabelece que convenção alguma poderá ser inferior ao piso mínimo, elaborem um projeto de lei e votem em plenário; separado. Porque se alguém argüir a inconstitucionalidade, será arguição de uma peça única, separada, não atingindo e não fulminando nunca o projeto básico.

Tenho uma satisfação enorme, Presidente, de homenagear a Assembléia Legislativa, Deputados de todos os Partidos. Não tivemos um único voto contrário. E, daqui para frente, porque o projeto retroage a dia 1º de maio. Teremos um novo salário mínimo no Paraná. Injeção de glicose direta na veia dos municípios porque este aumento salarial não se transformará em caderneta de poupança, porque vai alimentar um salário mínimo extremamente reduzido. Ele entra imediatamente na circulação dos negócios dos municípios, no botequim da esquina, na loja de roupas, na loja de calçados, na estrutura de lazer e sem a menor sombra de dúvidas, vai impulsionar a economia do Estado.

Alguns pequenos empresários alegavam: “Mas, tenho quatro funcionários. Vai pesar para mim.”

Esqueceram de que não estão pagando ICMS algum. E a situação deles, com três anos de antecedência, foi resolvida e esqueceram de considerar também. Se eles têm quatro empregados, têm duzentos, trezentos clientes que aumentarão o seu poder aquisitivo com o salário mínimo regional, com esse piso regional votado pela Assembléia.

Meus cumprimentos ao Presidente Hermas Brandão e a cada um dos Srs. Deputados. Mais uma vez, verificamos o quanto é importante para o sistema democrático, o Legislativo. Com todos os seus defeitos. Já participei do Legislativo como Deputado e como Senador. Ele será sempre muito mais sensível que as organizações conservadoras que imaginam que o mundo começa e termina em torno do seu umbigo, aos clamores e reivindicações populares.

Nos próximos anos, sempre em 1º de maio, estaremos votando o piso mínimo regional.

Daqui para frente, com algumas variações de conduta. Levantamos desta feita, quase que todos os salários para o mesmo nível, entre quatrocentos e vinte e sete e quatrocentos e trinta e sete reais.

Estudos, no entanto, a partir de agora devem se desenvolver para que os próximos mínimos tenham classes diferentes de valores. Um mínimo para as empregadas domésticas, outro mínimo para outros tipos de trabalhadores, tudo tendo em vista a possibilidade de cada setor empresarial, e de avanço de cada categoria. Os próximos mínimos não estarão tão perto uns dos outros, mas esta legislatura, presidida pelo Hermas Brandão, não será mais esquecida pelos sindicalistas que são os grandes vitoriosos desse processo e pelo povo do Paraná em função da marca histórica do estabelecimento desse salá-

rio que é o terceiro no Brasil. O Rio Grande do Sul já tem, o Rio de Janeiro também, há alguns anos.

Presidente, muito obrigado por ter cedido-me a palavra neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Teremos agora a assinatura pelo Exmo. Sr. Governador do Estado.

(Aplausos)

(Manifestação nas galerias)

O SR. GOVERNADOR (**Roberto Requião**)

O Diário Oficial do Paraná está retido e essa publicação será feita no diário que deveria ter sido publicado ontem.

Vai, portanto, daqui da Assembléia diretamente para a Imprensa Oficial.

(Aplausos)

Encerramento da Sessão Especial

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a presente Sessão Especial.

Agradecemos mais uma vez a participação do Exmo. Sr. Governador do Estado, Srs. Secretários e líderes sindicais, que nos honram com suas presenças, nesse importante momento para a história do Paraná.

Suspendo a Sessão, para os cumprimentos.

Reabertura da Sessão Ordinária

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está reaberta a Sessão, às 15h55.

O SR. 2º SECRETÁRIO (**Geraldo Cartário**)

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º, artigo 88 do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Cleiton Kielse**)

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Manifesto de apoio aos Produtores Rurais

MANIFESTO DE APOIO AOS PRODUTORES RUAIS

A Assembléia Legislativa, na condição de Poder representativo de toda a sociedade paranaense e em nome dos Sras. e Srs. Deputado estaduais, vem tornar público o seu apoio incondicional à manifestação nacional dos produtores rurais.

A crise por que passa a agropecuária brasileira é desoladora. De um lado, significa prejuízo imediato e irreversível à parcela da população que vive e investe no campo, famílias que produzem e vivem da terra. De outro, representa um impacto negativo sobre toda a estrutura de produção da economia brasileira.

A agropecuária do Brasil tem sido, na história recente do país, o esteio que sustenta o crescimento nacional. No plano interno, gera empregos e impostos, abastece a mesa dos brasileiros e irriga o ambiente das cidades com a riqueza verde das sucessivas safras recordes. No plano externo, a agropecuária tem sido a âncora que garante divisas ao país na balança comercial e permite ao Brasil honrar seus compromissos internacionais.

Portanto, o manifesto dos produtores rurais é justo, legítimo e necessário. É um grito de alerta que pretende sensibilizar a sociedade brasileira para um conjunto de problemas que se abateram sobre a agricultura e a pecuária nacionais no últimos dois anos.

A mais importante e preocupante questão diz respeito ao desequilíbrio entre o alto custo de produção e o baixo preço final dos produtos, resultado direto da ausência de políticas públicas claras de abastecimento e comercialização. A esse desequilíbrio vêm se somar outros, como os problemas climáticos e, por fim, a volta da febre aftosa e o aparecimento da gripe aviária.

Somados, esses problemas produzem um contexto de endividamento capaz de dismantlar, em médio prazo, todo o sistema produtivo, caso não sejam adotadas medidas urgentes por parte das autoridades responsáveis.

É importante lembrar que a agropecuária brasileira tem apenas um meio onde buscar recursos para quitar seus débitos: continuar produzindo. É isso que os produtores rurais desejam. É isso que o Brasil necessita, pelo que de interesse nacional a agricultura e a pecuária representam.

Cabe, assim, às autoridades responsáveis pelas políticas públicas nacionais oferecer soluções reais para que os produtores rurais não permaneçam à mercê do mercado e dos seus desequilíbrios.

É o que também espera e clama esta Assembléia Legislativa, ciente do espaço nobre que o Paraná ocupa na produção nacional, em que segue contribuindo com cerca de um quarto da produção de grãos.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(aa) WALDIR LEITE, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, NELSO GARCIA, MILTINHO PUPPIO, NEIVO BERALDIN, ANTONIO ANIBELLI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, HERMAS BRANDÃO, MARCOS ISFER, CIDA BOGHETTI, NEREU MOURA, CARLOS SIMÕES, GERALDO CARTÁRIO, VALDIR ROSSONI, LUCIANA RAFAGNIN, HERMES FONSECA, LUIZ ACCORSI, VANDERLEI IENSEN, ARLETE CARAMÊS, ELIO RUSCH, CLEITON KIELSE, AILTON ARAÚJO, ELTON

CARLOS WELTER, NELSON JUSTUS, RATINHO JÚNIOR, ALEXANDRE CURI, PEDRO IVO ILKIV, MAURO MORAES, PADRE PAULO CAMPOS, CHICO NOROESTE, DOBRANDINO DA SILVA, LUIZ NISHIMORI, PASTOR EDSON PRACZYK, ELZA CORREIA e uma assinatura ilegível.

Indicações

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER a indicação do Deputado Vanderlei Iensen, em substituição ao Deputado Delegado Bradock que se encontra licenciado, para compor a PEC 115/05, que trata das Terras Indígenas.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI
Líder da Bancada do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER a indicação do Deputado Alexandre Curi, em substituição ao Deputado Artagão Júnior, para exercer a suplência da CCJ - Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI
Líder da Bancada do PMDB

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1156

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 193/06, Mensagem nº 31/06, de autoria do Poder Executivo, que trata da autorização do controle acionário da UEG.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Duílio Genari, Francisco Bühner, Luiz Nishimori, José Maria Ferreira, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luciana Rafagnin, Carlos Simões, Padre Paulo Campos, Edson Strapasson, Nereu Moura, Rafael Greca, Cleiton Kielse, Luiz Accorsi, Natálio Stica, Geraldo Cartário, Antonio Anibelli, Elton Carlos Welter, Jocelito Canto, Nelson Garcia, Ângelo Vanhoni, Pedro Ivo Ilkiv, Alexandre Curi, Cida Borghetti, Hermes Fonseca, Vanderlei Iensen, Elza Correia, Artagão Júnior, Mauro Moraes, Caíto Quintana e Miltinho Pupio.

REQUERIMENTO Nº 1170

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, preferência para a discussão e votação do Projeto de Lei nº 747/05, item 11 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 1191

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo n 81 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a prorrogação da Sessão do dia 16 de maio do corrente ano, em duas horas.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1173

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, a retirada da Proposição nº 115/05, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, item 01 da Ordem do Dia, por dez Sessões.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1174

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia da Proposição de Emenda à Constituição nº 115/05, de minha autoria, item 01, da Ordem do Dia de hoje, por uma Sessão.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) ELTON CARLOS WELTER

REQUERIMENTO Nº 1176

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, a retirada do Projeto de Lei nº 18/06, de minha autoria, item 12, da Ordem do Dia, por dez Sessões.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 1184

Senhor Presidente:

O Deputado este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o Plenário, seja realizada, no dia 05 de junho deste ano, Sessão Solene em homenagem à auto-suficiência brasileira em petróleo, alcançada graças à Petrobras e ao Governo Federal.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O petróleo, um combustível fóssil, tem seu mercado em nível global, e está presente em praticamente todos os produtos consumidos pelo homem moderno. Se pensarmos em qualquer coisa em nossa casa estaremos presenciando um componente que no mínimo indiretamente possui um derivado de petróleo, seja no combustível que transporta os produtos, nas embalagens, nos defensivos agrícolas, na sacola plástica.

Por sua importância e seu destaque na economia mundial, seu comércio é regulado em uma escala global e os países que possuem reserva e tecnologia de exploração e refino têm uma posição fundamental na questão geopolítica do globo. crises no setor abalam economias, mudam governos, promovem guerras, é talvez o instrumento econômico com maior influência sócio-política do homem contemporâneo.

O Brasil, até muito pouco tempo, era atingido de forma grave nas crises e nas guerras que envolviam o setor petrolífero. Na crise da década de setenta o Brasil sentiu sua forte dependência do mercado externo. Afinal, o país consumia mais petróleo do que explorava e refinava.

Mas com investimentos recordes, ano após ano, uma estratégia ímpar e uma nova dimensão política na Petrobras, implementada pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em três anos a Petrobras vem mudando a história do Brasil e da empresa no cenário mundial.

Agora, em 2006, o Brasil pode comemorar a auto-suficiência em petróleo. Estaremos explorando e refinando a quantidade de petróleo que consumimos. Isso significa que o Brasil entra em um seletíssimo grupo de países que ocupam posição estratégica, tornando-se mais independente e soberano. As decisões ficam mais fáceis e o Brasil não fica à mercê de políticas internacionais. Para se ter uma idéia do que essa nova política representa, no governo passado o brasileiro pagava R\$ 1,62 pelo litro de gasolina e o barril de petróleo estava a US\$ 28,00; hoje, estamos com o barril a mais de US\$ 73,00 e a gasolina a apenas R\$ 2,59. Se estivéssemos sob a mesma política o valor da gasolina estaria a mais de R\$ 4,22, ou se na época estivéssemos nas mesmas condições que as atuais, teríamos a gasolina no valor de R\$ 0,99. Ou seja, o Governo Lula demonstrou a competência na gerência da maior estatal brasileira, da maior empresa da América Latina.

REQUERIMENTO Nº 1145

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 12 de maio, do Sr. João Maria Claudino, no município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná.

O ex-Prefeito João Maria Claudino, 74 anos, nasceu em Tijucas do Sul, em 24 de julho de 1931, de família tradicional do município, João Maria foi neto de Benjamin Claudino Ferreira, primeiro Prefeito de São José dos Pinhais, e filho de João Claudino Machado, também primeiro Prefeito de Tijucas do Sul.

Na vida política, herdou a vocação da família, e desfrutando de grande prestígio em toda a comunidade, João Maria Claudino foi eleito para cinco mandatos, sendo um de Vereador, um de Vice-Prefeito e outros três mandatos de Prefeito Municipal, nos anos de 1975, 1993 e 2001. João Maria, como era chamado pela comunidade, deixou a Tijucas do Sul um legado histórico de contribuição, de trabalho e de amor pela terra em que nasceu e pela qual tanto se dedicou.

À família enlutada, em especial a sua esposa, Valdira de Oliveira Claudino e aos seus filhos: Adilson, Sandro, Arilson e Lorena; aos netos e bisnetas, votos de profundo pesar.

Quando do seu passamento, o município de Tijucas do Sul manifestou todo seu sentimento de gratidão e apreço a tudo o que representou o Sr. João Maria Claudino, para o qual foram expressas amplas manifestações.

Consternado ainda com seu falecimento, consideramos que Tijucas do Sul perdeu, além do grande cidadão, pai de família e político, um dos maiores defensores. Alguém que não fez distinção entre a sua vida particular e os grandes interesses da comunidade.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada nos endereços:

Rua Capitão Antônio Joaquim Barbosa, 110 - Vila Idalina - São José dos Pinhais - CEP: 83.010-110.

Rua XV de Novembro, s/n - centro - Tijucas do Sul - CEP: 83.190-000.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 1154

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Alves Vaz, ocorrido nesta data, na cidade de Catanduvas-PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Terezinha Gomes Vaz, enviando correspondência à Avenida Paraná, s/n, CEP: 85.470-000, Catanduvas-PR.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Tudo tem seu tempo, sua hora e seu lugar. A vida, na verdade, é uma questão lógica que possui regras próprias. Entre elas, está o tempo da chegada, o período da permanência e a hora da partida.

A chegada é repleta de sorrisos. A permanência é um misto de momentos bons e outros nem tanto. Já a par-

tida, é sempre um ato dolorido para todos que perdem um ente querido.

Nessa hora, as próprias palavras perdem um pouco do sentido. Mesmo assim, elas confortam, mostram o quanto a pessoa que partiu era bemquista e amada por todos, e acima de tudo, dão a certeza de que os amigos são os verdadeiros alicerces da vida.

“Seo” Antônio viveu com dignidade, responsabilidade e honradez. Um homem simples, que soube passar um legado de ética e de caráter aos seus filhos. Ficam os bons momentos vividos ao lado dele. Ficam os sorrisos e as brincadeiras. Ficam suas histórias e mais do que isso, ficam suas atitudes em relação à vida e ao próximo, modelo que deve ser seguido pelas atuais e futuras gerações.

E dentro da nossa fé cristã, fica a certeza de que houve apenas um até logo. Assim como aconteceu a partida, haverá também o reencontro.

E esta mesma fé nos assegura que o nosso amigo Antônio está ao lado de Deus na morada eterna. Pedimos ao Pai Criador, através do Seu infinito amor, console a todos que ainda sofrem pela ausência do pai, marido e grande amigo.

Os nossos sinceros votos de condolências.

REQUERIMENTO Nº 1190

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Cleide Pinheiro de Mello, ex-primeira dama do município de São Jerônimo da Serra.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1159

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações em comemoração ao Jubileu de Ouro da Arquidiocese de Londrina.

Requer ainda, envio de cópia ao Revmo. Dom Albano Cavallin, através de correspondência a ser enviada à Rua Dom Bosco, 145 - Jardim Dom Bosco - CEP 86060-340 - Londrina/PR.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 1160

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao professor Wilmar Sachetin

Marçal, eleito Reitor da Universidade Estadual de Londrina - UEL.

Requer ainda, envio de cópia ao Reitor Wilmar Sachetin Marçal, através de correspondência a ser enviada à Rodovia Celso Garcia Cid, 445, Km 380 - Campus Universitário - CEP 86051-990 - Londrina/PR.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 1161

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações à Federação dos Empregados em Empresa de Asseio e Conservação do Paraná, sendo dia 16 de maio comemorado o Dia do Gari.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 1186

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações em comemoração ao Jubileu de Ouro da Arquidiocese de Londrina.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis, em nome do Revmo. Dom Albano Cavallin.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1187

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações ao professor Wilmar Sachetin Marçal, eleito Reitor da Universidade Estadual de Londrina - UEL.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1171

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis, de votos de congratulações e aplausos ao Jornal do Oeste e toda sua eficiente e atuante equipe, desde os idealizadores, diretores, editores, redatores e todos os funcionários, com sede na cidade de Toledo, em comemoração ao seu 22º aniversário.

O Jornal do Oeste, que desde 20 de maio de 1984 circula diária e ininterruptamente, registra com muita ética e responsabilidade, os atos e fatos que fazem a história de Toledo, região Oeste e de todo o Estado do Paraná.

Requer outrossim, seja oficiado à direção, na pessoa de Armando Manfroí, com endereço à Av. Parigot de Souza, 2926, Toledo/PR - CEP 85904-270.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 1146

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Mauá da Serra, pela passagem de seus quatorze anos de emancipação política, no próximo dia 24 de maio corrente.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Hermes Wichtoff, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Paulo Lourenço da Silva, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Mauá da Serra.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 24 de maio/06, a população de Mauá da Serra estará comemorando a passagem de mais um aniversário de sua emancipação política.

Antes de ser conhecido por Mauá, a localidade recebeu as denominações de Lagoa Bonita e Munhoz da Rocha. No começo dos anos cinquenta, Jamil Assad Jamus adquiriu uma gleba de terras nas imediações e pôs-se a implantar um loteamento, surgindo então o projeto Cidade de Mauá.

Em 25 de março de 1954, foi fundado o núcleo com enorme festa ocorrida no Hotel Pioneiro, na época, em fase de acabamento. Apesar de todo zelo, Mauá não se desenvolveu a contento de seu idealizador, demorando muito a deslanchar como centro comercial convergente.

Na década de setenta, a cidade se firmou economicamente, suas terras de topografia amena eram disputadas e o sítio urbano cresceu. Pela Lei nº 8416, de 21 de novembro de 1986, foi criado o Distrito Administrativo de Mauá.

Em 24 de maio de 1990, pela Lei Estadual nº 9272, foi criado o Município com território desmembrado de Marilândia do Sul e denominação alterada para Mauá da Serra.

Queremos, através desta proposição, parabenizar toda a população de Mauá da Serra na significativa data da comemoração de seus quatorze anos de emancipação política.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, associa-se às homenagens que serão prestadas ao município que ora aniversaria.

REQUERIMENTO Nº 1147

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para a posteridade, votos de congratulações e aplausos ao Dr. Paulo Pimentel, Diretor-Presidente da Editora O Estado do Paraná, pela inauguração do novo equipamento da editora.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Dr. Paulo Pimentel, para que receba, por intermédio deste Deputado, e transmita a todos os seus colaboradores, as homenagens da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em data de 10 do corrente, a Editora O Estado do Paraná inaugurou, em sua sede, o CPT (Computer to Plate/Computador para Chapa) novo equipamento moderno para a Editora, que melhorará a qualidade gráfica e agilizará o processo de pré-impressão das publicações da Editora, como os jornais O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná.

Sentimos orgulho, neste momento, de prestar à notável empresa jornalística o nosso tributo de admiração e respeito.

Tantos benefícios tem a Editora O Estado do Paraná prestado à nossa terra paranaense, que não é de admirar o movimento popular em prol da divulgação de tão importante equipamento supermoderno. Poderá, doravante, ostentar com orgulho como a grande empresa de nossa terra.

É sem dúvida, a Editora O Estado do Paraná, o símbolo que mais de perto fala ao coração de todo aquele que sente a chama do patriotismo abrasar-lhe a alma.

No jornal, com efeito, estão somados, a história e os altos feitos da pátria. Lembrá-los é reviver o passado.

Não só do pão material vive o homem, mas por igual do pão e do espírito.

Um povo não se faz admirar, apenas, pela sua força bruta, mas, sobretudo, pelas criações do espírito.

Atenas passou à admiração dos povos, não tanto pelas qualidades guerreiras do povo helênico, senão pelas maravilhosas criações de seu espírito imortal. Se conhecemos seus feitos gloriosos nos campos da batalha é porque homens como Homero e Xenofonte souberam pôr em verso as ações gloriosas de seus varões assinalados.

Camões, no seu Lusíadas, conta os grandes feitos de Gama que talvez tivessem ficado reduzidos a uma crônica incolor, não fosse o gênio literário do grande épico.

Bastará muitas vezes um jornal para imortalizar um país. Bastaria D. Quixote para que a Espanha passasse à posterioridade.

Cultivar uma empresa jornalística é trabalho pela grandeza e pela glória do Brasil.

Cultivar a literatura é fugir às condições terrenas, para se alcandorar nas regiões do espírito.

E qual o meio mais propício de fazer com que o povo comungue nesse desejo, que é o inato do homem, de cultivar o espírito e de libertar a inteligência das coisas materiais, se não uma grande empresa jornalística?

Lançai um olhar retrospectivo para os grandes surtos literários do século passado, e veremos que foi em empresas, quer particulares quer oficiais, que os movimentos literários tomaram corpo e que grandes espíritos se revelaram.

Uma organização como a Editora O Estado do Paraná, é pois, uma empresa de tal valia que, em cada rincão, por mais afastado que se encontre, uma instituição desse gênero deveria existir.

Está, pois, de parabéns, o Dr. Paulo Pimentel, e todos os colaboradores que trabalham para o progresso desta Editora. Fiquem certos de que a sociedade e a Pátria lhes serão sumamente reconhecidos e agradecidos.

Honra, pois, a todos que lutaram para dotar esta terra como a Editora O Estado do Paraná, tendo à frente o Dr. Paulo Pimentel, na certeza de que praticaram o ato mais meritório de que é capaz o esforço humano.

O jornal, senhores, é pois, farol a espantar as trevas e é alavanca a impulsionar o progresso.

REQUERIMENTO Nº 1169

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente propor voto de louvor ao Sr. Walid Sukrie pelo brilhante trabalho que desenvolve ocupando cadeira junto à Câmara dos Deputados da República Libanesa, estreitando os laços entre o Brasil e o Líbano.

Destaca-se, ainda, como membro da Comissão Parlamentar de Saúde daquele país.

Diante dessa, solicito ainda a especial gentileza em notificar o Sr. Walid Sukrie, através do gabinete Parlamentar do Deputado que subscreve o presente, nesta Casa de Leis, acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1181

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Ademir Mazer.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenagem da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.05.2006.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1183

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Antônio Grego. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenagem da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.05.2006.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1182

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Valdenir Teles Magalhães, editor do Club Poético Pés Vermelhos.

A referida homenagem deve-se pelos 16 anos da publicação de poesias alternativas no jornal Club Poético.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenagem da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.05.2006.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1157

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Presidente do Sindicato Rural de Maringá, José Antônio Borghi, externando o apoio à mobilização do Sindicato Rural de Maringá, em conjunto com os demais agricultores, que neste dia 16 de maio de 2006 promovem mobilização nacional em defesa da agricultura do Paraná e do Brasil. Os setores produtivos deste Estado e do país estão no limite da capacidade de sobrevivência, exigindo a atitude extrema de uma paralisação nacional.

Segundo dados dos agricultores do Paraná, no ano de 2005 foram acumulados prejuízos de 7,3 bilhões de reais na agricultura. A base da produção paranaense e brasileira está vivendo tempo de grande crise e essa paralisação é o grito daqueles que já não vêem recuperação possível no curto prazo. O apoio desta Assembléia Legislativa é imprescindível, já que representa o povo deste Estado e é nos municípios que a crise da agricultura vem mostrando sua face nefasta, com desemprego e falta de perspectivas de futuro melhor.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1158

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Presidente da República, Exmo. Sr. Luiz Inácio Lula da Silva; ao Ministro de Estado da Justiça, Exmo. Sr. Márcio Thomaz Bastos, bem como ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Exmo. Sr. Paulo Bernardo Silva, protestando contra a redução dos investimentos da União na Segurança Pública do país.

Segundo dados da Organização Não Governamental Contas Abertas, que analisa as contas do Poder Público, “os investimentos do Governo Federal em segurança pública diminuíram 11% em 2005. Foram investidos R\$ 475 milhões no ano passado contra R\$ 533 milhões aplicados em 2004. A redução de verbas atingiu três das mais importantes unidades orçamentárias do Ministério da Justiça.

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal (PRF) foi o mais afetado pela queda. Em 2004, a PRF tinha R\$ 19,5 milhões em recursos. Ano passado o número caiu para R\$ 7,7 milhões. O Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), criado para financiar projetos dos governos estaduais e municipais, também teve os valores reduzidos em 26%.

O terceiro mais atingido pelo corte foi o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), que teve redução de R\$ 55,2 milhões.

A crise na segurança pública do país é evidente e a falta de planejamento e de políticas públicas efetivas reflete-se na falta de controle do crime organizado no país.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1165

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, REQUISITAR ao Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, que crie, no âmbito do Estado do Paraná, o Conselho de Combate aos Crimes Cometidos pela Rede Mundial de Computadores, tendo em vista a Proposição de Veto nº 11/06. Tal requerimento se faz necessário uma vez que se trata de iniciativa privada do Governador do Estado, já que dispõe acerca da criação de órgão da administração pública, conforme artigo 66, inciso IV da Constituição do Estado do Paraná.

Face ao exposto, solicitamos a aprovação deste requerimento pelos demais Pares.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1179

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, envio de expediente à Secretária de Estado da Cultura, Exma. Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, encaminhando um exemplar da publicação Club Poético Pés Vermelhos, sugerindo que esta Secretaria ofereça apoio e incentivo ao trabalho realizado pela entidade.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1180

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretária da Administração e da Previdência, Exma. Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon, solicitando informações em relação à não contratação do Sr. Ricardo Rogério da Silva, aprovado no Concurso Público para Agente de Execução dessa Secretaria, conforme Edital 149/05.

Vale ressaltar que o mesmo realizou os exames médicos em novembro do ano passado e não recebeu mais nenhuma convocação. Quando o mesmo foi procurar saber como estava a situação, recebeu informações de que sua vaga havia sido preenchida por outra pessoa.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1188

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado este subscreve, solicita a esta egrégia Assembléia, o envio de expediente de alerta e de solicitação de providências ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva; ao Prefeito de Curitiba, Carlos Alberto Richa; à Secretária de Estado da Cultura, Vera Maria Haj Mussi Augusto; ao Presidente do IPPUC, arquiteto Luiz Henrique Cavalcanti Fragomeri; ao Presidente da Fundação Cultural de Curitiba, jornalista Paulino Viapiana, sobre nova perda cultural no Centro de Curitiba, com o fechamento do tradicional auditório e sala de cinema - Cine Plaza - na Praça Osório.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Fechou o Cine Plaza, o último cinema de rua de Curitiba, cenário dos festivais de cinema da capital do Paraná. Endividado, com atraso nas contas de luz, os filmes foram bloqueados por falta de pagamento, pelas distribuidoras.

Com 1600 lugares, o salão é patrimônio do centro de Curitiba. O uso do imóvel é disputado entre a Associação dos Servidores Públicos do Paraná e o produtor cultural Nicholas Paim Falias, da Criação Companhia.

Afinal, uma cidade que diz ter uma política oficial chamada "Centro Vivo", não pode fingir que não vê acabar um espaço cultural tão significativo e singular.

Seja este requerimento encaminhado às autoridades nominadas nos seguintes endereços: Governo do Estado - Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº, Prefeitura Municipal, Av. Cândido de Abreu, 817 - CEP: 80.530-908; IPPUC - Rua Bom Jesus 669, Cabral - CEP: 80.035-010; Fundação Cultural de Curitiba, Praça Garibaldi 7 - CEP: 80.410-250; Secretaria da Cultura, Rua Ébano Pereira, nº 240, CEP: 80.410-903 - Curitiba-PR.

REQUERIMENTO Nº 1164

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve vem, através deste, solicitar informações acerca da denúncia feita pelo Governador do Estado do Paraná, de que teria recebido proposta de um Banco para transferir os investimentos da Parana Previdência, pelo qual receberia uma comissão de 08% (oito por cento) do valor aplicado.

Solicitamos, a bem do poder público, que seja nominada a instituição financeira, bem como a pessoa física ou jurídica proponente da negociata.

Ainda, com base no princípio da transparência da Administração Pública, solicitamos também a relação dos investimentos dos últimos três anos, bem como da contabilidade da Parana Previdência.

Por fim, requer-se seja encaminhada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, cópia dos documentos solicitados acima.

Face ao exposto, solicitamos a aprovação deste requerimento pelos demais Pares.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1153

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando informações a respeito do andamento da solicitação protocolada pelo Sr. Arivonil Calado. (COMEC - nº 8.860.999-9):

- Se o pedido ainda não foi respondido ao requerente especificar;

a) razões pelas quais ainda não foi respondido;

b) em que fase ou órgão se encontra o pedido objeto deste requerimento.

Por fim, requer que sejam respondidos aos requerente os pedidos formulados.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente nos artigos 55 e 90, inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações da Administração Pública é uma prerrogativa constitucional de todos os cidadãos e o pedido formulado pelo Sr. Arivonil Calado não teria sido respondido pela Administração Pública Estadual.

REQUERIMENTO Nº 1175

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado de Obras Públicas, Exmo. Sr. Luiz Dernizo Caron, solicitando informações quanto à existência de dotação orçamentária para a construção de viaduto no Conjunto Jamile Dequech.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1177

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Exmo. Sr. Newton Pohl Ribas, solicitando que seja atendido o pedido em anexo, encaminhado a este Parlamentar pelo Diretor-Superintendente do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto - do município de Sertãoópolis.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1178

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitado informações em relação à procedência dos softwares utilizados pela Polícia Militar do Paraná, em virtude da denúncia realizada por e-mail.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 247/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado Ângelo Falavinha Dalprá, o Terminal Rodoviário do bairro Guaraituba, na Rua Cascavel com a Estrada da Ribeira, de propriedade do Estado sob a coordenação da Comec, no município de Colombo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O fato de vir a denominar este terminal como Ângelo Falavinha Dalprá justifica-se pelo fato de este homem ser um empresário de destaque e uma grande liderança em sua comunidade.

Ângelo Falavinha Dalprá, filho de imigrantes italianos que residiram na Colônia Faria, no município de Colombo, onde nasceu em 04 de abril de 1927, cursou o primário na Escola da Colônia Faria, com muito interesse em aprender; obteve aulas particulares que serviram para complementar seus estudos. Em 1947 ingressou na Base Aérea de Curitiba, como reservista de primeira categoria; assim cumpriu com o papel de cidadão brasileiro e seu dever cívico de militar. Após esse período regressa ao seu local de origem.

No ano de 1950, casou-se com Regina Bertinardi Dalprá, com quem teve oito filhos. Logo após seu casamento em 1951, fixou residência em Guaraituba, sendo um dos pioneiros da região. Lutou muito para o desenvolvimento da comunidade.

Montou uma serraria (Serraria São Sebastião); figura importante para os imigrantes aos quais ajudou fornecendo madeira para a construção de milhares de casas, fazendo assim sua contribuição para a sociedade. Ainda hoje perdura a antiga construção que é de propriedade da família Dalprá.

Grande colaborador que sempre foi, e por seu espírito de luta, sempre buscou, sem medir esforços, em prol da comunidade local. Sentiu-se a necessidade de fundar uma escola, dono de uma serraria e com um pequeno terreno doado pelo Cônsul Português Joaquim Ferreira Gomês, construiu a primeira sala de aula, a qual ampliada, hoje é uma Escola Municipal que atende toda a comunidade local, com mais de 440 alunos.

Em 1959, ingressou na vida política sendo eleito Vereador pela primeira vez em Colombo. No ano de 1963, foi reeleito e assume como Vice-Prefeito do Município, até 1969.

Veio a falecer no dia 11 de abril de 1978, com a idade de 79 anos.

Portanto, merece esta homenagem *in memoriam*.

PROJETO DE LEI Nº 248/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado Gerhard Möller, o Terminal Rodoviário de Roça Grande, de propriedade do Estado sob a coordenação da Comec, na Rodovia da Uva, no município de Colombo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O fato de vir a denominar esse terminal com o nome do Sr. Gerhard Möller é uma homenagem ao grande empresário que foi.

Gerhard Möller, nascido em 28 de janeiro de 1927, filho de Frederico Möller e Lina Möller, paranaense, natural de Colombo, de família tradicional de Curitiba e Colombo, teve sua residência na infância próximo à Igreja do Atuba.

Aos doze anos foi para a Alemanha, período onde eclodiu a Segunda Guerra Mundial; foi obrigado a servir o exército alemão, onde desempenhou a função de telegrafista, na fronteira da Alemanha com a Rússia. Ao término da Guerra, foi preso num campo de concentração russo por um ano e meio; trabalhou numa mina de sal; ganhou a liberdade por ser de naturalidade brasileira. Em 1949, retorna ao Brasil, onde foi preso pelo exército brasileiro, e obrigado a servir como militar brasileiro por dois anos, no 20 RI, hoje o 20 BIB.

Logo após, teve seu primeiro emprego como mecânico ajustador/ferramenteiro, na Fundação Marumbi, onde hoje é o atual Shopping Mueller onde chegou ao posto de encarregado.

Casou-se com Ema Purat Möller, com quem teve quatro filhos.

Em 18 de julho de 1957, Gerhard Möller fundou a Möller & Cia., juntamente com o amigo Carlos Wiczick. A primeira instalação foi na Rua Mateus Leme, próximo ao Shopping Mueller. O espaço tornou-se pequeno para a empresa, então mudaram para Colombo; no início apenas um barracão, espaço onde até hoje é a empresa. Desde dezembro de 1978 a companhia passa a ser apenas da família Möller.

A empresa cresceu e dinamizou seu produtos e serviços, como montagem e reformas de componentes de construções de aço para equipamentos industriais, projetos. Ampliou sua tecnologia na área de turbinas, alcançando o mercado internacional.

Gerhard Möller dedicou sua vida em favor da família e do seu trabalho, trazendo o desenvolvimento ao seu país, ao Estado e à sua comunidade, vindo a falecer no dia 01 de agosto de 2003, com 76 anos de idade.

Portanto, merece esta homenagem *in memoriam*.

PROJETO DE LEI Nº 249/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Orgânicos de Palmas. Fundada em 17.07.03, Av. Tiradentes, 1012, centro no município de Palmas/PR, com sede e foro na cidade em referência.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela visa se justificar por tal proposição, pelos relevantes trabalhos que vem desenvolvendo nos seus três anos de existência, fundada em 17.07.03, com sede e foro no município de Palmas/PR. As finalidades abrangem todo o campo da agroecologia, baseados em tecnologias e meios de produção inovadoras, sem uso de agrotóxicos, biocidas, adubos químicos e quaisquer outros insumos ou práticas que venham apresentar risco à saúde e ao meio-ambiente, ou desequilíbrios de ordem social, visando especialmente à conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e do solo, assegurando desta forma, a permanência do homem no campo.

PROJETO DE LEI Nº 250/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 10 da Lei Estadual 12.493, de 22 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

Art. 10...

Parágrafo Único. Ficam proibidos, em todo o território do Estado do Paraná, a instalação e o funcionamento de empreendimento de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais em distância inferior a dez quilômetros de núcleos populacionais.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e será regulamentada pelo Poder Executivo Estadual no prazo de 90 (noventa) dias.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que o acondicionamento, o transporte, o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos industriais têm que obedecer a critérios e condições mínimas estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas e Legislação Ambiental do Estado.

Não obstante, considerando que em se tratando de resíduos perigosos, altamente poluentes, que podem causar prejuízo à saúde, à segurança e ao bem-estar da população, estamos estabelecendo, por meio do presente projeto, a proibição de instalação e funcionamento de empreendimentos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais em distância inferior a dez quilômetros de núcleos populacionais.

Ressalte-se que a expressão núcleos populacionais é a mesma que é empregada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), ao definir os critérios de

localização de aterros de resíduos perigosos, em especial na NBR 10.157.

Essa proposta tem por finalidade, portanto, dar cumprimento aos preceitos dos artigos 225 da Constituição Federal, e 207 da Constituição Estadual, que asseguram a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à sadia qualidade de vida.

PROJETO DE LEI Nº 251/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede no município de Planaltina do Paraná e foro na comarca da Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Planaltina do Paraná é uma ONG de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 27.08.1981 e tem demonstrado, nesse período, o desenvolvimento de um trabalho sério, extremamente técnico e fundado no respeito à dignidade da pessoa humana, o que lhe confere a respeitabilidade e o reconhecimento da sociedade planaltinense como órgão de defesa de interesse público, especificamente o seu trabalho de defesa dos interesses das mães carentes e seus filhos.

A APMI tem por objetivo geral desenvolver ações que concorram para o atendimento simultâneo da criança, dentro de um conceito familiar, nas cinco áreas que interferem diretamente no seu crescimento e desenvolvimento, educação, saúde, nutrição, saneamento e aspecto legais.

A construção de uma sociedade melhor, mais justa, mais fraterna e mais feliz, é responsabilidade de cada um de nós, e acreditamos que o futuro pode ser melhor e diferente. A consciência de nossa responsabilidade nessa transformação é que nos impulsiona e nos estimula a engajar nessa rede de solidariedade.

PROJETO DE LEI Nº 252/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Grupo Renascer de Apoio aos Homossexuais, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Grupo Renascer de Apoio aos Homossexuais, com sede e foro no município de Ponta Grossa-PR, entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo o desenvolvimento de ações no município de Ponta Grossa no sentido de organizar o maior número de pessoas, independente de sexo, orientação sexual, cor, credo, convicções filosóficas, condição social, idade, profissão, que estejam interessadas em defender a liberdade de orientação sexual e o combate à AIDS e seus efeitos.

A iniciativa se justifica tendo em vista os relevantes serviços prestados pela entidade à comunidade do município, conforme se pode verificar nas atas e relatórios de atividades juntadas ao projeto, bem como preenche todos os requisitos formais e legais.

A aprovação do presente projeto permitirá à entidade requerer recursos oriundos dos poderes públicos, o que facilitará a execução de seus objetivos e para tanto, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 253/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Para efeito de lei, considera-se Evento de Grande Porte todo e qualquer evento de natureza artística, cultural, promocional, religiosa, esportivas e outros semelhantes a serem realizados em:

a) Local fechado com capacidade de público igual ou superior a 1000 (um mil) pessoas;

b) local aberto delimitado fisicamente com capacidade de público igual ou superior a 2000 (duas mil) pessoas;

c) empresa locadora - a pessoa jurídica proprietária locatária ou concessionária do direito do uso do espaço apropriado para realização de eventos de grande porte;

d) empresa promotora - a pessoa jurídica que promove a realização de eventos nos locais acima mencionados.

Art. 1º O Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, somente poderá autorizar a realização de Eventos de Grande Porte, onde a empresa locadora e/ou empresa promotora deverá, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data prevista para realização do evento, protocolar os seguintes documentos e o pedido para:

I - certificado de Vistoria expedido pelo Corpo de Bombeiros do qual deverá constar:

a) capacidade máxima de público no espaço onde se realizará o evento;

b) característica do local, com especificações dos equipamentos, número de viaturas para salvamento e adaptações necessárias à segurança do público (saídas e iluminação de emergência, extintores de incêndio);

§ 1º A quantidade máxima de ingresso a ser confeccionado, incluindo-se os convites e cortesia, não ultrapassará ao limite máximo de pessoas estabelecidas no Certificado de Vistoria expedido pelo Corpo de Bombeiros;

§ 2º A numeração dos ingressos será sequencial, respeitando a capacidade máxima de público prevista pela Certificado de Vistoria.

II - Cópia do contrato de locação de serviços celebrados entre a empresa promotora e a empresa especializada em segurança, objetivando a contratação de profissionais para o evento, que não poderá ser inferior a 1% (um por cento) do público recomendado no Certificado de Vistoria;

III - efetuar o pedido de solicitação de policiamento ostensivo para a data do evento;

IV - cópia da apólice de seguro contra riscos de incêndio, das edificações e instalações de todo o espaço do evento;

V - cópia da apólice de seguro de danos pessoais de visitantes, frequentadores, clientes, expositores, servidores públicos e trabalhadores em serviço.

Art. 2º O Instituto Ambiental do Paraná-IAP, somente poderá autorizar a realização de Eventos de Grande Porte, onde a empresa locadora e /ou empresa promotora deverá, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data prevista para realização do evento, protocolar o pedido para:

I - estudo do possível impacto ambiental no local do evento:

- a) poluição sonora - ruído e som;
- b) iluminação no evento;
- c) poluição ambiental;
- d) degradação do meio ambiente.

Art. 3º A junta Comercial do Paraná, somente poderá autorizar a realização de Eventos de Grande Porte, onde a empresa locadora e/ou empresa promotora deverá, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data prevista para realização do evento, protocolar os seguintes documentos:

I - cópia, com atestado de validade, do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - certidão de regularidade fiscal municipal, estadual e federal;

III - cópia do contrato de locação ou autorização da empresa locadora para realização do evento;

IV - cópia da razão social da empresa promotora do evento e número da inscrição municipal;

V - cópia do contrato social, declaração de firma individual ou estatuto.

Art. 4º O Ministério Público do Paraná, somente poderá autorizar a realização de Eventos de Grande Porte, onde a empresa locadora e/ou empresa promotora deverá, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data prevista para realização do evento, protocolar os seguintes documentos:

I - certidão fornecida pela Vara de Infância e Juventude informando a faixa etária autorizada a participar do evento;

a) a empresa promotora será responsabilizada pela manutenção da ordem e o respeito à moral e aos bons costumes, no local onde se realizará o evento.

II - Em caso do descumprimento ao previsto na presente lei, o Ministério Público do Paraná pode ensejar a solicitação da aplicação das seguintes penalidades para as empresas organizadoras e/ou promotoras do evento:

a) multa pecuniária mínima de R\$ 1.000,00 (um mil reais) até o máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por pessoa presente no evento, de acordo com a natureza e gravidade da infração cometida, importância que duplicará no caso de reincidência;

b) interdição e/ou embargo do evento a qualquer tempo;

c) impedimento por 02 (dois) anos para realização de novos eventos;

§ 1º As penalidades previstas neste artigo poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo das sanções de caráter civil e criminal.

§ 2º Responderá pelas infrações quem, por qualquer modo as cometer, concorrer para a sua prática, ou delas se beneficiar.

§ 3º As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das que, por força de lei, possam ser impostas por autoridades federais ou estaduais.

§ 4º Fica assegurado aos infratores o direito à ampla defesa, que deverá ser executada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sem efeito suspensivo.

Art. 5º Não se aplica o dispositivo nesta lei:

I - a jogos de futebol realizados em estádios destinados a esse fim, obedecidas às disposições constadas no Estatuto do Torcedor - Lei nº 10.671 de 15 de maio de 2003;

II - a jogos individuais ou coletivos realizados em ginásios de esporte;

III - a reuniões, convenções ou comícios políticos, obedecidas as restrições contidas no Código Eleitoral - Lei Federal nº 4737 de 15 de julho de 1965 e legislação complementar;

IV - a reuniões realizadas nas dependências de clubes sociais legalmente constituídas.

Art. 6º A referida lei será aplicada sem prejudicar as obrigações que a empresa locadora e/ou empresa promotora, por força de lei, possa ser imposta por autoridades municipais, estaduais e federais.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Estou reapresentado o projeto de lei que dispõe sobre promoções de eventos de grande porte, por estar consciente que esta matéria deveria ser novamente analisada e aprovada por esta Casa de Leis para que os paranaenses tenham melhor segurança e resguardo legal em seus momentos de lazer.

O Poder Legislativo deve seguir o exemplo da Prefeitura Municipal de Curitiba e criar uma legislação mais rigorosa, para todo o Estado do Paraná, que forneça os mecanismos necessários e suficientes para evitar que, no futuro, a tragédia ocorrida no dia 31 de maio de 2003, nas dependências do Jockey Clube do Paraná, onde vitimou três jovens (Larissa Seletti, 15 anos; Mariana de Andrade, 14 anos; e Jonathan Raul dos Santos, 15 anos) não ocorra mais.

O projeto de lei em questão trata de eventos de grande porte englobando eventos artísticos, culturais, promocionais, religiosos e desportivos para igual ou superior a mil pessoas, em locais fechados e abertos, delimitado fisicamente, um total igual ou superior a 2000 pessoas. Em local aberto, o projeto exige que em sua viabilização seja cumprida uma série de exigências, no que concerne à segurança do local e mesmo quanto à idoneidade da empresa promotora do evento. Em estabelecimentos fechados vai permitir uma fiscalização melhor em eventos que diariamente se realizam em estabelecimentos devidamente licenciados, tais como: casa de shows, dancesterias, boates.

Assim, a proposta irá reforçar o mecanismo de segurança e aumentar as penalidades, em caso de não cumprimento das exigências, podendo evitar que outras tragédias venham ocorrer por não haver legislação que regularize os eventos de grande porte.

PROJETO DE LEI Nº 254/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada a entrada e permanência de animais acompanhantes em locais públicos, meios de transportes ou em quaisquer estabelecimentos comercial, industrial, de serviço ou de promoção, proteção e recuperação da saúde, desde que observadas as condições impostas por este projeto de lei e seu regulamento, e, bem assim, as condições a que esses animais quando no desempenho da sua missão.

§ 1º Animais de acompanhantes são cães cuja característica é auxiliar no tratamento de enfermidades psicológicas (stress, solidão, depressões). E pessoas que possuem deficiência visual, que são auxiliados por cães treinados para fazer sua locomoção (cão-guia).

§ 2º Cães-guias são animais portadores de certificado de habilidade fornecido por uma escola filiada à Federação Internacional de Escola de Cães-Guia e que esteja a serviço de uma pessoa portadora de deficiência dependente dele ou que se encontre em estágio de treinamento.

§ 3º Local público é aquele aberto e utilizado pela sociedade, com acesso gratuito ou mediante pagamento de taxa de ingresso.

§ 4º Estabelecimentos são propriedades privadas sujeitas ao cumprimento das normas e posturas municipais e estaduais.

Art. 2º Os recintos e edificações mencionados no artigo 1º, são:

I - estabelecimentos de saúde pública ou privada tais como: hospitais, clínicas, consultórios médicos, consultórios odontológicos e laboratórios;

a) esses estabelecimentos mencionados no item I, o acompanhante (animal destinado a auxiliar no tratamento) deverá freqüentar somente alas onde tenha lugares reservados para este fim. Não deve ser comprometida a segurança ou a higiene do recinto.

II - Cinemas, teatros, auditórios, museus, bibliotecas, salas de conferências e de convenções;

a) os donos de animais acompanhantes são responsáveis pela ordem e respeito com os demais freqüentadores;

III - restaurantes, casas de bebidas, casas de café, bares e assemelhados;

IV - transportes públicos, aeronaves das transportadoras aéreas nacionais, barcos, táxi;

V - estabelecimentos escolares, públicos ou privados;

VI - centros de formação profissional ou de reabilitação;

VII - recintos desportivos de qualquer natureza, designadamente estádios, pavilhões e outros;

VIII - salas e recintos de espetáculos ou de jogos;

IX - edifícios dos serviços da administração pública central, regional e local, incluindo os institutos públicos;

X - locais de prestação de serviços abertos ao público em geral, tais como estabelecimentos bancários, seguradoras, correios e outros;

XI - estabelecimentos de comércio, incluindo centros comerciais, hipermercados e supermercados;

XII - estabelecimentos de alojamentos, como hotéis, residências, pensões e outros similares;

XIII - lares e casas de repouso;

XIV - locais de lazer e de turismo em geral, como praias, parques, termas, jardins e outros;

XV - locais de emprego.

Art. 3º O direito de acesso previsto no artigo anterior não implica quaisquer custos suplementares para o deficiente visual ou para o paciente em tratamento e pre-

valece sobre quaisquer proibições que contrariem o disposto no presente projeto de lei.

Art. 4º É necessário que o proprietário de animais de acompanhantes tenham em seu poder a receita médica do médico devidamente inscrito no CRM (Conselho Regional de Medicina), atestando que o animal faz parte do tratamento.

Art. 5º Todos os animais devem ser identificados com placas que contenham informações sobre o seu dono como: RG, endereço, CPF e nome do médico que o recomendou e nome do médico veterinário com devido registro no CRV (Conselho Regional de Medicina Veterinária).

§ 1º O direito de acesso não pode ser exercido enquanto o animal apresentar sinais manifestos de doenças, agressividade, falta de asseio, apresente qualquer sinal, característica anormal, susceptível de provocar receios fundados às pessoas ou outros animais, ou se comporte de forma inadequada de modo a perturbar o normal funcionamento do local em causa.

Art. 6º Os estabelecimentos, empresas ou órgãos que derem causa à discriminação, serão punidos com pena de interdição até que cesse a discriminação, podendo cumular com pena de multa.

Art. 7º É admitida a posse, guarda ou abrigo de cães em zonas urbanas e em residências utilizadas por pessoas portadoras de deficiências ou em tratamento médico, desde que tais ambientes sejam mantidos limpos e desinfetados.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Estou reapresentando o projeto de lei que dispõe sobre a entrada e permanência de animais em recintos fechados, por achar o projeto de extrema importância às pessoas que necessitam da ajuda de animais treinados para recuperação psicológica ou para locomoção.

O cão-guia para cegos é um animal geralmente da raça retriever labrador, que é educado durante dois longos anos para conduzir o seu dono em segurança nas suas deslocações. Esse dedicado companheiro de quatro patas evita que o cego choque com os obstáculos, ajuda-o a encontrar a entrada nos locais onde pretende dirigir-se, procura um banco ou telefone público, encontra a calçada e até impede que pise em poças de água e excrementos de outros animais.

O animal-guia, além de ser companheiro do deficiente visual, ele o conduz pelo meio das calçadas ou plataformas de estações ferroviárias, mantendo-o afastado da estrada ou da beira do cais. Evita todos os obstáculos

com que o dono possa colidir, quer os que se encontram à altura do solo, como carros mal estacionados, postes, pessoas, quer os que ameacem a cabeça do cego, como ramos de árvores, por exemplo. Desvia-o dos buracos nos pavimentos, escolhe o piso menos molhado. Procura um lugar vago no ônibus ou num café, encontra um caixa eletrônica ou telefone público mais próximo.

As pesquisas realizadas por psiquiatras, psicólogos e psicoterapeutas demonstram que os pacientes que utilizam cães como parte do tratamento psicológico, reabilitam-se com maior eficácia. Muitos países da Europa utilizam cães para auxiliar no tratamento psicológico.

Neste sentido, conclamamos a todos os nobres Pares para apoiar a proposta que ora apresentamos e assim contribuir para melhorar as condições de vida dos portadores de deficiência visual e pessoas que necessitam de tratamento psicológico, doença muito comum na sociedade brasileira.

PROJETO DE LEI Nº 255/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo determinará a instalação de aparelhos bloqueadores de sinais de radiocomunicações em todos os estabelecimentos penitenciários do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. Os aparelhos de que trata o *caput* deste artigo destinam-se a restringir o emprego de radio-freqüências específicas para radiocomunicações nos estabelecimentos penitenciários.

Art. 2º O uso dos bloqueadores é restrito aos limites dos estabelecimentos penitenciários e não deve interferir em serviço de radiocomunicações fora de tais limites.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 4º Os recursos para instalação dos bloqueadores de sinais de radiocomunicações serão oriundos do Fundo Penitenciário Nacional - Funpen, instituído pela Lei Complementar 79, de 7 de janeiro de 1994.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Tramita no Congresso Nacional matéria determinando a instalação de bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias do país. Contudo, em razão das medidas provisórias que trancam a pauta, a matéria não foi incluída na pauta de votações.

São frequentes as denúncias de ameaças feitas por detentos do sistema penitenciário em todo o Brasil, utilizando-se telefones celulares. Com essa tecnologia, o crime organizado vem desenvolvendo atividades enfrentando o Poder Público, oprimindo a população.

A Lei 7.210, de 11 de julho de 1994, que trata da Execução Penal, no inciso XV do artigo 41, prevê como direito do preso o contato com o mundo exterior por qualquer meio de informação. Porém, esse direito à comunicação não inclui o direito à utilização de celular. O preso pode utilizar telefone fixo, a critério do Diretor do estabelecimento que pode, inclusive, suspender ou restringir esse acesso.

O direito do preso à comunicação não pode e não deve servir de salvaguarda de práticas ilícitas.

PROJETO DE LEI Nº 256/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica suprimido o artigo 18 da Lei nº 15.060, de 02 de maio de 2006, bem como o parágrafo único do referido artigo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(aa) MARCOS ISFER
NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa suprimir, integralmente, o artigo 18 da Lei nº 15.060 de 02 de maio de 2006.

Referida Lei Estadual nº 15.060/06 - ao estabelecer, em seu artigo 18 a exclusividade ao Despachante do Detran-PR para a realização do lacre de placas, estabelecendo também, no parágrafo único, a proibição às fábricas de placas da realização deste lacre - padece de ilegalidade e de inconstitucionalidade, além de contrariar o interesse público.

É o que se vem demonstrar:

O Código de Trânsito Brasileiro - Lei Federal nº 9503/97, em seu artigo 22, expressamente reconhece ao Detran a competência para registrar, emplacar e fazer o lacre de placas, podendo ainda credenciar órgãos ou entidades para a execução desta atividade. Veja-se, neste sentido, o que estabelece referido artigo, *in verbis*.

Art. 22. Compete aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal - Detran, no âmbito de sua circunscrição:

(...)

III - vistoriar, inspecionar quanto às condições de segurança veicular; registrar, emplacar, selar a placa, e licenciar veículos, expedindo o Certificado de Registro e o Licenciamento Anual, mediante delegação do órgão federal competente;

(...)

X - credenciar órgãos ou entidades para a execução de atividades previstas na legislação de trânsito, na forma estabelecida em norma do Contran.

Assim é que, em conformidade com o que prevê o referido artigo 22, incisos III e X do CTB, mostra-se evidente a competência do Detran para credenciar empresas para realizarem o lacre de placas no Estado. E, nos termos do que prevê o inciso X deste artigo, esta competência deverá ser exercida nos estritos moldes do que determina a legislação do Contran.

Com base nesta previsão constante em lei federal é que o Contran, por meio da Resolução nº 45/98, expressamente determinou, em seu artigo 6º, parágrafo 2º, que é da competência exclusiva do Detran o credenciamento do fabricante de placas e tarjetas, assim como a respectiva fiscalização. Veja-se, neste sentido, o que determina o referido artigo, abaixo transcrito:

Art. 6º As placas serão confeccionadas por fabricantes credenciados pelo órgão executivo de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal, obedecendo às formalidades legais vigentes.

(...)

§ 2º Aos órgãos executivos de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal - Detran, caberá credenciar o fabricante de placas e tarjetas, bem como a fiscalização do disposto neste artigo.

Restou evidenciado, portanto, a competência exclusiva do Detran para - em conformidade com determinação do Contran e sob o amparo da legislação federal competente, qual seja, a Lei Federal nº 9503/97 - Código de Trânsito Brasileiro e Resolução Contran nº 45/98 - credenciar empresas para realizarem o lacre de placas no Estado.

Em razão disto, qualquer lei estadual que venha dispor a respeito deste assunto, invade competência de âmbito federal. Ademais disto, referida Lei Estadual nº 15.060/06 - ao estabelecer em seu artigo 18, a exclusividade ao Despachante do Detran-PR para a realização do lacre de placas, estabelecendo também, no parágrafo único, a proibição às fábricas de placas da realização deste lacre - viola expressamente aquilo que prevê o artigo 22, incisos III e X do CTB.

E mais especificamente no que concerne à atividade do despachante de trânsito, caracteriza-se tal atividade como serviço autorizado pelo Poder Executivo, mediante ato do Diretor Geral do Detran, razão pela qual o processo legislativo a ela referente - por força da combinação dos artigos 66, IV e 87, VI da Constituição Estadual - depende de iniciativa do Governador. E isto porque é do Chefe do Poder Executivo a competência privativa para a criação, estruturação e fixação das atribuições dos órgãos da administração pública, sendo também dele a atribuição de definir, mediante decreto e/ou proposição de lei, a forma de funcionamento de tais órgãos.

Neste sentido, portanto, é que o Governador informa - em suas razões de veto à lei - que os órgãos

competentes da Administração, a Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e o próprio Detran estão realizando estudos de reformulação das atividades de despachantes junto ao órgão de trânsito, tendo por limite os legítimos interesses dos paranaenses, principalmente daqueles que residem no interior do Estado.

Importante dizer, todavia, que em nenhum momento o Sr. Governador informa que é favorável à exclusividade do despachante do Detran-PR para realizar o lacre de placas, tampouco sendo favorável, também, à proibição de as fábricas de placas realizarem o lacre. Diferentemente disto, logicamente, vetou integralmente o projeto de lei.

Por fim, vale ressaltar que a justificativa para apresentação do então projeto de lei buscou amparo nos seguintes fundamentos, quais sejam: que são necessárias modificações na Lei nº 12.327/98; que o número de veículos aumentou significativamente nos últimos anos e há vários municípios onde não há despachantes; que o critério de 1 (um) despachante para cada 2000 veículos mostra-se defasado; que algumas atividades já são realizadas por despachante e não estão amparadas por lei; que antes que seja suspenso da função, deve-se assegurar ao despachante a apresentação de defesa prévia, bem como deve ser assegurada a atribuição de efeito suspensivo ao recurso quando demonstrado o risco do dano irreparável ou demora no julgamento do mesmo. Os demais artigos fazem ajustes na redação e qualificam o procedimento seletivo para credenciamento dos despachantes.

Assim é que não existem quaisquer fundamentos ou motivação - no então projeto de lei - para incluir na presente lei o artigo 18 e parágrafo único, que estabeleçam a exclusividade ao Despachante do Detran para a realização do lacre de placas, proibindo às fábricas de placas de realizarem esta atividade.

São estas as razões que, salvo melhor juízo, motivam a supressão do artigo 18 e respectivo parágrafo único da Lei Estadual nº 15.060/06.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 257/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança pública, fica autorizado a restringir os horários de funcionamento, no período noturno, de estabelecimentos dedicados ao lazer e ao consumo de bebidas alcoólicas, com áreas onde sejam detectados índices de violência elevados.

§ 1º São passíveis de disciplina especial de horário de funcionamento, para combate à violência, os bares,

restaurantes, lanchonetes, casas de shows e eventos, clubes sociais, trailers, ambulantes e similares, podendo a restrição cair sobre eventos realizados em vias e logradouros públicos.

§ 2º As regiões circunvizinhas às áreas afetadas na forma do *caput* poderão ser objeto de restrição de horário, como forma de prevenir a migração de ocorrências violentas das áreas originalmente almejadas.

§ 3º Os índices de violência serão aferidos em relação às ocorrências policiais relacionadas a crimes contra a vida e a integridade física, devendo ser classificados em nível “1” e “2”, em escala ascendente, nas áreas que apresentem índices acima da média de ocorrências observadas no município ou microrregião.

Art. 2º Ficam instituídas as Regiões Especiais de Defesa Social - REDS, a serem implementadas pelo Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e definidas em função dos índices de violência, de nível “1” e “2”, aferidos a forma do parágrafo 3º do artigo 1º desta lei.

Parágrafo único. Nas Regiões Especiais de Defesa Social - REDS -, o horário de funcionamento dos estabelecimentos de que trata o artigo 1º e parágrafo 1º desta lei poderá ser restringido da seguinte forma:

I - nas REDS de nível “1”: das 5 às 23 horas;

II - nas REDS de nível “2”: das 5 à 1 hora do dia posterior.

Art. 3º Poderão ser estabelecidas, em cada área abrangida pela REDS, áreas livres de restrições, em estrito atendimento a interesse turístico-cultural, desde que as mesmas contem com reforço de segurança, caracterizado pela presença das condições estabelecidas em regulamento.

Art. 4º O horário de funcionamento dos estabelecimentos de lazer e consumo de bebidas alcoólicas, situado nas REDS poderá ser prorrogado, desde que estes apresentem plano de segurança, aprovado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, onde conste:

a) relação de profissionais da área de segurança, em número proporcional à capacidade de atendimento do estabelecimento, com nome, endereço e qualificação dos seguranças e do responsável pela coordenação dos trabalhos;

b) vigilância externa, com garantia de acompanhamento da clientela na chegada e saída do recinto;

c) integração da segurança do estabelecimento com a rede de rádios de comunicação da polícia;

d) câmara de observação, com gravação, nas entradas e saídas dos estabelecimentos.

Parágrafo único. Anexo ao plano de segurança aludido no *caput*, o requerente enviará cópias de todas as licenças necessárias para o regular funcionamento do estabelecimento.

Art. 5º Os estabelecimentos que comercializam exclusivamente lanches e refeições rápidas e que não forneçam bebidas alcoólicas, em qualquer horário poderão solicitar autorização especial para funcionamento fora dos limites de horários estabelecidos na presente lei.

Art. 6º A realização de festas, eventos ou similares em vias, logradouros e ambientes públicos, somente poderá ocorrer mediante aprovação do plano de segurança pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, sem prejuízo da competência da Prefeitura Municipal.

Art. 7º Os proprietários de clubes sociais, casas noturnas, bares, restaurantes, lojas de conveniência, churrascarias, trailers, ambulantes e similares, afixarão, em local de fácil visibilidade, cartazes informativos sobre a proibição de venda de bebida alcoólica a crianças e adolescentes, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da vigência da presente lei, conforme modelo especificado em regulamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 8º O estabelecimento que violar o disposto na presente lei, funcionando após os limites de horários determinados, ou permitindo ou apenas sediando a venda e o consumo de bebidas alcoólicas a menores de idade, pagará multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

§ 1º O valor da multa estabelecida neste artigo está sujeito a reajustamento monetário anual, de acordo com a variação do indexador utilizado para as Taxas de Fiscalização e Utilização dos Serviços Públicos.

§ 2º Estão sujeitos à interdição por 90 (noventa) dias, os estabelecimentos que reincidirem na falta de que trata o *caput* deste artigo.

§ 3º A aplicação da multa de que trata o *caput* não exclui outras medidas punitivas cabíveis, especialmente as sanções do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 4º A multa estipulada no *caput* será lançada pela autoridade policial, mediante temos de autuação, na forma disposta em Decreto do Poder Executivo, ficando o crédito passível de inscrição em dívida ativa do Estado.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei visa autorizar a restrição de horário de funcionamento de estabelecimentos de lazer e de comércio de bebidas alcoólicas, em áreas de índices elevados de ocorrências violentas no Estado. Estabelece, ainda, sanções para os estabelecimentos que comercializam ou fornecem bebidas alcoólicas para menores de idade.

É preciso destacar que a iniciativa decorre da estreita relação entre o envolvimento de crianças e adolescentes na prática de atos infracionais, motivados ou

estipulados pela utilização de substâncias capazes de afetar o funcionamento cerebral, provocando alterações no comportamento, dentre estas o álcool.

Medidas efetivas para coibir a venda de bebidas alcoólicas a menores de idade, devem ser implementadas em caráter de urgência, com caráter preventivo e punitivo. A manutenção dos menores nas escolas e a dura punição a quem lhes fornece bebidas alcoólicas é garantia de melhor futuro para esses cidadãos.

PROJETO DE LEI Nº 258/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído no Estado do Paraná, o Dia Estadual Contra a Homofobia, a ser comemorado anualmente no dia 17 (dezessete) de maio.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

Apoio:

Elza Correia, Luiz Fernandes da Silva Litro, Pedro Ivo Ilkiv, Tadeu Veneri, André Vargas, Barbosa Neto, Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei tem por objetivo a promoção do direito à livre orientação sexual.

Com a instituição do Dia Estadual Contra a Homofobia verifica-se o incentivo de ações que proporcionam a discussão sobre o direito 'à livre orientação sexual, bem como à cidadania de gays, lésbicas e travestis e transexuais.

Segundo pesquisas realizadas pelo professor Luiz Mott¹ no ano de 2002, 126 homossexuais foram assassinados, totalizando-se no período de 39 anos (1966 a 2002), 2.218 homicídios no Brasil.

Número que representa apenas a ponta do *iceberg* deste quadro de violência e discriminação.

Por isso, são necessárias e urgentes ações concretas frente ao atual quadro de violência e discriminação contra gays, lésbicas, travestis e transexuais.

Ademais, segundo dados fornecidos pela Unesco, em alunos do ensino fundamental e médio, em média 39,4% dos entrevistados do sexo masculino e 16,59 do sexo feminino não gostariam de ter homossexuais como colegas de classe.

Enquanto que entre pais de alunos do ensino fundamental e médio, verificou-se que 41,5% dos homens declararam que não gostariam que homossexuais fossem colegas de classe dos filhos; em Fortaleza-CE, 6,8% dos

1. MOTTI, Luiz. Matei porque odeio gay. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2003. p.19/20

professores não gostariam de ter homossexuais como alunos.¹

Além disso, direitos básicos são negados diariamente a gays, lésbicas e transgêneros pela omissão legislativa.

Verifica-se que o legislativo deixou de criminalizar atos homofóbicos, diferentemente do que ocorre com cidadãos que sofreram injúria em razão de sua raça, cor, etnia, religião ou origem (artigo 140, parágrafo 3º do Código Penal).

Existe ainda a omissão legal sobre o reconhecimento legal das uniões homafetivas como entidade familiar, bem como a inexistência de dispositivo legal que regre os casos de alteração de prenome às transexuais.

Historicamente, no dia 17 de maio de 1990, a OMS - Organização Mundial de Saúde retirou a homossexualidade do rol de enfermidades, onde até então era considerada como doença ou perversão.

O referido ato reconheceu que a homossexualidade é um estado mental tão saudável quanto como a heterossexualidade, sendo um dos mais importantes marcos para o avanço da cidadania e de direitos de gays, lésbicas e transgêneros.

Solenizar anualmente o 17 de maio como Dia Estadual Contra a Homofobia, além de aproximar o Brasil dos países mais civilizados do mundo, que já incluíram tal data em sua agenda anual de celebrações, proporciona uma profunda discussão e reflexão sobre o cenário discriminatório que GLBT's convivem em nosso país.

Discussões e reflexões que levam a mudanças comportamentais e culturais tão necessárias para promoção da cidadania plena dos homossexuais e transgêneros e GLBT.

Sendo assim, espera-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Sou em Cristo!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passamos ao Horário das Lideranças.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS) (**Pela Ordem**)

Apenas para informar aos Srs. Deputados e Deputadas, que desde a uma e meia da tarde, no presídio de São José dos Pinhais, está havendo uma rebelião; desde a uma e meia da tarde, no presídio recém inaugurado pelo Governo do Estado -, é bom lembrar e nós pedimos às autoridades, à Secretaria da Justiça, também à Secretaria da Segurança Pública que tomem o procedimento o mais rápido possível até porque tem reféns. Lembrando que esse presídio foi inaugurado há menos de dois meses e já teve uma fuga inclusive de três membros do PCC.

Fomos contra desde o princípio da construção naquela localidade, no município de São José dos Pinhais, e pedimos para que o Governo do Estado reveja seu posicionamento para a construção desse presídio.

Muito obrigado.

A SRA. ELZA CORREIRA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, considerando que hoje, no Pequeno e Grande Expediente tivemos nesta Casa os eventos já realizados, gostaria de usar este momento para reafirmar que hoje é o Dia Nacional de Luta da Enfermagem contra a impunidade.

Usaria o Pequeno Expediente para falar disso porque no ano passado nós, as quatro Deputadas, fizemos um evento importante aqui na Casa, porque, naquela ocasião lembramos o assassinato de Marcos e Edma Valadão, Presidentes da ABEn, Associação Brasileira de Enfermagem do Rio de Janeiro, Presidente do Sindicato dos Enfermeiros. Procedeu-se, no Brasil, uma grande luta para que fossem punidos os prováveis responsáveis por esses assassinatos. É importante lembrar que o ex-Presidente do órgão, Gilberto Linhares Teixeira, foi condenado no dia 20 de abril deste ano; está preso porque cometeu crime de peculato 234 vezes, lavagem de dinheiro, interceptação clandestina de conversas telefônicas e formação de quadrilha ou bando. É importante deixar consignado que naquela ocasião as Deputadas e Deputados desta casa ouviram a ABEn fazendo uma manifestação contra a impunidade. Hoje, essa categoria se manifesta no Brasil inteiro em relação a essa questão, pedindo ao Ministério do Trabalho o afastamento daquela Diretoria que fez vista grossa e insiste que as mesmas pessoas presidam a Coben com essa ficha que acabamos de relatar.

Amanhã vamos comemorar oitenta anos de ABEn - Associação Brasileira de Enfermagem e esta Casa fará então, no Pequeno Expediente, uma solenidade, esta sim, de homenagem à ABEn e a todos os enfermeiros e enfermeiras do Brasil.

Estamos reforçando o convite, uma proposição desta Deputada, apoiada por todos os Deputados, especialmente as companheiras Deputadas.

Muito obrigada.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, vou requerer a retirada, por dez sessões, do Projeto de Lei nº 018/06, de minha autoria, que dispõe sobre as prerrogativas das vítimas atendidas pelo Siate de escolher um hospital. Em visita, o competente Chefe do Siate expõe razões que conflitam com o texto que proponho à Assembléia.

Como é meu objetivo salvar vidas não colocá-las a perder, vou, imediatamente, encaminhar o requerimento e desde já peço a retirada da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicitamos a V. Exa. que encaminhe o requerimento.

1.ABRAMOYAY, Miriam. **Juventude e sexualidade**. Brasília: Unesco Brasil, 2004. p. 281/283.

Antes do horário das lideranças, gostaríamos de solicitar ao 1º Secretário que faça a leitura de um manifesto de apoio aos agricultores, encaminhado pela Mesa Executiva da Assembléia e que poderá ser assinado por todos os Srs. Deputados que queiram.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Cleiton Kielse)

(Lê):

MANIFESTO DE APOIO AOS PRODUTORES RUAIS

A Assembléia Legislativa, na condição de Poder representativo de toda a sociedade paranaense e em nome dos Sras. e Srs. Deputado estaduais, vem tornar público o seu apoio incondicional à manifestação nacional dos produtores rurais.

A crise por que passa a agropecuária brasileira é desoladora. De um lado, significa prejuízo imediato e irreversível à parcela da população que vive e investe no campo, famílias que produzem e vivem da terra. De outro, representa um impacto negativo sobre toda a estrutura de produção da economia brasileira.

A agropecuária do Brasil tem sido, na história recente do país, o esteio que sustenta o crescimento nacional. No plano interno, gera empregos e impostos, abastece a mesa dos brasileiros e irriga o ambiente das cidades com a riqueza verde das sucessivas safras recordes. No plano externo, a agropecuária tem sido a âncora que garante divisas ao país na balança comercial e permite ao Brasil honrar seus compromissos internacionais.

Portanto, o manifesto dos produtores rurais é justo, legítimo e necessário. É um grito de alerta que pretende sensibilizar a sociedade brasileira para um conjunto de problemas que se abateram sobre a agricultura e a pecuária nacionais nos últimos dois anos.

A mais importante e preocupante questão diz respeito ao desequilíbrio entre o alto custo de produção e o baixo preço final dos produtos, resultado direto da ausência de políticas públicas claras de abastecimento e comercialização. A esse desequilíbrio vêm se somar outros, como os problemas climáticos e, por fim, a volta da febre aftosa e o aparecimento da gripe aviária.

Somados, esses problemas produzem um contexto de endividamento capaz de dismantelar, em médio prazo, todo o sistema produtivo, caso não sejam adotadas medidas urgentes por parte das autoridades responsáveis.

É importante lembrar que a agropecuária brasileira tem apenas um meio onde buscar recursos para quitar seus débitos: continuar produzindo. É isso que os produtores rurais desejam. É isso que o Brasil necessita, pelo que de interesse nacional a agricultura e a pecuária representam.

Cabe, assim, às autoridades responsáveis pelas políticas públicas nacionais oferecer soluções reais para que os produtores rurais não permaneçam à mercê do mercado e dos seus desequilíbrios.

É o que também espera e clama esta Assembléia Legislativa, ciente do espaço nobre que o Paraná ocupa

na produção nacional, em que segue contribuindo com cerca de um quarto da produção de grãos.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (*Pela Ordem*)

Gostaria, de acordo com o entendimento que fizemos com o Presidente e com todas as lideranças partidárias, para que todos os Deputados que defendem a agricultura, pecuária, que somos originários do interior e respeitamos a manifestação popular que está havendo no Paraná e no Brasil em favor de dias melhores para a agricultura, solicitaria de V. Exa. que apuséssemos à nossa assinatura, todos os Deputados presentes, em nome do meu Partido, o PMDB, e de outras lideranças, para que esse manifesto seja assinado por todos os Deputados, porque representa o pensamento do povo paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Será encaminhado a todos os Deputados que queiram assinar o documento.

Horário da Liderança Bloco PP/PSB.

Com a palavra o Sr. Deputado José Domingos Scarpellini.

Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em nome do PSB, Deputado Reni Pereira, estamos também assinando esse manifesto, porque acho que será unânime na Assembléia Legislativa do Paraná. Por quê? Porque é o anseio do povo paranaense, é o anseio da agricultura, é o grito dos setores que produzem, dos setores que industrializam, daqueles que comercializam e exportam os nossos produtos. Então, dado a esse grito da produção, não há outra coisa a fazer a não ser a nossa solidariedade, o nosso apoio a essa luta dos agricultores, que esperamos não seja em vão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vimos aqui hoje, a presença do Governador do Paraná que veio a esta Casa dizer que respeita a Assembléia Legislativa, que foi Deputado aqui, foi Senador da República e assim sendo, ele sabe da função do Legislativo e por isso ele não poderia deixar de falar sobre a votação que a Assembléia deu à sua proposta, que entendemos ter vindo um pouco tarde, mas, antes tarde do que nunca.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, já que o Governador do Paraná respeita a Assembléia, por que ele não tomou nenhuma providência com relação às cadeias superlotadas que estamos falando há um ano e quatro meses, Sr. Presidente?

Sr. Presidente, Srs. Deputados e imprensa aqui presente, o sistema penitenciário do Paraná vive o glamour de ter um preso para cada vaga. Agora, até você chegar

no sistema penitenciário, é uma disputa como quem vai a um hotel cinco estrelas. Temos mais de dez mil presos que deveriam estar no sistema penitenciário. Como não tem espaço, e o Governo do Paraná quer manipular essa informação à Organização das Nações Unidas, à Organização dos Estados Americanos, ele quer manipular essa informação aos organismos de Direitos Humanos internos, para dizer que aqui no sistema penitenciário existe uma vaga para cada preso, mas no entanto ele não informa sobre os presos que estão nas cadeias esperando abrir vaga no sistema penitenciário e temos dez mil nas cadeias, esperando a sua vez de serem transferidos, e aí vem o Secretário Delazari, dizer que aqui está tudo bem, que o sistema penitenciário está funcionando; no entanto, as cadeias estão explodindo com as superlotações e o Dr. Delazari continua afirmando que não há superlotação. Tinha, na cadeia de Paranaguá, para vinte e três vagas, duzentos e dez presos.

Na cadeia pública de Apucarana, tínhamos oitenta vagas para duzentos e sessenta presos. Nas cadeias de Campo Mourão, de Assis Chateaubriand, de Cascavel, de Foz do Iguaçu, de Londrina, de Ponta Grossa, os presos que estão lá, não estão no sistema, só porque o Delazari quer, só porque o Governador quer. Ora, o sistema prisional é um só. Os nomes que se dão às cadeias, às casas de custódia, à penitenciária é que mudam. A cadeia de Paranaguá foi construída pelo Governador Moysés Lupion. Nunca mais recebeu nenhum tipo de benfeitoria que pudesse suportar o crescimento da cidade de Paranaguá e a sua população carcerária. Os presos que estão lá, não são presos de sistema penitenciário, não são contabilizados, porque se você for contabilizar aquele preso vai manchar a imagem do Governo, porque então vai ficar demonstrado que existe uma superlotação nas cadeias e nos presídios do Estado do Paraná.

Ora, isso é brincar com a consciência do povo e com os direitos elementares do cidadão e do encarcerado. Isso é rasgar-se todas as convenções de direitos humanos, todas as convenções que trataram essas matérias durante séculos, e jogar na lata do lixo.

Aqui, o silêncio geral da imprensa, publica-se aquilo que o Hora H quer que seja publicado, que é o Órgão Oficial do Governo do Paraná. Publica-se aquilo que o release do Palácio Iguaçu libera, através do Secretário da Comunicação. Publica-se aquilo que o Secretário da Segurança quer que seja publicado e informado ao povo. E os motins que estão por aí, correndo pelas cadeias públicas, com mortes sistematicamente acontecendo, nada vale.

O Deputado Ratinho Júnior, há poucos minutos, informava-nos sobre a rebelião de São José dos Pinhais. É lamentável, Deputado, que isso esteja ocorrendo. Mas, tem um aparte para o seu esclarecimento.

O Sr. Ratinho Júnior (PPS)

Muito obrigado, Deputado Scarpellini.

É muito apropriado esse assunto que o senhor traz neste momento. Coincidentemente, há alguns minutos atrás comentamos sobre o presídio de São José dos Pinhais.

Conheço bem a história desse presídio, porque fui um dos poucos políticos, - se não o único do município - que foi contra a sua criação. Esse presídio veio com a promessa de alguns políticos do município, que acabaria com o cadeia. Com a cadeia da Delegacia que lá, hoje, cabe quarenta presos e tem mais de cem. Esse foi o discurso para convencer a população que esse presídio seria bem-vindo.

Primeiro, que uma pessoa de sã consciência, que entenda um pouquinho de segurança pública, sabe que nenhum presídio pode ser construído numa cidade onde tem muitas entradas e saídas, que é muito fácil para a fuga. Inclusive é muito fácil para que as suas quadrilhas, daqueles penitenciários que estão lá, fiquem em volta preparando o seu esquema de fuga, ou até mesmo, a sua estratégia de atuação pelo crime organizado.

Somos contrários. Brigamos para que não viesse, inclusive a população, fizemos uma enquete dentro da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, perguntando à população, e mais de 90% foi contra a criação desse presídio, que veio com a promessa de acabar com a bomba-relógio da delegacia que fica no centro da cidade.

Bem, foi criado o presídio para novecentos presos; em menos de quarenta dias já estão superlotados o presídio e a delegacia. Não resolveu o problema, aumentou; como estamos vendo hoje, com essa rebelião, também houve a fuga, há alguns dias atrás, de três integrantes do PCC e colocou a população em pânico.

Quer dizer, quando vão fazer as coisas, ainda fazem mal feito!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Muito obrigado Deputado Ratinho Júnior. A comprovação disso são as suas palavras; é a informação de quem quer ser informado, ler e acompanhar algumas informações que são divulgadas pelos jornais livres deste Paraná, porque realmente é estarrecedor ver o que aconteceu em São Paulo, o que aconteceu no Paraná e o Governo do Estado não tem um projeto mínimo para atender às superlotações das cadeias públicas do interior do Estado.

Eu, que estou acompanhando, fico estarrecido, fico pasmo!

Espero que o Governo tome as providências para que isso dure o mínimo possível. Um programa emergencial de construção de cadeias e de novos presídios no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Consulto à Liderança do Bloco PTB/PL/PMR.
(Declinam)

PSB. Concedo a palavra ao Deputado Marcos Isfer.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)

Tínhamos aprovado aqui uma moção que convocava para esta tarde o Secretário dos Transportes e dois Diretores da Ferroeste. Era para hoje a convocação do Dr. Rogério Tissot. Gostaria que V. Exa., em nome da Presidência e da Direção da Assembléia do Paraná, nos informasse sobre qual foi o entendimento mantido por esta Assembléia; qual é realmente a definição que o Deputado Hermas Brandão vai nos dar, porque está nas suas mãos. Ele nos disse que iria trazer uma informação importante sobre esse fato, não sei se é a demissão do Dr. Samuel, da Ferroeste, ou se é a fuga dele ou o que e, mas precisamos saber - e o Deputado Hermas Brandão precisa informar esta Casa sobre essa atuação que está deixando a Assembléia aflita e perplexa.

O SR. HERMAS BRANDÃO (PSDB) (Pela Ordem)

Para esclarecer ao nobre Deputado José Domingos Scarpellini, o convite ao Secretário foi dirigido no dia de ontem, o Secretário realmente não pôde atender; e o Dr. Samuel também está viajando. Mas, irão atender à convocação.

Quando a Assembléia determina, é para ser cumprido.

Possa assegurar a V. Exa., Deputado Scarpellini, que eles virão à Assembléia.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Agradeço o esclarecimento do Deputado Hermas Brandão e aquele rumor de que havia a fuga e a renúncia já do Dr. Samuel realmente não procede, ele está em viagem.

Muito obrigado!

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS) (Pela Ordem)

Para registrar a presença do Vereador de Colombo, Oliveira da Ambulância, do Partido do PHS que está presente na Assembléia no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Casa registra e dá boas-vindas ao Vereador de Colombo.

Com a palavra, Deputado Marcos Isfer.

Liderança do PPS: Deputado Marcos Isfer

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Há pouco ouvíamos o companheiro Scarpellini falar da necessidade de uma política com relação à construção de penitenciárias. Ouvíamos também meu colega da Bancada, Deputado Ratinho, dizendo da falta de pro-

priedade da construção de um presídio em São José dos Pinhais. Mas, mais ainda, assusta-me quando abro os jornais e vejo a construção da Penitenciária de Segurança Máxima de Catanduva, para onde deverão ser trazidos esses atuais líderes do PCC que estão em São Paulo, mais o tal do Fernandinho Beira-Mar.

Assusta-me muito, porque é próximo de fronteira, sabemos bem, está aqui o Deputado Dobrandino, o atrativo que as fronteiras do Brasil têm para que as pessoas sumam do país, saiam do país de forma ilegal, de forma irregular.

Não consigo compreender, fazer uma penitenciária de segurança máxima em locais povoados, em locais de fácil acesso, de entroncamento rodoviário, com relação a São José dos Pinhais. Por que não se fazer penitenciárias em locais de difícil acesso, para onde essas pessoas vão e sejam efetivamente vigiadas? Não consigo compreender que não estejam prevendo que cada uma dessas rebeliões em São Paulo vão ocorrer daqui para a frente, o pânico e o horror à sociedade brasileira, à sociedade paulista e talvez, amanhã, à sociedade paranaense.

Ora! É muito simples, ao ocorrer uma rebelião destas no centro de uma cidade, no centro habitacional de uma região, com certeza isso irá alastrar e levar o horror a toda a população; levará terror a todos aqueles que estão próximos. Mas, muito mais do que isto, somos um país muito engraçado. Demos concessão para que a exploração de telefones celulares andassem à solta neste país. Demos concessão para que as empresas ganhem muito dinheiro, com a exploração desse serviço. E em momento algum vimos, por parte do Executivo, uma ação para que se coíba o uso de comunicadores dentro das nossas penitenciárias. Estão lá os celulares a comandarem rebeliões, a comandarem todo tipo de sortilégio, de crimes que acontecem na nossa sociedade. E não vemos por parte do poder concedente, nenhuma ação. Não se toma uma ação para dizer: Tim Celular, Vivo, Claro, os senhores são muito bons em anunciar na televisão, mas os senhores têm obrigação com este país de tomar uma atitude de coibir que as ligações saiam de dentro dessas penitenciárias. O que eu escuto é dizer que é muito caro instalar um sistema que impeça este tipo de telefonia!

Ora, senhores! É um poder concedido, é um poder que dá lucro a essas empresas que exploram, no dia-a-dia, e não há nenhum tipo, por parte do poder concedente, de ação para inibir que cheguem a esses presídios as imagens de televisão, diariamente, levando notícias e mais notícias sobre o que está acontecendo e muitas vezes servindo para programar este tipo de ação! Não há nenhum tipo de ação para impedir que o uso de celular seja feito da forma como é!

Tudo isto, senhores, revela uma grande inoperância do nosso poder, quando se trata de presídios. Não gostamos de falar neste assunto. Não gostamos de dizer que as nossas penitenciárias são inoperantes. Não gostamos de dizer que aqui no Brasil o sistema penitenciário não funciona. Por quê? Porque isto não dá voto ou porque

acham que a sociedade deve ficar refém de meia dúzia de criminosos organizados.

É muito difícil ouvir o Presidente da República dizer “não há muito o que fazer contra o crime organizado; o crime organizado é poderoso”. É poderoso porque deixam ser! É poderoso porque nos omitimos de tomar medidas que inibam este tipo de comunicação a partir dos presídios!

Ora! Se o cidadão está preso, está recluso, está tirado da vida social porque teve uma atitude contrária à sociedade, vai para lá e fica, de lá, comandando diretamente uma série de outros criminosos que agem impunemente!

Então, é mais do que hora de o nosso Ministro das Comunicações tomar uma atitude. É mais do que hora de o nosso Secretário da Segurança tomar atitudes, exigindo que se tomem providências e se evite este tipo de comunicação. Todos eles têm o poder para isto. Todos têm o dever de fazer isto, têm obrigação de dar a segurança que o Estado tem que dar a cada um de nós, cidadãos. E é importante, senhores, que frisemos isto no dia de hoje, porque não será, Deputada Elza, infelizmente o último dia de terror que vimos em São Paulo nesse final de semana; daqui para frente isso vai crescendo, vai no mesmo sistema de quando o poder do crime organizado tomou conta das favelas no Rio de Janeiro.

Quando o Estado não faz o seu papel, naturalmente entra outro para fazer, e é o que o crime organizado tem feito no Brasil, sistematicamente.

É importante neste momento, que se tomem as providências para evitar que isso continue.

Gostaria, ainda a respeito, por ser da Liderança do PPS, de comunicar a todos os Deputados que ontem entrei com um pedido de informações ao Sr. Governador a respeito de recentes declarações que ele teria feito lá na sua escolinha, quando teria dito que recebeu, por parte de bancos privados e de algumas pessoas, ofertas de mais de 20% para repasse de fundos de previdência, e que isso teria chegado a ele, Governador, teria sido ofertado a ele.

Entre com um pedido de informações: gostaria de saber a instituição financeira, a pessoa que fez tal proposição, porque acho que é um dever alertarmos a toda a sociedade.

Estou pedindo também todas as aplicações do Fundo de Previdência do nosso Parana Previdência nos últimos três anos, porque quicá isto que o Governador veio dizer agora esteja ocorrendo e nem saibamos, com outras entidades, com outras empresas, com outras pessoas. É muito importante que isto fique esclarecido à opinião de toda a sociedade paranaense, porque senão ficam palavras lançadas ao vazio. Como hoje eu vi num jornal alguém criticando problemas com fundo de previdência. Esquecem que citaram a pessoa errada, o Prefeito condenado era do PMDB, e anterior ao nosso companheiro Rubens Bueno. Mas, tudo bem, isso é ele que vai responder, eu não quero entrar nisso. Gostaria de ter a resposta por parte do Governador desses assuntos que estamos

solicitando, porque a denúncia que ele fez lá na escolinha é muito grave, e sendo grave, a sociedade paranaense tem a obrigação de tomar conhecimento, dizer que temos a obrigação de divulgar e colocarmos isso ao conhecimento de toda a sociedade paranaense.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PDT. Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero demonstrar aqui a minha satisfação com a notícia de que o Diretório Nacional do Partido Democrático Trabalhista decidiu referendar a candidatura do Senador Cristóvão Buarque como postulante ao cargo de Presidente da República do Brasil. Sabemos que o Senador Cristóvão Buarque ainda é desconhecido de boa parte da população brasileira, mas a campanha serve justamente para que as pessoas, que os eleitores tomem conhecimento dos seus candidatos.

Vejo que alguns são contrários, até mesmo dentro do Partido, mas nós, que seguimos uma ideologia, temos que acreditar, mesmo nos momentos mais difíceis. Vejo até algumas ilações de pessoas dizendo que tem só 1% na pesquisa, como é que pode se arvorar na condição de candidato a Presidente da República...

Primeiro, que todo cidadão brasileiro, em dia com a justiça e com as suas condições perante a sociedade, pode, sim, ser candidato a Presidente da República. E num momento tão difícil para o Brasil, de tanta lama da classe política, quem sabe não seja o Senador Cristóvão Buarque uma surpresa nessas eleições, que venha dar um banho ético nessa campanha eleitoral? Um doutor que é professor na Universidade de Paris, em Sorbonne, foi Reitor de uma das melhores universidades deste país que é a UNB. Um homem com extremo preparo; foi Governador distrital de Brasília e é um Senador eleito democraticamente por milhões de votos. Teve a dignidade de deixar o PT no momento em que o partido estava em alta. E o que mais nos apraz no Senador Cristóvão Buarque, é a sua ligação com a educação.

O nosso saudoso Darci Ribeiro, que elaborou a nossa LBD, juntamente com Doltel de Andrade, Leonel Brizola e tantos outros ícones do nosso Partido, todos merecedores desta condição de destaque do PDT, com certeza sentiram-se honrados em ter um brasileiro, um pernambucano que venceu na terra dos candangos e que agora coloca seu nome de forma humilde, mas coerente com a sua vida, o seu passado, a sua vida política.

Concedo um aparte ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Quero dizer à Assembléia que vejo com excelente perspectiva a candidatura do professor Cristóvão Buar-

que. Eu o conheci na casa do ex-Ministro da Justiça, Fernando Lira, lá na Praia da Boa Viagem, na cidade do Recife, em Pernambuco. Depois o acompanhei quando Governador do Distrito Federal, na minha condição de Prefeito de Curitiba e depois de consultor do BIRD. Poucas pessoas no Brasil têm o preparo e a qualidade moral do Cristóvão Buarque.

Vejo como uma reserva ética o próximo pleito. Acho da maior importância que homens de bem se candidatem. E alerto a Assembléia sobre o jogo, já um pouco antigo, que fizeram inclusive na eleição de Prefeito em Curitiba, de tentar ganhar as eleições na pesquisa prévia.

Pesquisa prévia não faz eleição. O nosso companheiro Ângelo Vanhoni era Prefeito de Curitiba, consagrado na pesquisa prévia.

O que vemos é que o povo pede que as forças morais da Nação busquem o melhor. E o Cristóvão Buarque sombreia entre os grandes brasileiros. Ele tem a estirpe do Darci Ribeiro; a ideologia de Leonel Brizola; tem a qualidade de quem implantou uma universidade, com a qualidade da de Brasília. Ele pulou fora do Governo Federal no momento em que começaram rolar os pagamentos que criaram os mensalões e mensalinhos.

Ousaria dizer ainda, vou avaliar o quadro, eu e Margarita, já temos em quem votar.

Muito obrigado!

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Rafael Greca, pois nos honra bastante, por ser um ex-pedetista.

Quem sabe não saia da Academia um homem, como saiu lá atrás, Rui Barbosa, para colocar este país nos trilhos do progresso e dignidade moral que estão faltando.

Quero deixar registrado, com pesar até, as declarações do Secretário da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, descartando uma conexão entre os fatos ocorridos nas cadeias do Estado do Paraná com o PCC, que até tem intenção de virar um partido político, vejam tamanha audácia!

E mais uma vez o Secretário Delazari demonstra um total despreparo e desconhecimento do fato, como demonstrou um desconhecimento muito grande na gafe cometida quando o Estado do Paraná prendeu e deixou escapar, por falta de um serviço eficaz de inteligência de conexão de dados, o estuprador que acabou fazendo várias vítimas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Foi preso pela competente polícia gaúcha, mas o Estado do Paraná deixou escapar pelos vãos dos seus dedos.

Realmente, mais uma vez, o Paraná fica na contramão da história, achando que os fatos ocorridos aqui nas nossas cadeias são isolados, desconectados do que acontece no Brasil inteiro. Foi assim no episódio dos transgênicos; foi assim na questão do pedágio; foi assim, também, na quebra de contratos, todos eles restabelecidos pelo Governo Federal e até pelos tribunais internacionais, a quem o Governo apelou.

Infelizmente, o Secretário Delazari, ao invés de tomar as providências com uma polícia inteligente, fazendo as investigações dentro desses focos de rebelião, para primeiro detectar se há ou não a conexão, arvorar-se em falar demais, e quem fala demais acaba dando “bom-dia a cavalo”. Os jornais estão mostrando, hoje, que um advogado foi preso tentando incitar os outros presos para fazer a ligação com o PCC e promover, também, rebeliões. Assim, esquece-se, inclusive, de consultar a própria imprensa porque, recentemente, tivemos reportagens mostrando que aqui no Paraná, mais notadamente em Curitiba, havia também a conexão, os tentáculos do PCC nefasto, aqui no Estado do Paraná.

Infelizmente, só o Sr. Secretário Luiz Fernando Delazari não tem a total competência para poder avaliar as conseqüências desse movimento ou desses movimentos que são orquestrados pelo Marcola e pelos seus comparsas, mas que nós todos estamos, bastante receosos com o que pode vir a acontecer, como aconteceu já em algumas cadeias e ainda este fantasma não passou. Infelizmente, temos que fazer essa constatação e pedir, pelos menos, que o Secretário Luiz Fernando Delazari tenha mais cuidado com as suas próximas declarações porque senão todos nós poderemos pagar e pagar caro, por isso.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch, Liderança do PFL.

Liderança do PFL: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não foi por falta de alerta. Nesta mesma tribuna da Assembléia, este Deputado e tantos outros Parlamentares têm tentado chamar a atenção dos Governos Federal e Estadual para o momento terrível vivido pelo homem do campo no Paraná e em quase todo o país. Poucas são as áreas que se constituem em exceção ao quadro negro desenhado também no mapa do Estado.

Talvez apenas o setor sucroalcooleiro viva momentos favoráveis, depois de ter igualmente o seu calvário: uma fase de “vacas magras”. Todos os demais setores clamam por socorro. Não se negam nossos agricultores - a pagar suas dívidas, contraídas em sucessivas frustrações de safras, quer pelas condições climáticas, quer por demais condições adversas, inclusive o câmbio irreal que frustra as importações.

O que no dia de hoje ocorre em todo o Brasil, com manifestações que podem beirar à violência, é a explosão de revolta que atinge os produtores rurais abandonados à própria sorte.

Poucos anos atrás, quando o preço da soja e do milho era compensador no mercado externo e as safras exuberantes, os governos eram só elogios aos agricultores, então saudados como “âncoras do real”. Hoje, esses

mesmos governos fazem ouvidos moucos às suas dificuldades. Daí a movimentação que ocorre em todos os pontos deste Estado e em outros estados produtores. Da boca do Presidente Lula, nenhuma palavra sobre o tema. Se cobrado, poderá até afirmar, como fez recentemente em relação a outro tema: “não sei de nada”.

Também aqui no Estado, o silêncio. Afora desta tribuna, que por manifesto feito ontem por alguns Deputados e hoje manifesto assinado pela totalidade aqui da Assembléia Legislativa, mas por parte de outras autoridades estaduais, Nada! Inclusive o Governador Roberto Requião esteve hoje aqui também sancionando o piso salarial regional e nenhuma menção fez à grave situação da agricultura vivida hoje no Brasil inteiro. Nenhuma palavra, Deputado Valdir Rossoni, de apoio às reivindicações da agricultura.

O que se ouve, são algumas ironias como recentemente com o Prefeito Beto Richa e o Deputado desta Casa, Ângelo Vanhoni. Encontrando o Prefeito de Curitiba, o Governador Roberto Requião, há dias atrás, quando o Prefeito estava de muletas, o Governador já foi soltando o seu palavreado irônico, fazendo maldade. “Elegemos o Beto, mas quem está na Prefeitura é o Vanhoni.”

Essa ironia do Governador Roberto Requião, a exemplo daquilo que ele fez no Sudoeste do Estado, na cidade de Santo Antônio, quando chamou os agricultores de burros. Agora, há duas semanas, na cidade de Santa Terezinha do Itaipu, chamou a população do Oeste de palhaços.

Terá S. Exa. a preocupação, em que ao tomar posição, parte do problema a ele seja debitado pelas limitações que impõe o Porto de Paranaguá retirando-lhe a condição de maior exportador de soja do país? As manifestações do povo de Paranaguá, verbalizadas pela sua Associação Comercial em carta aberta ao povo paranaense, responsabilizam as más condições de operacionalização do porto, do seu pulmão econômico, por grande parte das dificuldades por que passa a comunidade daquela importante cidade litorânea.

Não deixa, o documento produzido pela Associação Comercial de Paranaguá, de mencionar, inclusive, a preocupação demonstrada pelo próprio Capitão dos Portos, pela falta de drenagem do Canal da Galheta. O que em futuro não muito distante, reduzirá o calado do terminal marítimo paranaense, impedindo o acesso de navios de grande porte.

O custo do porto, representado inclusive pela fila de espera de caminhões para desembarque, os altos fretes, os custos de produção em costume e constante aumento, os juros, a falta de infra-estrutura de armazenagem para estocar a produção, à espera de melhores preços do câmbio irreal. Até as colaborações de São Pedro, tudo em contribuído para levar a nossa agricultura à insolvência.

É importante, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que o Governo seja sensível ao grito da terra que hoje sacode o Brasil de Norte a Sul, antes que seja tarde.

É lamentável, Srs. Deputados, que os agricultores do Brasil inteiro tenham que ir às ruas, levem suas máquinas e seus caminhões para protestar. E a única forma, talvez, de sensibilizar o Governo e corrigir urgentemente o câmbio do nosso Brasil, os juros praticados para a agricultura, e uma postergação das dívidas.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os agricultores do nosso Estado e do Brasil não querem nada de graça. Querem apenas produzir e, pagar suas dívidas, mas dentro de uma realidade.

Não é possível a agricultura do Brasil saldar os seus compromissos depois de duas, três frustrações da safra, diante da situação climática em que vivemos no nosso Brasil. Se não bastasse a situação climática, vivemos ainda os preços irrealistas, como câmbio irreal e com juros impraticáveis, para serem pagos pela agricultura.

Esperamos, sim, que o Governo se sensibilize. Não sei se o nosso documento fará efeito ou não, mas, espero que seja um documento, sim, subscrito por todos os Parlamentares do Estado do Paraná, independente de Partido. Porque a agricultura, como disse Antônio Ermírio de Moraes - o grande empresário do Brasil -, é “a galinha dos ovos de ouro” para a economia do nosso Estado. Por essa razão, a agricultura a insolvência, a falida, terá uma conjuntura nacional insolvida, porque o que mantém a economia, no nosso Estado e no nosso Brasil, estável, é exatamente o agronegócio.

Por esta razão, nós, do Parlamento do Estado do Paraná, esperamos que as autoridades em nível nacional sejam sensíveis, sim, e com urgência assumam o seu papel, porque cabe única e exclusivamente ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, determinar à área econômica, as medidas urgentes necessárias, para salvar a economia do Brasil e a sobrevivência da agricultura e do comércio em um todo. Caso contrário estaremos diante de uma crise sem precedência, jamais vista no nosso país.

Agradeço a atenção dos Srs. Parlamentares.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PT.

Concedo a palavra ao Deputado André Vargas.

Liderança do PT: Deputado André Vargas

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ouvi com atenção como o Deputado Elio Rusch colocou. Guardadas as ironias em relação ao Presidente da República, de fato temos um problema concreto na agricultura, principalmente, no agronegócio. Foi o Deputado Elio Rusch o porta-voz da grande agricultura, do agronegócio. Mas há, Deputado, companheiros e companheiras, situações diferenciadas neste país.

No setor canavieiro, por exemplo. Estive recentemente em uma região com grande força nessa área, o

setor sucroalcooleiro, não tem as mesmas queixas, reclamações, dos plantadores de soja, de milho e de feijão. É de fato uma situação muito especial, que precisa ser enfrentada pelo Governo - pelos governos. Mas, também temos que enfrentar os problemas que este país vive, não apenas com o título de fazer luta política, na disputa eleitoral que se avizinha, demonstrando, alguns, apenas os seus acertos; à Oposição, apenas os erros. Porque é bem verdade, Deputado Elio Rusch, se fôssemos debater essa questão da segurança pública, nessa ótica da luta política, estaríamos atacando o Governador Cláudio. Lembro, seus posicionamentos, ausência de disponibilidade para parceria. Cada coisa pelo viés da eleição toma um enfoque absolutamente diferenciado.

Entendo que o setor do agronegócio tem o direito e legitimidade de se queixar, mas há algumas questões que não é possível exigir que o Presidente da República resolva. Querer de modo artificial que o Presidente ou as autoridades econômicas promovam a variação do dólar para resolver um setor do agronegócio ou do setor agro-exportador - que merece o nosso respeito - é também querer transferir novamente uma crise absolutamente grave e localizada no conjunto da população. Já foi a época em que poderíamos defender, sem rubor, que devemos privatizar os lucros de 2002 e 2003 do agronegócio e agora socializar os prejuízos. Não é possível olhar só por uma ótica! Temos várias óticas, que devem ser enfrentadas em um problema que é complexo, mas o Brasil é muito mais do que isso.

Portanto, vamos tratar dos problemas aqui. Se quiserem fazer o debate político e eleitoral, alguns poderiam estar usando as mortes de São Paulo para atacar o Governo "A", "B" ou "C". Não é razoável e não é de bom senso! Com a crise na agricultura, não se pode querer que os agricultores vão se queixar apenas para São Pedro, mas também não se pode querer que a variação artificial do dólar não possa inferir sobre o preço dos alimentos, o preço do arroz, o preço do feijão e o preço da mesa dos trabalhadores.

Então, é algo que tem que ser refletido com muita maturidade e sobriedade e não apenas no viés da eleição de quatro meses e meio que se aproxima.

Concedo um aparte ao Deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Carlos Welter (PT)

Obrigado pelo aparte!

Companheiro André, o seu raciocínio é razoável do ponto de vista dessa temática e queremos ressaltar que vivemos problemas estruturais na agricultura e não são deste Governo. O Presidente Lula nomeou um Ministro da Agricultura ligado ao agronegócio e nós, inclusive, fomos muito criticados por isso. O problema das commodities é mundial - o preço da soja, o preço do milho. Vários setores - e V. Exa. foi feliz - estão bem, mas há setores que estão ruins. Somos solidários! O Governo tem sido sensível ao apelo dos agricultores, tanto é que acabei de receber uma notícia, onde o Ministro Rodrigues

anunciará, no dia 24, algumas medidas estruturantes para recuperar o setor. Acredito que o Governo está sensível e sabe dessa dafasagem cambial que endividou os produtores. Estamos cientes disso! Agora, tem que se dizer que há várias ações que foram feitas que realmente alavancaram setores na área das exportações; na agricultura familiar os recursos são quatro vezes maior - é impressionante e em muitas Prefeituras do Paraná, que têm compra antecipada da agricultura familiar, sabe o que está acontecendo?

Percebe-se que, por exemplo, tem cidade que não tem batata-doce, porque não é incentivado e não tem tomate, por exemplo, para fazer parte da merenda escolar, que cria uma forma de estimular alguns setores que não são plantados nos municípios locais.

Então, tenho convicção que o Governo brasileiro está sensível a essa crise, tanto é que já anunciou, na semana passada, um bilhão de reais para comprar soja, que é importante porque soja é uma commodity e mostra que está realmente sensível a essa situação.

Muito obrigado.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Também entendo essa reflexão e nesse sentido concordo com o Deputado Elio Rusch, que deveríamos fazer rapidamente na Assembléia, sem histeria, sem querer atacar Governo "A", "B" ou "C", porque é o mesmo que fazer uma audiência pública da Segurança e dizer que o Governador do PFL não teve uma postura adequada, como se isso fosse resolver o nosso problema, porque os políticos, ganhamos em credibilidade na medida que tratamos os assuntos para resolvê-los.

O Deputado Rossoni sabe, as exportações têm uma forte interferência do agronegócio. Mas no Paraná, por exemplo, o dólar interfere no setor madeireiro, mas também interfere a falta de florestas. Os critérios, talvez, excessivos do IAP é que impedem o desenvolvimento dessa atividade econômica.

Então, cada atividade econômica, falava, Deputado Rossoni, do apagão florestal que nós temos, dos problemas na área da madeira que tem a ver com o dólar, mas tem a ver com a falta de matéria-prima e que não enfrentamos no Paraná. São questões sazonais que interferem, sim, no quadro geral.

Então, o que entendo é que o bloco agropecuário e a nossa Comissão de Agricultura deveriam fazer uma audiência pública para, desapaixonadamente, trazendo representantes do Ministério, da Secretaria da Agricultura, traçar algumas estratégias - umas dependem de Brasília, mas outras podem depender de nós aqui, porque discurso geral não resolve o problema - o que resolve é cada um cumprir as suas funções.

Tenho certeza, hoje o Presidente Lula está se reunindo com doze governadores, ou representante de governo, não só governadores, para anunciar uma medida na agricultura, sem, necessariamente, as paixões dos plenários e dos parlamentos.

Acredito que também deva acontecer algo em relação à questão da segurança pública. Não é o PT atacando o PFL; o PMDB atacando o PSDB; o PT atacando o PMDB, que vai resolver o problema. Enquanto não chega a eleição é hora de governarmos e aqui enfrentarmos os problemas de frente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PSDB. Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas:

O dia de hoje é um dos dias, nos últimos anos, mais importantes desta República. Eu vi gente jogando milho no chão, vi todos aqui esbravejando, mas realmente a situação do setor produtivo nesta país hoje, é uma situação caótica.

Só quero especificar o meu problema para que todos dimensionem o que está vivendo o setor produtivo. Eu, há dois anos atrás, na minha empresa tinha mil e duzentos funcionários, Deputada Arlete, mil e duzentos funcionários - hoje, estou com trezentos. Esta é a situação do Brasil.

Eu só quero discordar de um ponto, do Deputado André Vargas - ele disse que é o apagão da questão da madeira - não, nós temos o problema do setor da madeira, porque Deputado Dobrandino, e aí é responsabilidade do Governo Requião também, porque estamos com uma síndrome ambiental.

Então, você tem uma área de terra de mil e duzentos hectares e não se autoriza fazer nada em cima dessa área - é helicóptero, é avião, vinte carros do Ibama, catorze carros do IAP, é metralhadora, é tudo isto. É uma barbaridade! O setor produtivo não consegue mais plantar. Ou nós estabelecemos uma regra para o jogo ou senão, eu especifico, a questão, quando se fala do setor madeireiro, não estamos falando em tirar pinheiro, imbuia, árvores nativas; estamos falando do setor florestal do Estado. Se formos hoje na região de Jaguariaíva, Sengés, Arapoti, veremos lá a economia funcionando, em cima do quê? Em cima do reflorestamento.

O que está acontecendo no Paraná, Deputado Dobrandino? E por isto a minha dificuldade com o Governo Requião. Ouvi o discurso do Governador e ele parece ser de muita boa vontade com o setor produtivo - diminuiu imposto, parcelou a energia elétrica - mas eu digo, eu, Deputado Rossoni, empresário que gerava 1.200 empregos, hoje apenas trezentos devido à situação econômica brasileira; não consigo plantar! Se estou tirando floresta, eu teria que ter o direito de plantar! Outra questão: se eu tenho uma área de 1.200 hectares, pelo menos 600 hectares, não é possível, eu não posso trabalhar nesta área!

Isto não está acontecendo com o Rossoni, isto está acontecendo com todo setor produtivo da madeira. Aí o que aconteceu? Tinha um debilóide chamado Marino, do Ibama, só para os senhores terem uma idéia: eu tive uma multa, vou para a Justiça, não vou esperar decisão do Ibama porque é uma decisão política. Recebi uma multa de 60 mil reais, a área que eles foram fiscalizar, para ver o absurdo, Deputado Dobrandino, não era minha! É tanta ânsia de multar o Deputado Rossoni para que apareça numa manchete de jornal que não multaram uma área minha, multaram uma área vizinha dizendo que minha! Aí, chegou aqui, caiu na mão desse debilóide chamado Marino, que agora parece que é candidato a Deputado Federal, (bem feito para o PT), o que ele fez? Ele transformou uma multa de 60 mil reais, numa simples canetada, em 600 mil reais! Eu dou a área de terra de presente para o Marino, não vou nem mais discutir no Ibama, vou para a Justiça comum!

A grande verdade é a seguinte: ou o Governador Requião pega um helicóptero, pega quem conhece o setor produtivo da madeira e vai visitar e ver como é a realidade. A fiscalização em cima da nossa região é intensa, todo setor produtivo não consegue mais plantar, quem não planta não colhe, essa é a velha máxima! O que acontece? Helicóptero, avião, metralhadora, é uma barbaridade o que acontece lá e ninguém consegue plantar! Quando vai repercutir isso? Vai repercutir daqui a dez anos! O que me preocupa? Por que o Governo não se desloca para Maringá, para Londrina para plantar as matas ciliares às margens dos rios? Porque a área verde do Estado do Paraná, é a região Sul, Lapa, Sudoeste, Quedas do Iguaçu, Laranjeiras, Ponta Grossa é a área verde do Paraná!

Nós não conseguimos mais trabalhar, não temos condições! Acho que as informações que chegam para o Governador são dos verdinhos que nunca trabalharam, nunca geraram um emprego, nunca produziram nada, vivem nas costas das ONG's porque tem ONG aí que precisava dar uma explicaçãozinha para nós, estão iguais às ONG's do Garotinho, e não conseguimos trabalhar! Esta é uma questão que atinge diretamente o setor produtivo e que vai ter reflexo daqui alguns anos!

Agora, o reflexo atual, Deputado André Vargas, - e aí entra o seu Governo: o mesmo erro que fez o Governo Fernando Henrique está fazendo o Governo do PT. O seu Governo quer ganhar a eleição de Presidente da República, aí o que ele faz? Ora, nós estamos trabalhando com o dólar, Deputado Dobrandino, de 2002, não tenho a data aqui, de 5, 6 anos atrás! E a inflação que teve? O setor produtivo que trabalha com produto derivado do petróleo, não houve aumento? Houve! Como se consegue trabalhar com o dólar de 5, 6 anos atrás? É o caso da agricultura, é óbvio, tudo que a agricultura compra para plantar teve aumento e o dólar está reprimido. O que acontece? É claro que a cesta básica está barata mas amanhã ou depois estaremos importando arroz, feijão, milho porque não vai mais ter quem plante!

Então, seria bom que no Brasil os governantes levassem como exemplo os erros dos governos anteriores! Este mesmo erro de segurar o dólar fixo que era o caso do Governo Fernando Henrique, segurou o dólar a 1 por 1; é o que está acontecendo com o Governo Lula. Digo para os meus amigos: estou com trezentos funcionários de 1200, esses trezentos que estão trabalhando, estão felizes porque nunca compraram tanto quanto estão comprando com o salário deles. Mas, e aqueles novecentos que não estão trabalhando?

O que ocorre é que os erros de Governo teriam que servir de exemplo, dizer, olha, o erro que cometeu aquele Governo, eu teria que seguir esse exemplo. Sabe quando vai ser resolvido o problema do dólar? Hoje o Brasil parou; o setor produtivo parou o Brasil. E aí, quando vejo as notícias na televisão, já não assisto mais, por quê? Fico me perguntando: será que sou eu o incompetente? Mas, ora, se eu toquei a minha empresa, cresci trinta anos, trinta anos soube tocar a minha empresa, será que agora não sei mais? Com toda a experiência que tenho? E tenho certeza que não sou só eu que estou me perguntando, é todo o setor produtivo, é o agricultor, é o industrial.

Agora talvez eles tomem alguma atitude, porque o setor automobilístico começou a sentir os primeiros problemas. Imaginem que eles já mataram para o setor automobilístico sentir este problema. A situação é gravíssima, Deputado Dobrandino.

Vi hoje o Raska Rodrigues, não sei que problema tem entre o Ibama e o IAP, que barbaridade. Agricultores que plantaram meio hectare de feijão, está aqui o Deputado Pedro Ivo, e deve saber dessas notícias, meio hectare de feijão para comer, chegou o cidadão do IAP com aquelas armas pesadas nas mãos, como se o cara fosse bandido. Será que o Governador sabe disso? Será que alguém levou ao conhecimento dele? Sei que amanhã devem estar em cima das minhas propriedades, como urubus, mas já estou numa fase que não tem mais problemas, já sofri tudo que é tipo de perseguição, não tenho mais problema, não estou plantando mais um pé de feijão. Então, eles não me pegam. Quando cai uma braca-tinga, uma taquara no meu terreno, eu corro lá e planto uma outra árvore no lugar e ponho uma bandeirinha para mostrar que plantei, porque com esta “raça” eu não quero mais conversa. Por quê? Eles nunca trabalharam, nunca produziram, não sabem o que é produzir, gerar empregos, pagar impostos. Nós sabemos.

Estou falando, aqui, de cadeira. Por esta razão, ao invés de estarmos, às vezes, discutindo questões que não somam nada, vamos pensar, sim, no setor produtivo deste país. Por esta razão é que subi à tribuna. Mas, hoje ouvindo o rádio, a televisão, o Brasil está parado! Para mim, se o Brasil for bem, estou indo bem, mas só vejo o Brasil indo bem na televisão. Está uma maravilha, o PIB cresce, o Brasil não tem inflação, o Brasil não tem desemprego, não tem nada! E nós nos olhamos no espelho e dizemos: os incompetentes somos nós, porque o Brasil que eles pintam não é esse que estou vivendo.

Eu, às vezes, pergunto: será que estou no Brasil? Será que a minha empresa está no Brasil? Acho que não, porque o que vejo nos meios de comunicação não é o que estou vivendo, não é o que os empresários estão vivendo, o setor produtivo está vivendo. E agora o bicho pegou. O bicho pegou no pequeno agricultor, no grande agricultor, no pequeno empresário, no grande empresário.

Não adianta isentar o ICMS da pequena empresa; claro, resolve momentaneamente, porque às vezes há empresa que é mais caro cobrar do que isentar. Tudo bem, é um bom programa, tem que ser salientado, é bom o programa. Mas, não adianta dar vida à pequena e matar a grande. Quantas empresas para gerar novecentos empregos que deixei de gerar e que poderia estar gerando... Eu cito o meu exemplo para não citar o de pessoas que conheço, de amigos, de empresários.

Então, não há mais condição de trabalhar e aí vejo o Presidente Lula, com toda estima que tenho ao nosso Presidente da República, eu tenho visto, às vezes, vir à televisão e dizer o seguinte: que nós somos chorões. Como é que eu posso aceitar, Deputado Dobrandino, que um homem que vai à televisão, Presidente da República, que nunca produziu nada, que não sabe o que é produzir, nunca gerou um emprego e aí, vem querer dizer que eu sou chorão, que os empresários são chorões, que o setor produtivo é chorão? Em que Brasil nós estamos vivendo? E a revolta das penitenciárias é culpa de quem? Será que é do setor produtivo, dos empresários?

A grande verdade é que neste país existe uma categoria chamada de “sanguessuga”, que nunca trabalhou, nunca produziu e fica achando defeito naqueles que trabalham. Chama-se “sanguessuga”. Não são esses das ambulâncias. É outra categoria que eu estou falando.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

V. Exma. me permite um aparte?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu vou conceder os apartes, primeiro ao Deputado Dobrandino, depois aos Deputados Welter e Neivo Beral-din.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Obrigado. V. Exa. aborda o assunto até em forma de desabafo e eu imagino que, como todos nós, recebe reclamações da população de um modo geral em relação a esta Casa, que são os ambientalistas; e eles não apenas fiscalizam, mas cometem abuso de autoridade. Eu, por várias vezes já intercedi junto ao IAP para tirá-los das suas guarras, cometendo injustiça e atrapalhando a vida de agricultores, de pessoas que estão construindo, por exemplo, eles vêm, com todo autoritarismo, parecendo que são donos do mundo.

Na verdade, a lei existe e não estamos defendendo a não fiscalização, mas a fiscalização racional, e não dessa forma brutal, irracional por parte de algumas pes-

soas, de fiscais despreparados e até mal-intencionados. Eu diria até, querendo aparecer. É preciso se corrigir.

V. Exa. tem toda a razão no seu pronunciamento. Devemos fazer uma audiência pública, chamando o IAP, o Ibama e os setores do Governo e discutirmos, sem o descumprimento da lei e de uma forma respeitosa, para que os agricultores não sejam humilhados. Já vi colonos injustamente sendo presos por fiscais inescrupulosos. É uma reparação que temos que fazer. Esta é uma Casa democrática, que corrige as distorções. Poderemos discutir aqui na Casa, reunindo elementos para que possamos, pelo menos, acabar com esses abusos. Imagino que sem descumprir a lei e mesmo fiscalizando, há condições de minimizar mais de cinquenta por cento os abusos cometidos hoje. Atrás disso, existem muitas denúncias de distorção corrupção, por parte dos fiscais, cometendo injustiças com os agricultores, principalmente com os mais humildes que trabalham e produzem.

Já conversei sobre isso com o Governador, com o Rodrigues, hoje é Secretário do Meio Ambiente, quando ele estava no IAP. É do meu Partido, eu respeito, mas temos que conversar, abrir o diálogo e tentar proteger aqueles que trabalham.

Concordo com V. Exa. e me proponho junto aos demais Deputados, a abirmos uma discussão para acabar de vez com as injustiças.

Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Só para que V. Exa. tenha uma idéia, depois de alguns anos de Governo Requião, agora no último ano até o IAP estava começando a funcionar, Deputado Dobrandino. Mas, uma briga entre o Ibama e o IAP virou numa situação que não tem mais controle, porque o IAP vai lá e autoriza, o Ibama multa e não quer saber da autorização do IAP. Então, quem é que manda? Que Brasil é esse que nós estamos vivendo?

Não é possível que quem tem uma área, não possa ocupar pelo menos 50% dela. Você tem 20% de preservação permanente, aí tem as margens de rio. Mas, é o seguinte: cada um tem uma lei e nem eles sabem qual é a correta.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Rossoni, quero cumprimentá-lo pelo tema levantado na tarde de hoje, na Assembleia Legislativa. Coincidentemente, vejo aqui três Vereadores de Piraquara: O Picanso, o Miguel e o Welington; eles têm lá uma chamada Força Verde que está perturbando persistentemente os pequenos agricultores, um abuso! Há algum tempo atrás, na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Casa, solicitei da Secretaria do Meio Ambiente os processos disciplinares internos daquele Departamento e daquela Secretaria, porque, na verdade, há muitos denunciados dentro do próprio IAP, da própria Secretaria e que ninguém fica sabendo.

Então, estamos querendo saber quem são os que sofreram processos disciplinares por, certamente, desvio de conduta, e querem imprimir em cima dos pequenos uma conduta que eles mesmo não têm, como disse o Deputado Dobrandino.

Portanto, estamos solidários ao seu pronunciamento.

O Sr. Elton Carlos Welter (PT)

Quero me solidarizar com esse assunto IAP e Ibama, se é possível fazer uma discussão muito clara aqui, mas V. Exa. partiu da hipótese antes da questão da segurança.

Também faço uma hipótese: será que não é porque o crime organizado está sendo combatido com firmeza, quando aumentou em praticamente 100% do efetivo da Polícia Federal, onde de fato está se combatendo, onde a própria polícia reconhece que nunca trabalhou com tanta competência?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Welter, vamos fazer o seguinte, como estou encerrando o meu pronunciamento, prometo a V. Exa, na próxima reunião vamos discutir segurança. É um assunto palpitante, importante que tem que ser discutido.

Hoje, estou falando da questão da crise do setor produtivo, da questão ambiental. Quero dizer aqui, para ficar claro, que quero cumprir a lei, mas quero saber qual a lei que devo cumprir! É a lei do IAP? É a lei do Ibama? É a lei da Força Verde, ou é a lei das ONG's? De quem é a lei? Acredito que tem que ter uma lei, porque quando se contrata um engenheiro florestal dizemos para ele: faça o projeto dentro das normas exigidas. Faça certinho.

Aí ele faz. Mas, daí um bando de "urubus" desce na sua propriedade, arrebenta, e você não consegue trabalhar.

Por isso, quero dizer aos Deputados do PMDB, faz três anos e meio que este Deputado não planta um pé de couve, porque não agüento mais esses "urubus" em cima das minhas propriedades.

Obrigado.

Liderança do Governo: Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Continuo achando, sem dúvida nenhuma, que a democracia, que anã, que nanica, em plena construção, é o maior regime para se viver. Onde o contraditório deve ser garantido, onde temos que ouvir a todos com o mesmo respeito e a mesma consideração.

Hoje, ouvi atentamente os meus companheiros de Oposição se manifestarem; ouvi o pronunciamento do Deputado Rossoni, que traz questões relevantes, importantes, relativas ao setor produtivo, aos agricultores, não só especificamente na questão dos madeireiros, mas de

um modo geral, posicionando-se em relação à política econômica nacional, que é importante. Não podemos, numa Assembléia Legislativa do Estado, achar que tudo que acontece deve-se única e exclusivamente à política. Tudo isso que acontece no Paraná e em todos os demais estados da Federação passa, com certeza absoluta - e é reflexo de políticas sociais, econômicas. Não precisamos ser economistas, sociólogos, cientistas econômicos para entendermos isso. O que acontece do ponto de vista das políticas nacionais, tem reflexo no Brasil inteiro.

Há que levarmos a preocupação colocada aqui pelo companheiro Rossoni - o Deputado Marcos Isfer levanta uma questão também da Anatel em que há a minha concordância. Mas, não podemos concordar com a fala, pelo menos parte dela, do companheiro Ratinho Júnior e nem do companheiro Barbosa Neto.

Fazia tempo que eu não subia à tribuna para discutir a questão da segurança. Eu me cansei da turma do "quanto pior, melhor", porque o que está acontecendo hoje em São Paulo e no Brasil inteiro é exatamente a tese que vimos defendendo aqui, desde o primeiro dia em que assumimos nosso mandato. A questão da violência não pode ser responsabilidade única e exclusivamente de um Governo, de um Prefeito, de um Estado e, sim, à nação brasileira. É o tráfico de drogas, de armas, o desvio de dinheiro público, a impunidade que fez com que nesses quinhentos anos de história brasileira as coisas chegassem onde chegaram.

Não posso concordar, absolutamente, que a responsabilidade desse caos estabelecido seja responsabilidade única e exclusivamente do Governador Roberto Requião, conforme disse o Deputado Rossoni. Isso é uma coisa que quando não resolvida lá atrás, vira uma bola de neve, que algum momento tem que parar. E tem que parar com ações firmes do Governo, da Presidência da República, dos governos dos estados, dos governos municipais, das Assembléias, de todos nós. Porque estamos, sim, não tenho dúvida nenhuma, vivendo uma guerra civil no Brasil. Tanto do ponto de vista das questões dos setores produtivos, como da questão da violência que se desencadeou de forma assustadora.

Agora, tive uma experiência também passando pelo Executivo em Londrina, quando fui Secretária Municipal. Era a maior dificuldade, porque os Deputados e a população reclamavam da falta de segurança, da necessidade de centros de detenções, de penitenciárias, de setores e equipamentos sociais, mas ninguém queria no seu bairro, próximo de sua casa, na sua cidade. Todos criticam, mas ninguém quer próximo à sua cidade. Dizer que o Estado do Paraná não fez nada, que não está fazendo nada, também não é correto. Podem até criticar, porque a crítica, quando construtiva é um elemento extraordinário e revolucionário que aponta para decisões importantes, mas, dizer que o Estado não está fazendo nada, aí é brincadeira! O Governo do Paraná construiu doze novas penitenciárias. Isto não quer dizer nada? O Governo Requião realizou investimentos em torno de

78,5 milhões no sistema penitenciário nos últimos três anos e meio de governo. Vai ofertar, com essas construções, cerca de onze mil vagas em doze novas unidades prisionais em todo o Estado, entre construção, ampliação e reforma.

No início do governo havia aproximadamente seis mil e quinhentos. Com essas obras, o sistema terá cerca de dezessete mil novas vagas, o que representa um aumento de 170%.

É óbvio que não se resolve a questão da violência apenas construindo centros de detenções. Mas, paralelo a isto, outras políticas públicas foram implantadas: relação das novas penitenciárias, Centro de Detenção Provisória de São José dos Pinhais. Não é uma penitenciária. Agora mesmo o Deputado Chico Bühner me dizia que ligou para lá, e que a situação já está sob controle, porque um centro de detenção é apenas para que o preso fique por um período provisório. Portanto, é importante que os equipamentos relativos à Justiça sejam próximos. Ao contrário do que disse o companheiro Ratinho.

Centro de Detenção de Piraquara, Cascavel, Londrina, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Maringá, Penitenciária Feminina de regime semi-aberto, centro de regime semi-aberto em Guarapuava, Penitenciária Federal em Catanduvas, Complexo Médico Penal em ampliação, Patronato Penitenciário em Londrina, que atenderá cerca de dois mil ingressos. Portanto, investimentos que não foram feitos - absolutamente - nos oito anos do governo anterior.

Isto tem que ser jogado no lixo? Tem que ser levado em consideração. Esses investimentos resolvem o problema? Não. Não resolvem o problema porque existem outras questões que levam à marginalidade, à criminalidade, inclusive o envolvimento da própria polícia, corrupta, como estamos vendo em São Paulo.

Quando o Governador assumiu, ele demitiu - não posso dizer o número com certeza absoluta, depois queria que minha assessoria verificasse - mas, por volta de seiscentos ou oitocentos policiais militares que estavam envolvidos com corrupção, e o que estamos vendo hoje em São Paulo, passa por aí também.

Então, esta é uma questão que tem que ser levada em consideração. São mais de onze milhões de reais investidos em novos centros de detenções, são investimentos em várias outras áreas relativas à questão do narco-denúncia, defensorias públicas, Procon's, o número 181 do narco-denúncia, que mantém anônimas as pessoas que denunciam, já recebeu e permitiu a prisão...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Concedo um minuto para V. Exa. concluir.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Portanto, quando trazemos aqui essas questões é exatamente para fazer o contraponto. Qualquer homem público, qualquer cidadão ou cidadã brasileira que leve esta discussão sem levar em consideração o contexto

nacional, comete um equívoco. É a crítica pela crítica. É a fomentação de quanto pior, melhor. É pedir cabeças em bandejas. O que não resolve a questão nacional, neste momento.

Sempre que forem feitas críticas sem levar em consideração os dados, os números, o PMDB, a Bancada da Situação é obrigada a fazer o contraponto. Portanto, ouvi atentamente a fala dos meus colegas, parte da fala do Barbosa Neto houve uma concordância, parte não; parte do Ratinho houve concordância em relação à crise, mas outra não, porque dizer que o Centro de Detenção Provisório de São José dos Pinhais é um equívoco, isto sim é um equívoco! E também a fala do Deputado Isfer, em relação à Anatel, em que concordo plenamente, porque hoje um celular dentro de uma penitenciária é uma arma em potencial, e alguma coisa tem que ser feita rapidamente.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância do tempo.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 48 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Deputado Antonio Anibelli, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o Deputado Vanderlei Iensen, em substituição ao Deputado Delegado Bradock que se encontra licenciado, para compor a PEC 115/05, que trata das Terras Indígenas. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Deputado Antonio Anibelli, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o Deputado Alexandre Curi, em substituição ao Deputado Artagão Júnior, para exercer a suplência da CCJ - Comissão de Constituição e Justiça. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Manifesto de Apoio aos Produtores Rurais, subscrito pelos Deputados Waldir Leite, José Domingos Scarpellini, Nelson Garcia e demais Deputados, constante do expediente, tornando público o apoio incondicional à manifestação nacional dos produtores rurais. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei, em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Carlos Simões, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Marcos Isfer e Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1170, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 747/05, item 11 da Ordem do Dia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 747/05, de autoria da Deputada Elza Correia, que dispõe sobre a implementação da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná - PDU, os Planos de Desenvolvimento Regional e os Planos Diretores Municipais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 133/05, de 29/11/05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 747/05

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Elza Correia, visa implementar a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná - PDU, os Planos de Desenvolvimento Regional e os Planos Diretores Municipais.

Em sua justificativa aponta a necessidade de lei estadual para a institucionalização da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná. Ainda, à parte do teor do presente projeto de lei, o mesmo

ainda visa substituir o Decreto Estadual nº 2.581, e 17 de fevereiro de 2004 que já regulamenta a matéria.

Fundamentação

O projeto de lei em questão versa sobre a Política de Desenvolvimento Urbano. A propositura vem ao encontro dos anseios do Estado do Paraná que somente dispõe sobre esta matéria por meio do Decreto nº 2581 de 17 de fevereiro de 2004, que estabelece dentre outras coisas, em seu artigo 1º, alínea a, que “o Estado do Paraná somente firmará convênios de financiamento de obras de infra-estrutura e serviços com municípios que já possuam planos diretores aprovados pelas respectivas câmaras municipais”.

Primeiramente cumpre esclarecer que como a matéria tratada no presente projeto é o Desenvolvimento Urbano, através de seu principal instrumento que são os planos diretores municipais, a competência para legislar sobre a matéria é concorrente à União, Estados e Distrito Federal, conforme disposto no artigo 24, I, da Constituição Federal, senão vejamos:

“Art. 24. Compete à União, Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.”

Ainda, a propositura em questão encontra-se amparada por legislação federal, pois, a Constituição Federal dispõe em seu artigo 182, § 1º, sobre a obrigatoriedade da existência dos Planos Diretores, senão vejamos:

Art. 182 - A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.”

Também cumpre esclarecer que o presente projeto de lei apenas obriga aos Municípios a iniciarem seus Planos Diretores quando tiverem interesses em obter recursos financeiros advindos do Estado, por meio de convênios.

Na mesma esteira de raciocínio, a matéria tratada no presente projeto de lei encontra-se amparada pela Constituição Estadual, artigo 141, que dispõe:

“Art. 141 - A lei definirá o sistema, as diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual equilibrado, integrando-o ao planejamento nacional e a ela se incorporando e compatibilizando os planos regionais e municipais, atendendo: (...).”

Cumpre ainda esclarecer que o presente projeto de lei atribui ao Poder Executivo a competência para regular a lei que se visa instituir, motivo pelo qual não há que se alegar que a matéria tratada é privativa do Governador do Estado.

Conclusão

Isto posto, considerando não haverem óbices de natureza legal ou constitucional à matéria tratada no presente projeto, e ainda, considerando que o mesmo visa substituir o Decreto Estadual de nº 2581 de 17 de fevereiro de 2004, apresentamos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei sob nº 747/05.

Sala das Comissões, em 11.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 747/05

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de iniciativa da Deputada Elza Correia, dispõe sobre a implementação da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná, os Planos de Desenvolvimento Regional e os Planos Diretores Municipais.

Voto do Relator e Fundamentação

O objetivo deste projeto de lei é incentivar a institucionalização da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado - PDU, bem como na criação de Conselhos Estadual e Regionais das cidades.

Esta lei estará suprimindo a necessidade de integração entre os municípios, afastando a política de tratamento das cidades como ilhas isoladas.

Com os Planos Diretores os municípios estarão se relacionando com a sua população nas fases do processo de desenvolvimento e criação do Plano Diretor “Conselhos Municipais”.

Conclusão

Pelo exposto, opino de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 747/05, de iniciativa da Deputada Elza Correia no que se refere à Comissão de Finanças

Sala das Comissões, em 03.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Em votação.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Para Justificar)

Pedi a alteração porque estão aqui conosco hoje, desde às 14h30m, os técnicos do Sedu, a pedido do Secretário Forte Neto, Dr. Fabrício Correia, Dr. Carlos Astorer. Queria agradecer aos companheiros, inclusive à Comissão de Justiça, porque esse projeto é de fundamental importância pelo seguinte: existe já uma determinação, aliás, uma lei do Ministério das Cidades em relação aos planos diretores, a necessidade dos planos diretores para que os investimentos possam acontecer nas cidades brasileiras.

Aqui no Paraná, a pedido do Dr. Forte Neto, elaboramos esse projeto para que, ao invés do Decreto Estadual 2581 de 17 de fevereiro, que dispõe que o Estado somente firmará convênio e financiamentos de obras de

infra-estrutura e serviços com os municípios que já possuem planos diretor, que possamos transformá-lo numa lei que assegure muito mais. E o decreto foi feito com a assistência e acompanhamento do Sedu, dos nossos técnicos que estão aqui. Não existe nenhum óbice e vai garantir, através dessa lei, que toda a discussão do desenvolvimento regional das cidades possa ser feito em rede. E atende, o que é mais importante, uma demanda que foi apresentada na 2ª Conferência Estadual das Cidades, que aconteceu em Foz do Iguaçu no dia 22 e 23 de setembro.

Portanto, o mérito vamos discutir amanhã, mas estamos atendendo prioritariamente um pedido do Dr. Forte Neto, da Sedu, e também a preocupação de alguns Deputados, porque decreto pode cair a qualquer momento e leis se faz para dez, vinte, quarenta anos.

Nesse sentido, gostaria de agradecer aos companheiros que votaram por unanimidade essa primeira votação.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Aprovado.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 115/05. (Proposta de Emenda Constitucional), de autoria do Deputado Elton Carlos Welter e outros, inclui o artigo 226-A, na Constituição do Estado do Paraná, conforme especifica. (**Publ. no DA nº 130/131, de 23/11/2005, em Proposta de Emenda Constitucional e em Avulso**).

Sobre a referida proposição, Requerimento nº 1174, de autoria do Sr. Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão, da Proposição de Emenda à Constituição nº 115/05.

Redação Final:

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 384/04, de autoria do Deputado Reni Pereira, que introduz alteração na Lei nº 13.976, de 26 de dezembro de 2002, que criou o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCB.

REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 384/04 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica acrescentado o inciso VII ao artigo 4º, da Lei nº 13.976, de 26 de dezembro de 2002, com a seguinte redação:

“VII - as microempresas e as empresas de pequeno porte, como tal definidas pela legislação estadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS”.

Art. 2º Anualmente, até o último dia do ano fiscal o Poder Executivo, ouvido o Comando do Corpo de Bombeiros, emitirá decreto estipulando as condições de pagamento das taxas previstas na presente lei, conforme as disposições previstas nos incisos abaixo. Ficando a critério do contribuinte a opção pela forma de pagamento:

I - desconto de 5% a 10% para pagamento à vista;

II - parcelamento de 3 (três) até seis (seis) vezes.

Parágrafo único. As microempresas e as empresas de pequeno porte, como tal definidas pela legislação estadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, poderão ainda ter um desconto de até 10% sobre a taxa para o pagamento parcelado, conforme disposições do decreto do Poder Executivo.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2007.

Sala das Comissões, em 15.05.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relator

O nobre Deputado não está presente, portanto está retirado da Ordem do Dia.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. revisse o item 02, já que o substitutivo é do Plenário e há interesse nosso em votar com urgência, a redação final do Corpo de Bombeiros.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou atender a V. Exa.

Atendendo a solicitação do Deputado Natálio Stica, vamos votar o item 02.

Em votação o item 02.

Aprovado.

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 164/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/06, que dispõe sobre ajuste e conversão de fontes de recursos no valor de R\$ 2.628.556,00 (dois milhões, seiscentos e vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 164/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica procedido um ajuste e uma conversão de fontes de recursos ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, no valor de R\$ R\$ 2.628.556,00 (dois milhões, seiscentos e vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Art. 2º Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita da Lei Orçamentária, conforme Anexos III e VI.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.05.06
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 217/06, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, declarando de Utilidade Pública a Associação Procopense de Saúde Mental, com sede e foro no município de Cornélio Procopio. **Aprovado. (Publ. no DA nº 037/06, de 26/04/06).**

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispondo sobre o Programa de Incentivo à Produção de Biodiesel no âmbito do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 181/06, de autoria do Deputado André Vargas, declarando de Utilidade Pública a Associação de Mulheres Solidárias do Jardim

Interlagos e Adjacências, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

O Deputado André Vargas não se encontra no plenário no momento. Retiramos o projeto da pauta.

2ª Discussão

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 033/06, objetivando instituir a parcela complementar de remuneração ao funcionário público civil efetivo, ativo e ao inativo e gerador de pensão da administração direta e autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, denominada "Piso Social Complementar". COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF.

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário, em número de oito, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE
PLENÁRIO DE Nº 01, AO
PROJETO DE LEI Nº 230/06

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 230/06, oriundo da Mensagem 033/06 do Governo do Estado, objetiva alterar a redação dos seus artigos 1º e 2º, conforme segue:

"Art. 1º Fica instituída parcela complementar de remuneração ao servidor público militar e civil, efetivo e temporário, ativo e ao inativo e gerador de pensão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, denominado Piso Social Complementar.

Art. 2º O Piso Social Complementar será devido ao servidor ativo ou ao inativo ou gerador de pensão que receba, a título de remuneração, valor inferior a R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais).

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(aa) VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO, ARLETE CARAMÊS, DURVAL AMARAL, AILTON ARAÚJO, MARCOS ISFER, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, BARBOSA NETO, RATINHO JÚNIOR, WALDIR LEITE e ANDRÉ VARGAS.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda modificativa é da maior relevância para efeito de corrigir injustiça contida na redação original do projeto de lei, posto que estavam excluídos do piso social complementar todos os servidores militares e os temporários, sendo que estes últimos, só na área da educação, somam quase quinze mil.

EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA DE
PLENÁRIO DE Nº 02, AO PROJETO DE LEI Nº 230/06

A presente emenda modificativa e aditiva ao Projeto de Lei nº 230/06, oriundo da Mensagem 033/06 do Governo do Estado, objetiva alterar a redação dos seus artigos 1º e 2º, acrescentando a este parágrafo único, conforme segue:

“Art. 1º Fica instituída parcela complementar de remuneração ao servidor público titular de cargo efetivo e ao militar do Estado, ativo e ao inativo e gerador de pensão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, denominado Piso Social Complementar.

Art. 2º O Piso Social Complementar será devido ao servidor ativo ou ao inativo ou gerador de pensão que receba, a título de remuneração, valor inferior a R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais).

Parágrafo único. A parcela complementar de que trata esta lei será também devida ao servidor temporário com remuneração inferior à estabelecida no *caput*.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(aa) VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO, ARLETE CARAMÊS, DURVAL AMARAL, AILTON ARAÚJO, MARCOS ISFER, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, BARBOSA NETO, RATINHO JÚNIOR, WALDIR LEITE e ANDRÉ VARGAS.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda modificativa é da maior relevância para efeito de corrigir injustiça contida na redação original do projeto de lei, posto que estavam excluídos do piso social complementar todos os servidores militares e os temporários, sendo que estes últimos, só na área da educação, somam quase quinze mil.

EMENDA MODIFICATIVA DE
PLENÁRIO DE Nº 03, AO PROJETO DE LEI Nº 230/06

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 230/06, oriundo da Mensagem 033/06 do Governo do Estado, objetiva alterar a redação do seu artigo 3º, suprimindo-lhe os incisos, conforme segue:

“Art. 3º Para os efeitos desta lei não são considerados como remuneração o adicional por tempo de serviço, quaisquer outras vantagens de natureza pessoal, e aquelas relativas a condições especiais do local de trabalho, periculosidade e insalubridade.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(aa) VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO, ARLETE CARAMÊS, DURVAL AMARAL, AILTON ARAÚJO, MARCOS ISFER, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, BARBOSA NETO, RATINHO JÚNIOR, WALDIR LEITE e ANDRÉ VARGAS.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda modificativa tem por objetivo assegurar um piso salarial efetivo a todos os servidores, sem que sejam consideradas para esse fim as vantagens de natureza pessoal atribuídas a um servidor em especial, devido a particularidades próprias da sua relação funcional com o Poder Público que o diferencia do universo dos demais servidores

Das vantagens de natureza pessoal temos por exemplo, o quinquênio, que corresponde a uma gratificação pelo tempo de serviço dedicado ao Poder Público.

Temos também aquelas vantagens concedidas em razão do exercício funcional em condições adversas, tais como exposição a situações de risco ou geradoras de danos à saúde (adicional de periculosidade ou insalubridade), por exemplo.

EMENDA MODIFICATIVA DE
PLENÁRIO DE Nº 04, AO PROJETO DE LEI Nº 230/06

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 230/06, oriundo da Mensagem 033/06 do Governo do Estado, objetiva alterar a redação do parágrafo 2º do seu artigo 2º, conforme segue:

“Art. 2º ”

Parágrafo 2º. O Piso Social Complementar não servirá de base de cálculo de vantagens vinculadas ao vencimento ou vencimento-base, exceto férias e 13º salário, além de não integrar base de cálculo para a concessão de vale-transporte e auxílio-alimentação”.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(aa) VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO, ARLETE CARAMÊS, DURVAL AMARAL, AILTON ARAÚJO, MARCOS ISFER, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, BARBOSA NETO, RATINHO JÚNIOR, WALDIR LEITE e ANDRÉ VARGAS.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda modificativa tem por objetivo assegurar que também o 13º salário dos servidores que farão jus ao piso social complementar, seja complementado, permitindo-lhes fazer frente às extraordinárias despesas do início do ano.

EMENDA SUPRESSIVA DE
PLENÁRIO DE Nº 05, AO PROJETO DE LEI Nº 230/06

A presente emenda supressiva ao Projeto de Lei nº 230/06, oriundo da Mensagem 033/06 do Governo do Estado, objetiva suprimir da redação originalmente proposta o parágrafo 1º do seu artigo 2º, renumerando o parágrafo 2º como parágrafo único.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(aa) VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO, ARLETE CARAMÊS, DURVAL AMARAL, AILTON ARAÚJO, MARCOS

ISFER, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, BARBOSA NETO, RATINHO JÚNIOR, WALDIR LEITE e ANDRÉ VARGAS.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda supressiva é necessária porque, da forma como apresentada a proposta, ficam excluídos, injustamente, do piso social complementar os servidores cujo exercício profissional é regulado por normas particulares que estabelecem regime de horário diferenciado em razão de especificidades próprias, tais como periculosidade, insalubridade, desgaste psíquico ou físico.

Inobstante a jornada desses servidores seja reduzida, esta é equivalente ou até mais pesada que a jornada de 8 (oito) horas das demais categorias profissionais.

**EMENDA SUPRESSIVA DE
PLENÁRIO DE Nº 06, AO PROJETO DE LEI Nº 230/06**

A presente emenda supressiva ao Projeto de Lei nº 230/06, oriundo da Mensagem 033/06 do Governo do Estado, objetiva suprimir da redação originalmente proposta o seu artigo 4º, renumerando-se o artigo subsequente.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(aa) VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO, ARLETE CARAMÊS, DURVAL AMARAL, AILTON ARAÚJO, MARCOS ISFER, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, BARBOSA NETO, RATINHO JÚNIOR, WALDIR LEITE e ANDRÉ VARGAS.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda supressiva permite que sobre a parcela correspondente ao piso social complementar seja procedida a contribuição previdenciária correspondente de modo a permitir que no momento em que venha a se aposentar, possa incorporar a diferença correspondente sem sofrer a perda decorrente do corte do piso.

Ou seja, poderá manter seus proventos de aposentadoria em montante equivalente àquele dos seus vencimentos, enquanto em atividade.

**EMENDA ADITIVA DE
PLENÁRIO DE Nº 07, AO PROJETO DE LEI Nº 230/06**

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 230/06, oriundo da Mensagem 033/06 do Governo do Estado, objetiva acrescentar novos parágrafos ao artigo 2º, conforme segue:

“Art. 2º

Parágrafo A Parapreviência deverá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias da vigência desta lei, a avaliação do impacto financeiro e atuarial do piso social complementar de que trata esta lei, devendo o Poder Executivo providenciar o aporte das reservas matemáticas

necessárias à manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio da previdência do Estado.

Parágrafo ... - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos ajustes orçamentários necessários ao cumprimento do dispositivo no *caput*.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(aa) VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO, ARLETE CARAMÊS, DURVAL AMARAL, AILTON ARAÚJO, MARCOS ISFER, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, BARBOSA NETO, RATINHO JÚNIOR, WALDIR LEITE e ANDRÉ VARGAS.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei tal como proposto incorreria em flagrante inconstitucionalidade em razão da afronta ao que dispõe o parágrafo 5º do artigo 195 da Constituição Federal e ao que dispõe o artigo 70 da Lei da Parapreviência.

A presente emenda aditiva é, portanto, de suma importância para preservação do equilíbrio financeiro do Fundo Previdenciário, uma vez que a diferença correspondente ao piso social complementar, instituído nesta lei, não foi computada nos cálculos atuariais do benefício previdenciário. Deverão os recursos correspondentes ser aportados pelo Tesouro do Estado no referido fundo, sob pena de sérias consequências financeiras futuras.

**EMENDA ADITIVA DE
PLENÁRIO DE Nº 08, AO PROJETO DE LEI Nº 230/06**

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 230/06, oriundo da Mensagem 033/06 do Governo do Estado, objetiva acrescentar novo parágrafo ao artigo 2º, conforme segue:

“Art. 2º

Parágrafo O valor da parcela complementar será fixado individualmente, mediante apuração da diferença entre a remuneração percebida até o mês da publicação desta lei e o valor do Piso Social Complementar, estabelecido no *caput*.

Sala das Sessões, em 16.05.06.

(aa) VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO, ARLETE CARAMÊS, DURVAL AMARAL, AILTON ARAÚJO, MARCOS ISFER, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, BARBOSA NETO, RATINHO JÚNIOR, WALDIR LEITE e ANDRÉ VARGAS.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda aditiva tem caráter exclusivamente elucidativo, visando evitar futuras pendengas judiciais.

O referido projeto volta à Comissão de Constituição e Justiça.

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 323/05, de autoria do Deputado Carlos Simões, dispondo sobre a criação e comercialização do caramujo africano *Achatina fulica* no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAICTM. **Aprovado. (Publ. no DA nº 050/05, de 30/05/05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 323/05

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Carlos Simões, tem em vista, com a proibição da criação e comercialização da espécie de caramujo em questão, a proteção da saúde e do meio ambiente, pois o animal tornou-se uma praga no Estado do Paraná, após uma larga e rápida proliferação no ecossistema alienígena (visto que o molusco é originário da África).

Não há óbice quanto à competência no âmbito constitucional, visto o que dispõe a Carta Constitucional Federal:

“Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;”

(...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

(...)

Ainda:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

(...)

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;”

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Desta forma, em sede de parecer, opinamos pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 22.08.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO, TURISMO E MERCOSUL
PROJETO DE LEI Nº 323/05

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Carlos Simões, dispõe sobre a criação e comercialização do caramujo africano *Achatina fulica* no Paraná.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.05.06.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente
WALDIR LEITE - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 636/05, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, tornando obrigatória a construção de canais apropriados para facilitar a piracema nos reservatórios das usinas geradoras de eletricidade de propriedade do Governo do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAICTM. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 112/05, de 17.10.05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 636/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Nishimori, tem como escopo tornar obrigatória a construção de canais apropriados para facilitar a piracema nos reservatórios das usinas geradoras de energia elétrica e reservatórios de água de propriedade das empresas, sejam de natureza estatal ou privada, que tenham reservatórios localizados no território paranaense.

Constitucionalidade e Legalidade

Assim dispõe a Constituição Federal em relação à matéria apresentada:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

(...)

Resta claro, desse forma, que a iniciativa legislativa é legítima dos membros desta Casa.

Quanto à técnica legislativa, não há nenhum óbice frente à Lei Complementar 95/98, a Lei de Técnica Legislativa.

Desta forma, esta Comissão conclui pelo parecer favorável, concedendo aprovação ao substitutivo em questão, com acolhimento do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 06.12.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 636/05
SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1º Torna obrigatória a construção de canais apropriados para facilitar a piracema nos reservatórios das usinas geradoras de energia elétrica e reservatórios de água de propriedade das empresas, sejam de natureza estatal ou privada, que tenham reservatórios localizados no território paranaense.

Parágrafo Único. A obrigatoriedade da construção de canais terá como objetivo facilitar a piracema nas bacias hidrográficas e nos reservatórios de água, visando proteger e preservar a fauna - recursos ambientais indispensáveis ao equilíbrio dos ecossistemas aquáticos no território do Estado do Paraná.

Art. 2º Os reservatórios localizados em rios limítrofes com outros estados devem ser notificados ao Estado confinante para a efetiva execução desta lei.

Art. 3º As empresas estatais que pertençam ao Governo do Paraná deverão fazer constar de seus orçamentos anuais os valores referentes à adequação desta lei.

Art. 4º As empresas deverão se adequar aos parâmetros dessa lei no prazo de 5 (cinco) anos, sob pena de esvaziamento do reservatório.

Art. 5º Esta lei será executada pela integração da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06.12.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoiamento:

José Domingos Scarpellini, Elton Carlos Welter e Hermes Fonseca.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 636/05

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Nishimori, torna obrigatória a construção de canais apropriados para facilitar a piracema nos reser-

vatórios das usinas geradoras de energia elétrica de propriedade do Governo do Estado do Paraná.

Fundamentação

A proposição já recebeu parecer favorável, quanto à constitucionalidade e legalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, com apresentação de substitutivo geral.

Conclusão

Chamada a opinar, conforme dispõe o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, a Comissão de Finanças apresenta, também, parecer favorável à matéria, por considerar a abrangência da proposição em relação ao meio-ambiente.

Sala das Comissões, em 06.03.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL
PROJETO DE LEI Nº 636/05

P A R E C E R :

O presente projeto de lei tem como escopo tornar obrigatória a construção de canais apropriados para facilitar a piracema nos reservatórios das usinas geradoras de eletricidade, empresas estatais e reservatórios particulares e de empresas privadas de qualquer natureza.

A Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Finanças já emitiram parecer favorável à matéria, na forma do substitutivo em anexo, não encontrando nenhum óbice de natureza legal.

Sendo assim, e tendo em vista a nobre intenção deste projeto, esta Comissão é favorável à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 03.05.06.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN- Presidente
WALDIR LEITE - Relator

Em votação

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)
Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Vinte e nove Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Nenhum. Está **aprovado**.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 722/05, de autoria da Deputada Arlete Caramês, dispondo sobre a comercialização de garrações reutilizáveis e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/05, de 22.11.05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 722/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como objetivo dispor sobre a comercialização de garrações reutilizáveis.

Legitimidade

A legitimidade para legislar quanto à presente matéria encontra-se definida na Constituição Federal, conforme se pode depreender abaixo:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial; penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho; (...)

Parágrafo Único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo. (grifo nosso)

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(...)

(grifo nosso)

Pode-se constatar que se trata de matéria de competência concorrente da União e dos Estados.

Ainda quanto à legitimidade, pode-se constatar que não existe óbice de iniciativa para legislar quanto à matéria, tendo-se em vista o disposto na Constituição Estadual:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado especificamente.

(...)

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal;

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal; (grifo nosso)

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Fundamentação

O presente projeto de lei visa preservar os direitos do consumidor, uma vez que ao adquirir um garrafão de água, deve ter garantido seu direito de reabastecê-lo em qualquer distribuidor de águas do mercado, não devendo ser compelido a comprar água de um único distribuidor, por ter esse impresso sua logomarca no garrafão adquirido.

Como bem fundamenta a autora, ao comprar água pela primeira vez, paga também pelo recipiente, sendo

legítimo proprietário, podendo, portanto, reabastecê-lo em qualquer empresa comerciante de águas, independente de qual seja.

Constitucionalidade

Quanto à elaboração e redação deste projeto, ressaltamos que o referido encontra-se em conformidade com a Lei Complementar 95/98.

Conclusão

Ante ao exposto, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 722/05.

Sala das Comissões, em 18.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO, TURISMO E MERCOSUL
PROJETO DE LEI Nº 722/05

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Sra. Deputada Arlete Caramês, visa dispor sobre a comercialização de garrações reutilizáveis.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, 03.05.06.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 018/06, de autoria do Deputado Rafael Greca, dispondo sobre a prerrogativa das vítimas atendidas pelo Siate, ou a seus familiares, de escolherem o hospital a serem encaminhados e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. (Publ. no DA nº 003/06, de 16.02.06).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 018/06

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 018/06, de autoria do Deputado Rafael Greca, dispõe sobre prerrogativa das vítimas atendidas pelo Siate ou seus familiares de escolherem o hospital a serem encaminhados e dá outras providências.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza legal e constitucional.

O paciente e sua família possuem o direito de escolher o hospital para qual o paciente deve ser removido, não cabendo ao Estado impor esta escolha ao cidadão que possui convênio de saúde.

Trata-se de uma liberdade individual que não pode ser tolhida pelo simples fato de que os primeiros socorros

estão sendo prestados pelo Siate, um serviço público colocado à disposição do cidadão.

Ao contrário do disposto na Análise Prévia efetuada pelos assessores jurídicos desta douta Comissão, a escolha do hospital por parte do paciente e sua família não fere qualquer atribuição da Secretaria de Estado da Saúde, vez que esta não possui poder para interferir ou modificar esta liberdade individual, sendo mera geradora do serviço público colocado à disposição da população.

Destacando-se que a conveniência e a oportunidade da medida deve ser discutida na Comissão Permanente de Saúde e apreciado pelo Plenário desta douta Casa de Leis.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 28.03.06.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 018/06

P A R E C E R :

Do Relatório

O nobre Deputado desta Casa de Leis, Sr. Rafael Greca, apresenta proposição instituindo que os operadores do Siate devem questionar às pessoas atendidas ou a seus familiares, de qual hospital desejam ser transportadas.

Da Fundamentação

A importância social da proposição está fulcrada no exercício efetivo do direito de escolha do cidadão paranaense, merecendo assim, ser apoiada por trazer considerável benefício à população.

Da Conclusão

A Comissão de Saúde Pública apresenta parecer favorável à tramitação normal da proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.06.
(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
PADRE PAULO CAMPOS - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1176, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 018/06.

Requerimentos

O SR PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1145, de autoria do Deputado Francisco Bühler, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1146 e 1147, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1153, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1154, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1157 e 1158, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1159 a 1161, de autoria da Deputada Elza Correia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1164, 1165 e 1169, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1171, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1173, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 1175, 1177 a 1183, 1186, 1187 e 1190, de autoria do Deputado Barbosa Neto constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1184, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1188, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1156, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Deputados Duílio Genari, Francisco Bühler, Luiz Nishimori e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu não subo à tribuna, neste momento, para encaminhar esta votação, com uma opinião formada sobre esse assunto, mas, na condição de Presidente da Comissão de Finanças e Controle desta Casa, não posso me omitir diante dos fatos que vou narrar a partir deste momento.

Tivemos a quarta reunião da Comissão de Fiscalização e requisitamos alguns documentos que não foram recebidos referentes à UEG Araucária. Prestem bem atenção, Srs. Deputados, para que não aconteça o que aconteceu no passado. Documentos e informações solicitadas à Copel através do Ofício nº 055/06:

- enviar cópia dos balanços demonstrativos de resultados; demonstrativos da origem; aplicações de recursos; demonstrativos de manutenções de patrimônio

líquido referente à UEG, levantados desde o início de suas atividades e no seu modelo analítico;

- enviar cópia do contrato social da UEG e de todas suas alterações.

Ora, enviar cópia do contrato social e de todas suas modificações é alguma coisa demais para pedir, Líder do Governo? Não é o básico do básico que o cidadão que administra, que cuida do dinheiro público deve remeter a esta Casa para que possamos conhecer as alterações contratuais que houveram no curso da operação?

Não vejo nada de mais!

- Enviar cópia de todas as atas de reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Diretoria da UEG, elaboradas desde o início das suas atividades.

Claro que foi constituída uma empresa com a participação da Copel, da Petrobras e da El Paso. Será que o Poder Legislativo não tem o direito de ter acesso às cópias das Atas? Para saber quanto que o Governo e a Copel aplicaram, como foram essas reuniões, quem eram os diretores do Conselho Fiscal? Quem participava do Conselho da Copel? Isso não foi uma assinatura de um único Presidente que elaborou esse contrato e esse negócio. Houve conselheiros, outras participações que através das atas vamos saber. Por isso, quero, simplesmente, em nome do cidadão comum do Estado do Paraná, que nos enviem essas informações a fim de que a Comissão de Fiscalização possa elaborar um documento orientando os Srs. Deputados.

Reiteramos que seja enviadas as cópias em português das ações realizadas em Paris. A Copel nos mandou em inglês. Não tivemos tempo ainda para analisar todos os processos tendo em vista que é preciso contratar tradutores. Mandem-nos em português, por favor, não custa nada. Simplesmente é a revelação dos fatos. Ninguém vai inventar absolutamente nada. Vamos simplesmente seguir esse objetivo.

Enviar relação contendo lista de todos os funcionários e suas remunerações, sua origem, os responsáveis pelo pagamento que estão prestando serviço atualmente pela UEG. O que custa isso?

Enviar cópias de todas as licenças, autorizações de constituição da UEG para a realização de todos os contratos entre as partes, para o funcionamento da mesma, emitidos pela Aneel. Ora, não há uma liberação da Aneel e no momento, inclusive, a UEG está sem a autorização do IAP do Paraná.

Informar qual o capital social da UEG atualmente, quanto se encontra realizado e subscrito. Quanto que a UEG colocou realmente em dinheiro? Quanto foi apenas subscrito? E de onde veio esse dinheiro? Será que é tão difícil assim provar como foi constituído esse negócio?

Informar qual o capital social da UEG atualmente. Será difícil informar? Ou será mais fácil aprovarmos sem termos essas informações, simplesmente básicas, que qualquer um que administra o dinheiro público deveria ter na ponta da língua?

Informar ainda, quanto à sua resposta anterior; ofício informando valores de adiantamento para o futuro aumento de capital, realizados pela El Paso, pela Copel e pela Gaspetro. Esclarecer como tais valores foram contabilizados, o passivo, o patrimônio líquido. A forma de aporte realizada por sócio, terceiros, sendo que no caso de empréstimos junto a terceiros, indicar as garantias de tais contratos, de seus financiadores, enviando cópias das mesmas.

Da mesma maneira a Copel nos informa que as atas das reuniões estão em poder da UEG. Se estiverem, solicitamos a ela, qual a empresa responsável para análise da composição de gás natural. Enfim, toda a situação.

Muito simples para quem administra dinheiro e negócio público.

O que queremos, em nome da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, é pedir a gentileza dos Srs. Deputados para que permitam que a Comissão de Fiscalização e Controle conclua o seu trabalho, que não é um trabalho político, apenas através de depoimentos, mas, sim, com demonstrativos de documentos.

Solicitar ainda ao Sr. Presidente que essa votação, tendo em vista o seu caráter de importância, e se o Líder do Governo insistir com uma votação em regime de urgência, hoje, que seja feita a votação nominal, porque quero ver no registro da história, quero concluir o trabalho da Comissão de Fiscalização e quero revelar, nem que seja só para essa tribuna, para que conste nos Anais, Deputado Caíto Quintana. Não há absolutamente nada de Oposição e de Situação. É simplesmente um negócio que a Comissão de Fiscalização tem que conhecer com profundidade, para que este Plenário possa votar com profundidade e conhecimento de causa. Não vamos atralhar em nada o Governo.

Se o Governo tiver boa vontade, até sexta-feira estará aqui o documento e até segunda, terça-feira, no máximo, está feito o relatório. Não vejo razão para pedir regime de urgência.

Essas eram as minhas considerações, Srs. Deputados.

Temos em mãos, também, a manifestação dos engenheiros da Petrobras, onde eles já orientavam a empresa sobre esse caso. Não vamos fazer a leitura desse documento, hoje. Mas, vamos ter um pouquinho de calma, que tudo vai dar certo diante da regularidade.

Para concluir, havendo insistência da questão do regime de urgência, que seja feita a votação nominal.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB)

Chamada nominal.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quem está inscrito inicialmente é o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Ouvia o Deputado Neivo Beraldin, Presidente da Comissão de Fiscalização, dizer que embora não façamos parte como membro efetivo desta Comissão - mas participamos na semana passada, Sr. Presidente Hermas Brandão, de uma reunião acontecida no plenarinho da Assembléia Legislativa, com a presença dos diretores da El Paso e também com a presença do ex-Presidente da Copel, Ingo Hubert. Nessa reunião, nessa audiência no plenarinho, muitas dúvidas foram sanadas e outras ficaram na pendência.

O Deputado Neivo tem relatado com muita profundidade daqui da tribuna, o trabalho que a sua Comissão tem realizado em favor do Parlamento e até do Estado do Paraná. Mas, em especial, quando fez menção aos documentos solicitados por parte da Copel - quando se fala Copel se fala Governo, Deputado Hermes Fonseca. Também não entendo o porquê de o Governo não ter atendido e não ter mandado as respostas à Assembléia Legislativa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: como é que vamos votar uma mensagem pedindo regime de urgência, quando o Governo não atende a um pedido da Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa? Ora, no mínimo o que o Parlamento precisa e no mínimo o que nós, Deputados, precisamos, é ter os documentos que comprovam exatamente o negócio realizado ou o negócio que se pretende realizar. Aí que chamo a atenção dos Srs. Deputados: por que a Copel não envia esses documentos?

E estamos discutindo apenas o requerimento que pede regime de urgência. Ainda não estamos discutindo o projeto, que sem sombra de dúvidas, Srs. Parlamentares, na hora que formos votá-lo, acredito que o Presidente nem vá incluí-lo na Ordem do Dia enquanto o Governo não responder os quesitos formulados através da Comissão de Fiscalização.

Agora, Srs, Deputados e Sr. Presidente Hermas Brandão, cá para nós, estou com os documentos em minhas mãos. Dia 24 de abril - e hoje é dia 16 - em menos de um mês a Assembléia Legislativa rejeita o requerimento pedindo regime de urgência nesse projeto. Foi rejeitado dia 24 de abril o mesmo requerimento que estamos apreciando hoje! E vou mais além!

Rejeitado o pedido de regime de urgência e é pena que a imprensa do Paraná não esteja aqui presente, mas isso tem que ser falado à sociedade do Paraná e nós, Deputados, temos que ter consciência disso. Hoje é dia 16 e no dia 08 de maio - faz exatamente oito dias - a Assembléia Legislativa aprova o requerimento com a seguinte súmula: "requer ao presidente deste Poder Legislativo que seja sustada, por tempo indeterminado, a tramitação do Projeto de Lei nº 193, que trata da autorização do contrato do controle acionário da UEG".

O requerimento que pede regime de urgência, foi rejeitado. O requerimento que pede que seja sustado, foi aprovado. Depois se pede o regime de urgência - não com o Presidente Hermas Brandão, mas com o Deputado Zuc-

chi presidindo a Sessão, não aceita o requerimento. E hoje, o que pede a sustação do projeto, foi aprovado. Por que foi sustado? Que primeiro sejam esclarecidos os motivos, enviando para este Poder os documentos necessários para que possamos balizar o nosso voto.

Sei que a maioria vota e a minoria esperneia. E o jogo democrático nos ensina isto: quem é democrata deve aceitar a decisão da maioria.

Com todo o respeito que tenho ao Presidente Hermas Brandão, sei que ele, embasado no regimento, e o requerimento veio subscrito, ao menos constam, dizem que são 31 assinaturas, poderia ser reapresentado.

Mas, Deputado Valdir Rossoni, que isto fique na história deste Parlamento se este requerimento for aprovado. Que fique na história, que seja grifado nos Anais da Assembléia Legislativa. Isto eu nunca vi. E se algum dos senhores têm conhecimento de uma votação desta forma, por favor, diga-me, que eu me curvo. Agora, bem entendido, rejeitado o requerimento, depois se vota a sustação e volta para votar novamente. Quer dizer, é lamentável que isto esteja acontecendo.

E o mais triste é que...

(**Término do tempo**)

(**O Sr. Presidente Hermas Brandão concede mais um minuto para que o orador conclua o seu pronunciamento**)

...a Assembléia não consegue ter acesso aos documentos que a Comissão de Fiscalização solicita ao Governo.

Ora, se é um negócio tão limpo, tão cristalino, tão necessário e tão bom para o Governo, então, no mínimo, devia informar pelos documentos que foram solicitados por esta Casa.

Espero que os Srs. Deputados ainda possam refletir, mas sei que tem os Deputados necessários para a votação em relação a este requerimento.

Para mim, peço escusa aos Srs. Deputados, mas não vejo outra saída, a não ser lembrar à sociedade do Paraná aquilo que está se fazendo neste momento em relação a este projeto, no Governo do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, quero ser rápido, até a pedido dos companheiros.

Na verdade, pedi para sustar o andamento deste projeto porque tão logo ele chegou na Casa, aconteceu o problema do gás na Bolívia. E além disso, pedi encarecidamente ao Presidente da Copel que me explicasse esta situação. Até o presente momento, Sr. Presidente, não tenho condições de votar, porque não tenho o esclarecimento que necessito.

Ontem mesmo recebi um telefonema do Governador, que tentava me explicar, em algumas palavras, sobre esta questão do projeto. Não consegui entender, porque

num determinado momento era um péssimo negócio. A partir de um determinado momento era um bom negócio.

Então, fico me perguntando o porquê. Estivemos na Comissão de Fiscalização com o Dr. Ingo, com o Dr. Rubens, e eu não sei se estou com dificuldade de interpretar o que as pessoas falam, mas me nego a votar este projeto de tamanha importância, de 190 milhões de dólares. É um dinheirão sem tamanho que eu não tenho condições de votar.

Gostaria de votá-lo, não quero nem fazer aqui Oposição, quero, na verdade, entender, porque se amanhã ou depois - o tempo passa, Deputado Caíto - o Governador é outro, que é cinco, seis anos, dois anos, três anos, aí vem um outro e diz assim: o Governador comprou aquela bomba e eu aprovei? É complicado!

Por esta razão, entrei com este requerimento, foi aprovado, o Deputado Elio encaminhou, eu sei, regimentalmente, que com 29 assinaturas pode-se entrar com um novo requerimento de regime de urgência mas, acho que não seria, Deputado Caíto, eu duvido, deixo aqui a minha dúvida, que tenhamos conhecimento dessa questão que vamos votar. É do interesse do Governo do Paraná? É do meu interesse votar e poder explicar. Eu hoje não tenho condições de votar, tenho dificuldades e digo de passagem, didaticamente, sou professor, tenho facilidade, até porque trabalhei nessa área. Agora, nesta questão, não sei se é bom negócio ou mau, se for bom negócio eu quero aprovar, se foi mau, não, e não quero ser responsável. No nosso governo cometemos o erro, lá atrás - se é que foi erro ou foi acerto! Na hora que começou a construção da UEG, nós começamos a construir nós, porque eu fazia parte do Governo, começamos a construir em cima de uma apagação! Então, tudo se justificava, se você acendesse uma vela que pudesse gerar energia se justificava, naquele momento.

Acho que essa questão foi tratada, infelizmente pelo próprio Governo, de uma forma emocional; fico às vezes aborrecido, acho que os feitos do Governador Requião poderiam ser mais enaltecidos, mas ele lembra tanto o Governo Lerner, tudo que não deu certo é culpa do Lerner! Fico "p..." da cara! Porque não é possível! A única coisa que talvez o Lerner não seja culpado é da arrecadação deste Estado; a arrecadação de ICMS bate recorde. Não venham me dizer que a arrecadação de ICMS é virtude deste Governo! Isso é o tempo que anda, que corre; este Governo planta para o outro, em termos de arrecadação sabemos que é dessa forma.

Então, o que não acredito, uma questão de quase 200 milhões de dólares, ser tratada dessa forma!

Sr. Presidente, o meu requerimento está aí, vai ser derrubado, eu me entrego, a maioria manda, a minoria obedece. Sempre foi assim mas, gostaria, sinceramente, Deputado Dobrandino, se um dia questionado, gostaria de saber explicar. Até este momento acho que o Governo não conseguiu nos explicar essa questão. Eu até me proponho a votar a favor, desde que consiga entender! Se eu tiver falhado, digam-me, vou aceitar. Acredito que não

tenho até facilidade para entender, é um negócio e precisamos entender.

Obrigado, Sr. Presidente, desculpe, disse que ia falar dois minutos, falei três.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Nobre Deputado Rossoni, antes que V. Exa. fique ... da cara, queria lhe fazer uma proposta. É verdade, o Governo tem pressa, a Copel já esteve aqui por várias vezes dando todas as explicações que os Deputados exigiram e merecem. Foi já esclarecido de todas as formas e eu prometo a V. Exa., já que queremos votar este requerimento hoje, essas informações que V. Exa. está pedindo, amanhã na parte da manhã V. Exa. as terá. Vou solicitar à Copel hoje, ainda, que traga antes da votação de amanhã.

Portanto, fica esclarecido, não perdemos tempo.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Temo pela aprovação desse requerimento na tarde de hoje e explico, aqui, as minhas razões. Não podemos, no afogadilho, votar um requerimento sem antes que algumas questões sejam esclarecidas.

Sr. Presidente, não posso questionar a volta desse requerimento, mesmo tendo sido rejeitado no dia 24 de abril, mas, posso entrar, principalmente, no mérito da questão - e é nosso direito - porque não podemos ser tachados ou acusados de irresponsáveis com o dinheiro público. E me surpreende até este tipo de comportamento do Governo, um projeto tão importante, talvez o mais importante em que o Governo tem que desembolsar 190 milhões de dólares, num momento difícil para a economia mundial. E um Governo que tem as suas limitações, tem os seus compromissos, o Governo do Estado, através da Copel, retirar uma quantia enorme como essa num negócio escuso. Até o momento pairam várias nebulosidades.

É preocupante, não posso aceitar que Governador Roberto Requião esteja totalmente ciente de tudo que está acontecendo; logo ele, que fala tanto no interesse público, vai permitir que um projeto seja votado sem esclarecimento de questões importantíssimas para que possamos ter tranquilidade até de votar e o Governo do Estado possa fazer esse negócio. Por que, mais uma vez friso aqui, em regime de urgência? Por que não esgotar todas as instâncias, levar ao conhecimento dos Deputados e da própria opinião pública para que tenhamos segurança e tranquilidade de que seja algo legal e que venha beneficiar a nossa população? Surpreendo-me, porque quem vê o Governo falar, acha que ele não pode errar. Ou alguém lhe está informando mal, induzindo a erro ou o Governo está errando propositadamente. E aí vai ter que pagar por crime de responsabilidade. E até aqueles que defendem esse Governo não vão depois reclamar se daqui dois, três anos, nesta mesma Assembléia serem acusados como foram aqueles que tentaram vender a Copel. Quantas críticas são feitas ao Governo Lerner. Mas, será que

depois esses mesmos que hoje estão autorizando a compra não vão ser também acusados do mesmo crime de responsabilidade? Ora, por que é que o Sr. Botto de Lacerda não esteve presente para responder às perguntas que ele prontamente disse, aqui, quando o Dr. Luiz Ghilardi fez a explanação estaria disposto a responder? Por que não compareceu? Acho que deve ter todas as virtudes e também alguns defeitos o Sr. Botto de Lacerda, mas não poderia deixar de comparecer.

Infelizmente não posso conceder aparte ao Deputado Caíto Quintana, mas gostaria de voltar a essa questão e pedir para que não aprovemos esse requerimento em regime de urgência, porque ainda faltam vários documentos com informações importantíssimas referentes à UEG Araucária. A cópia dos balanços, dos demonstrativos de resultados, a cópia do Contrato Social da UEG, as suas alterações, a Comissão de Fiscalização não recebeu esses documentos, Deputado Neivo Beraldin! São documentos mínimos, normais, de qualquer pessoa que faça um negócio com um botequim da esquina, tem que ter.

Nós vamos, mais uma vez dar um cheque em branco? Vamos, novamente, colocar em risco a idoneidade desse governo por conta de um negócio que ainda não está totalmente esclarecido? Tenho certeza que o Governador Roberto Requião seria o primeiro a pedir esses documentos. É o que estamos solicitando na tarde de hoje. Que esses documentos possam chegar, que essas dúvidas possam ser dirimidas e aí votaremos, com total tranquilidade, desde que sejamos convencidos de que se trata de um negócio benéfico para o Estado do Paraná.

Quais os valores, em reais, das ações na esfera civil, que visam o ressarcimento dos prejuízos sofridos pela Copel?

É a pergunta mais importante de todas e que merece ser respondida. Quais as medidas administrativas, penais ou cíveis que estão sendo tomadas para punir as pessoas que tomaram várias decisões lesivas ao Estado até o momento? E da Copel, no caso da Usina Termelétrica UEG Araucária? Contra quem estão sendo movidas as ações em andamento, uma vez que, durante todo o processo da UEG, tanto da participação na sociedade quanto no contrato de compra da energia-potência que diversas pessoas, não só pelo Presidente da Copel, na verdade, foi um verdadeiro arrendamento. Várias decisões, porque, pelos valores envolvidos devem ter sido tomadas decisões colegiadas pela Diretoria da Copel, pelo Conselho de Administração, e por órgãos técnicos da Copel, com a emissão de pareceres. Não estamos falando de qualquer negócio. Estamos falando de cento e noventa milhões de dólares e ainda há uma multa que o Estado do Paraná poderá ter que pagar, na ordem de quase um bilhão de dólares.

Não podemos ficar calados diante de tudo isso.

Peço que seja registrada essa nossa posição na tarde de hoje, para que tenhamos condições de, no futuro, mostrarmos aos nossos filhos, aos nossos netos ou à sociedade paranaense, que não nos sujeitamos a esse projeto, que levantamos a discussão, que apontamos as falhas,

que indicamos os erros. Quero ter toda a condição de votar esse requerimento e até o processo...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. tem um minuto para concluir, porque eu tinha marcado cinco minutos.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Obrigado, Sr. Presidente.

Quero encerrar esse nosso encaminhamento, mais uma vez, fazendo um apelo àqueles Deputados que têm dúvidas em relação a isso. Não quero falar só para Deputados que são da Situação ou da Oposição, não. Esse é um projeto muito grave, que transcende a questão de ser contra ou ser a favor, uma questão de consciência. É o interesse público que está em jogo e são cento e noventa milhões de dólares. Qual o tamanho do negócio que foi feito nesses últimos três anos, perfazendo uma soma como essa? Poderemos colocar a mão na consciência ou depois, sermos acusados de irresponsabilidade ou de levandade ou até mesmo de omissão. Este Deputado não terá esse peso sobre a consciência.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento.

O Deputado Neivo Beraldin pediu que seja voto nominal.

Está em votação o pedido do Deputado Neivo. Os que aprovam, queiram levantar-se.

Rejeitado o pedido de V. Exa.

Em votação o requerimento.

Aprovado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Vinte e seis aprovam, sete rejeitam.

Está **aprovado** o requerimento.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Baseado na Constituição, no artigo 76 do Regimento Interno, no artigo 28, quero saber se V. Exa. vai fazer com que a Copel forneça as informações à Comissão de Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Deputado Dobrandino se comprometeu oficialmente, perante todos os Deputados, que amanhã estarão aqui as informações.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Nós queremos apenas fazer um relatório baseado nos documentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 1191, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a prorrogação da Sessão do dia 16 de maio corrente, por 02 (duas) horas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão marcando outra para quarta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 626/05.

3º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 181/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 323, 722 e 747/05.

1º DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 253, 462, 500/05; 060, 090, 179 e 189/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 375/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 360, datado de 25 de janeiro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

Aposentar, compulsoriamente, a partir de 07 de novembro de 2005, data em que completou setenta (70) anos de idade, CHRIZANTO CHRISOSTOMO DA SILVA, matrícula nº 40898, portador do RG nº 0228898-PR, e do CIC de nº 010.534.699-34, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 01 de agosto de 1989, ocupante do cargo de Médico, nível E-02, nos termos do artigo 40, inciso II, da Constituição Federal e mesma disposição no artigo 35, inciso II, da Constituição Estadual, com vencimentos mensais e proporcionais a seu tempo de serviço, acrescidos de quatro (04) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da Lei nº 6.174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 09, da Coordenação de Relações Trabalhistas desta Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09.05.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 376/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2210, datado de 28 de março de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a STELA MARIS AGUIAR MACHADO, matrícula nº 614, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercendo o cargo de Taquígrafo, nível D-0-4, admitida em 01 de junho de 1989, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 22 de dezembro de 1997 e 22 de dezembro de 2002, nos termos do artigo 247, da Lei de nº 6.174/70. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, conforme estabelecido no artigo 250 e parágrafo único da lei retro mencionada.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09.05.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 377/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2309, datado de 29 de março de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a PATRICIA DORNELLES DANTAS, matrícula nº 612, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercendo o cargo de Taquígrafo, nível NUD-04, admitida em 01 de novembro de 1995, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 01 de novembro de 2000 e 01 de novembro de 2005, nos termos do artigo 247, da Lei de nº 6.174/70. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, conforme estabelecido no artigo 250 e parágrafo único da lei retro mencionada.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09.05.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário